

# INDICE DAS MATÉRIAS

- **Introdução**  
Ir. André LANFREY 3

## INFORMAÇÕES

- « **Marlhes ao longo dos séculos** »  
Os amigos de Marlhes 5
- « **Os camponeses de Marlhes** »  
James R. LEHRING, 1974,  
(obra reeditada em 1980) 7

## ESTUDOS

- **Diocese de Puy e do Alto-Loire**  
Ir. André LANFREY 13
- **Reforma Católica e Revolução Política**  
Ir. André LANFREY 37
- **A investigação Alirot de 1790**  
Ir. André LANFREY 75
- **Grandeza e decadência dos Champagnat**  
Ir. Gabriel MICHEL 89
- **Inventário dos bens do falecido J.B. Champagnat**  
Ir. André LANFREY 107
- **J.B. Champagnat e J.P. Ducros**  
Ir. André LANFREY 127
- **A sucessão Champagnat em 1810**  
Ir. André LANFREY 135
- **Marlhes, os Champagnat e o serviço militar**  
Ir. André LANFREY 157
- **Os lutos de 1803-1804 e a vocação de Marcelino**  
Ir. André LANFREY 165

FMS CADERNOS MARISTAS:  
MARLHES  
Nº25 – Ano XIX – Abril de 2008

**Chefe de redação:**  
Comissão de Patrimônio

**Diretor técnico:**  
Ir. AMEstaún

**Colaboradores neste número:**  
Irs. André Lanfrey  
Gabriel Michel

**Tradutores:**  
Irs. Virgilio Balestro  
Aloísio Kuhn

**Diagramação e Fitolitos:**  
TIPOCROM Srl - Guidonia (Roma)

**Redação e Administração:**  
Piazzale Marcellino Champagnat, 2  
C.P. 10250 – 00144 ROMA  
Tel.: (39) 06 54 51 71  
Fax: (39) 06 54 517 217  
E-mail : publica@fms.it  
Web site: www. champagnat.org

**Edita:**  
Instituto dos Irmãos Maristas  
Casa Generalícia – Roma

**Impressão:**  
CSC GRAFICA Srl - Guidonia (Roma)



# INTRODUÇÃO

## *Por que um número especial sobre Marlhes*

**Ir. André LANFREY, fms**



É hábito bem estabelecido na historiografia marista tomar Marcelino, a sua família ou o Instituto como objeto central de estudos, marginalizando-se como periferia o seu meio geográfico, histórico, espiritual, social e econômico. Pareceu-nos legítimo tomar aqui uma perspectiva inversa, considerando Marlhes e a sua região como objeto de investigação e incluir nela a família Champagnat e Marcelino.

Os redatores dos Cadernos Maristas têm também como objetivo oferecer, de tempo em tempo, aos seus leitores uma documentação centralizada neste ou naquele tema que, sem pretender esgotá-lo, permita oferecer uma visão sintética e renovada. Esta prática, aliás, não é nova entre nós, porquanto certos boletins do Instituto têm sido verdadeiras edições especiais.

Este número visa ser também uma homenagem aos pioneiros da pesquisa marista, de modo particular ao Ir. P. Zind que, numa série de 61 artigos de « Voyages et Missions », intitulada « Sur les traces de Marcellin Champagnat » - (Nas pegadas de Marcelino Champagnat), consagra os doze primeiros ao ambiente históri-

co em que se desenrola a infância de Marcelino; no artigo V ele trata de Marllhes na época do Terror, e no VI fala de Marllhes na « reação do termidor ». Essa coleção foi reeditada, com outros trabalhos de Zind, pela Casa generalícia em 19996, com o título « Miscellanées Champagnat »- (Miscelâneas Champagnat).

Cumprir notar, ademais, o aporte do capítulo II da obra « Achievement from the depths » do Ir. Farrel, em que versa « A família Champagnat e os primeiros anos de Marcelino ».

Ainda assim, é o Ir. Gabriel Michel quem nos parece ter consagrado o maior empenho no tema que nos preocupa. O fruto das suas pesquisas, nos diversos depósitos de arquivos privados e públicos, é formado por numerosas notas e fotocópias confiadas aos arquivos da província de l'Hermitage.

Deste *corpus* importante soube extrair uma obra maior, intitulada «Les années obscures de Marcellin Champagnat ou La Révolution à Marllhes, Loire, 1790-1800 », caderno de 182 páginas, publicado no ano 2000 pelos cuidados do Ir. Henri Vignau, conselheiro geral. A Casa generalícia, ademais, publicou em abril de 2001 «Pour mieux connaître Marcellin Champagnat», volume de 292 páginas, obra em que se evoca, na primeira parte, o « Contexto sociopolítico de Marcelino Champagnat (p.5-117) de 1789 a 1840, ao passo que, na segunda parte, se versa pormenorizadamente o « Contexto religioso de Marcelino Champagnat ». Enfim, num caderno de abril de 2001, intitulado « Champagnat au jour le jour », o Ir. Gabriel Michel estabeleceu uma cronologia de 1789 a 1840, em que se empenha em religar os acontecimentos do Instituto à história geral, regional e local de 1789 a 1804, eventos espaciotemporais pouco documentados pela cronologia do Instituto, e que são particularmente preciosos para nós. Os leitores, além disso, vão apreciar nesta obra CM25 uma contribuição antiga mas ainda inédita, segundo o que sabemos, do Ir. Gabriel Michel.

A menção desses trabalhos não deve, porém, fazer-nos esquecer as fontes clássicas : o capítulo I da vida do Fundador do Ir. João Batista ; os 50 primeiros parágrafos dos « Anais do Instituto » do Ir. Avito, muito mais documentados.

Não podemos esquecer esses trabalhos anteriores e estamos conscientes de que certo número de outros contributos poderíamos ter esquecido ou não haver percebido ; ainda assim, a presentamos este número especial que, assim esperamos, vai atrair a atenção, em que pese o caráter técnico de alguns artigos.

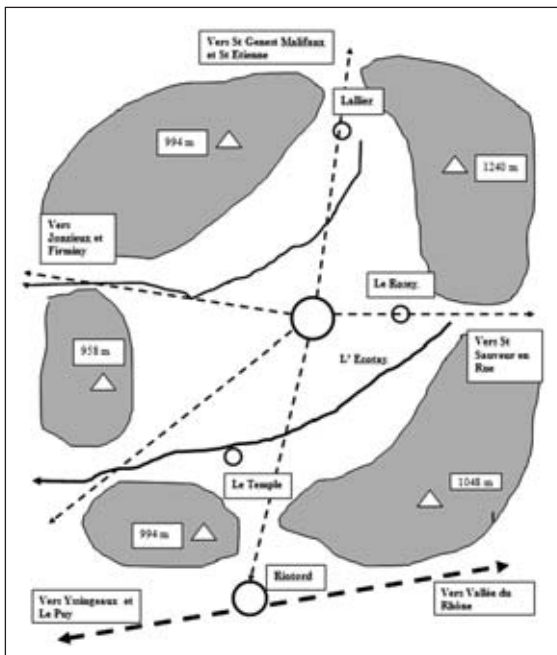
Ir. André LANFREY

# *Marlhes ao longo dos séculos*

## *Compilação da história local*

Os amigos de Marlhes  
1, rue Saint-Genest-Malifaux, 42 660  
amimarlhes@fr.st  
2002

**Ir. André LANFREY, fms**



Esta obra de 478 páginas tem cinco autores principais : o Ir. André Bardyn, da comunidade de Rosey ; Pierre Chausse, Claude Chorain, Roger Defours e Antoine Herrgott. No prefácio, o bispo Brunon (1913-1997), originário de Marlhes e antigo bispo de Tulle, recorda especialmente que Marlhes se liga à história mundial, por Marcelino Champagnat, mas igualmente pelo bispo Epalle, marista, fundador da Igreja das Ilhas Salomão, e pelo bispo Chausse, fundador da Igreja de Benin.

A obra evoca Marlhes através do tempo em dezoito capítulos. Os Maristas têm parte importante em Marlhes : o capítulo VII é consagrado à confraria dos penitentes ; J.B. Champagnat chegou a ser tesoureiro dela ; o capítulo X se refere a Marcelino Champagnat ; o XVII contempla os missionários que partiram para os antípodas, no século XIX.

Os autores não quiseram compor uma obra acadêmica<sup>1</sup>, mas preferiram dar uma informação simultaneamente séria e adaptada ao público comum. Não negligenciaram, ainda assim, o aspecto etnológico ; por exemplo, há um capítulo sobre as canções da aldeia. Documentos muito numerosos e textuais constam e parcialmente são citados. A iconografia é rica e diversa ; alguns mapas são uma preciosidade.

Apreciei particularmente certo número de listas e quadros que poupam ao pesquisador muito trabalho : entre outros (p. 108) a lista dos párcos, vigários e tabeliães de 1660 a 1960 ; a tabela dos pesos e medidas do antigo regime (p. 179) ; a genealogia detalhada das famílias Champagnat e Chirat desde o século XVII (p. 192-193) ; a lista dos alunos da escola, com a profissão dos pais e com a avaliação da sua fortuna pelo ano 1850 (p. 222-223) ; a lista das 80 aglomerações e a sua população de 1790 e de 1808.

Em suma, para quem quer situar melhor o meio em que Marcelino Champagnat e os primeiros Irmãos evoluíram essa obra é fundamental.

Além disso, não é de somenos saber que Marllhes continua hoje como espaço dinâmico : embora a sua população de 2.700 habitantes em 1790 tenha sofrido um lento êxodo rural, desde 1973 vem subindo, porque Marllhes se beneficia do fato de que há uma corrente ascensional de urbanização : a população tende a se instalar a algumas dezenas de quilômetros das grandes cidades. Em 2005 Marllhes contava 1392 habitantes.

Ir. André LANFREY

---

<sup>1</sup> Pena que não conste um índice dos documentos.

*Os camponeses de Marlhès*

*Desenvolvimento econômico  
e organização familiar,  
no século XIX, na França*

**James R. LEHRING, 1974,  
(obra reeditada em 1980)**

Tradução de *The peasants of Marlhès, economic development and family organization in the nineteenth century, France*, edição da Universidade da Carolina do Norte.

Esta obra consta na biblioteca dos arquivos da Casa Generalícia, mas parece não ter sido utilizada ainda. A colaboração dos Irmãos Louis Richard e Gabriel Michel permitiu obter uma cópia de língua francesa para uso privado.

O Ir. Louis Richard efetuou modesta investigação dos Irmãos André Bardyn e Louis Silvan, da comunidade de Marlhès. Um antigo funcionário da comuna, de nome Claude Chorrain, se lembra de um senhor que chegava, todos os dias, pelas nove horas e retornava a St-Etienne pelas dezessete horas. Esse senhor procurava particularmente a genealogia dos habitantes e as profissões próprias da região : fiteiras e passamaneiros. Havia prometido enviar um exemplar do seu trabalho. Claude Chorrain está certo de o ter visto na prefeitura. Quanto ao exemplar dos arquivos da Casa Generalícia, não se sabe como teria vindo.

---

**COMENTÁRIO DA OBRA**

Como se indica na capa do livro, mas não no título, trata-se da história da adaptação da família camponesa ao movimento econômico profundo gerado pela proximidade de St-Etienne, cidade que passava por notável mudança industrial, no século XIX, com a expansão das indústrias extrativas e metalúrgicas. O

contragolpe para Marlhês foi o seguinte : declínio e reorganização da indústria de fitas, que passa do artesanato familiar para a fábrica ; orientação crescente da agricultura para a produção comercial ; St-Etienne cresce exponencialmente, reclamando sempre maiores quantidades de produtos agrícolas, implicando crescimento do salário agrícola para a família camponesa.

Essas tendências estruturais, ainda assim, não ocasionaram uma desestruturação social : a unidade da família permaneceu intata, mesmo que ela tenha sido obrigada a modificar o seu lugar de trabalho, em busca de novas fontes de renda. O autor constata que a família camponesa teve de dobrar-se, mas sem quebrar-se, sob a pressão das novas estruturas econômicas.

A obra não é particularmente histórica : fulcrada em estatísticas econômicas e demográficas, influenciada pelas teorias de Le Play, sociólogo francês do final do século XIX, revela mormente o aporte sociológico. Ademais, as suas observações concernem essencialmente à segunda parte do século XIX.

Os Maristas, portanto, nada podem esperar desse livro, se nele procuram pormenores de Marlhês nos anos de 1800 a 1815, nem sobre Marcelino Champagnat, que nunca é citado. O autor apresenta poucas coisas sobre a educação, reportando-se apenas à lei Guizot de 1833. Ele cita, esparsamente, alguma escola marista, porém quase nada afirma sobre a vida religiosa<sup>2</sup>. Quanto à economia, parece desconhecer a importância das atividades ligadas à floresta : serrarias, transporte de madeira etc. Provavelmente foi porque as estatísticas consultadas consideraram a exploração madeireira como pertencente à atividade rural.

O aporte dessa obra, contudo, é considerável, porque recoloca a história de Marlhês na evolução econômica e social da Europa. As suas comparações com a Irlanda, Reino Unido e Alemanha, alimentadas com abundância bibliográfica, tornam-se de muito valor.

É o caso dos nove capítulos repletos de informações pormenorizadas e tabelas acerca da economia e da família ; embora algo tardias, continuam em geral pertinentes para o começo do século. Acrescente-se que a obra, em si bastante técnica, tem a vantagem de oferecer conclusões matizadas, evitando juí-

---

<sup>2</sup> Os Irmãos de Marlhês assinalam este pormenor interessante : O autor cita um Irmão, Jean-François Celles, que saíra do Instituto em 1850, mas constava como Irmão Marista em 1852.



zos de valor. Da sua leitura extrai-se a visão positiva de uma sociedade rural aberta e sólida.

Cada capítulo aporta o seu lote de pormenores interessantes. Por exemplo, sabe-se que (p.10) a comuna de Marlhes possuía pouca terra utilizável : apenas 6% da superfície em 1834. Situadas nas partes mais altas e mais frias, as terras serviam para pastagens e do arvoredo se extraía madeira para fazer tamancos. O rendimento do cultivo do centeio era de 6,5 hl por hectare em 1837. O cultivo era bienal. Centeio, aveia e batata sucediam-se, entremeados de poiso, ou descanso da terra. Em 1822, o cantão de St. Genest-Malifaux, que compreende Marlhes, conta com 1965 bovinos e 3043 ovelhas. Em 1820, a comuna de Marlhes tem 720 ovelhas, ou seja 23,6% do total. Em 1800, a rede viária é muito ruim : subidas íngremes, curvas fechadas.

Havia sete feiras anuais em St. Genest-Malifaux entre 1807 e 1818 ; e cinco em Marlhes entre 1806 e 1819. Em St.Genest vendiam-se animais, roupas, mas também objetos de corte e costura, ou de metal ; em Marlhes apenas se comerciavam animais e algumas roupas. Havia um mercado em St. Genest em cada terça-feira, quando os camponeses podiam vender gado, mas não em Marlhes, naquele dia da semana. O leite, na primeira parte do século XIX, provavelmente, era distribuído por comerciantes que o compravam dos camponeses.

Desde o começo do século XVIII, a tecedura de fitas é a grande atividade industrial de St. Etienne. Só entra em declínio depois de 1850. Ela se organiza segundo o sistema de fábrica : o fabricante de St. Etienne, que é verdadeiro mercador, compra a seda, fá-la preparar, depois entrega o fio aos tecedores da cidade e das regiões rurais próximas. Em 1836, por exemplo, há cinco mil artesãos na cidade, e dezoito mil na região rural. A maioria das casas de Marlhes tem o seu emprego em tecer fitas. Em 1851, há 1733 mulheres e 243 homens, de todas as idades, que se dedicam a esse ofício.

Quanto à distribuição das terras em Marlhes, o cadastro de 1834 permite constatar que 2/5 das propriedades são inferiores a um hectare e 70% delas têm menos de cinco hectares ; 55 proprietários, ou 9,4%, possuem entre 5 e 9 hectares ; 46 proprietários, ou 7,9%, têm entre 10 e 19 hectares ; 59 proprietários possuem mais que os citados. Como o nível de 10 hectares era necessário para assegurar, em média, a sobrevivência do grupo familiar, percebe-se que em Marlhes a propriedade estava por demais fragmentada, obrigando a maioria dos proprietários a buscar rendimentos em outras fontes que não as agrárias. Em 1862,

por exemplo, em Marlhès havia 160 proprietários, ou 17,5% do total, que cultivam a própria terra e aquela de um ou ou mais vizinhos, bem como havia 275 arrendatários, não-proprietários, ou 30,9% do total.

O autor observa que este tipo de propriedade dispersa favorece a manutenção de uma « república de camponeses » : quase todo o mundo é proprietário de terra, porém poucos se elevam acima dos demais em propriedades extensas.

Acerca das migrações, J. R. Lehring constata que, de 1841 a 1870, aproximadamente, cerca de 60% das mulheres e dos homens casados são naturais da comuna ; 7,5% dos homens e mulheres provêm das comunas convizinhas ; mas 26% dos homens e 21% das mulheres são originários de Haute-Loire. Ocorre que Marlhès pertence ao planalto que se estende de Yssengeaux a Annonay e, orograficamente, não se dirige para St. Etienne.

Quanto ao vínculo matrimonial, a esmagadora maioria das pessoas crescem e vivem em famílias nucleares : marido, mulher, crianças e jovens. Quando os filhos se casam, estabelecem o seu próprio domicílio, algo que parece difícil.

Para as sucessões, temos a surpresa de constatar que, de 1850 a 1865, 67% dos falecidos morrem sem fazer testamento, o que significa a divisão da propriedade em partes iguais para os filhos. O autor dá uma explicação interessante, que poderia aplicar-se a J. B. Champagnat : a pessoa que não deixou testamento permite a manutenção da propriedade familiar indivisa ; a nova geração pode viver nela sem o temor de ser expulsa por alguma partilha. Na mesma ordem de idéias, o autor nota que os pais guardam o controle do tempo da transferência da propriedade, o que pode retardar o casamento dos filhos, mas lhes assegura uma vaga no lar. Aliás, a maior parte dos viúvos e viúvas continuam como chefes dos seus lares, depois da morte do cônjuge. Os filhos ficam sob a autoridade paterna e não podem casar-se sem a sua autorização.

Em Marlhès, a maioria dos que se casam levam à sua nova vida um enxoval avaliado em algumas centenas de francos e mais duzentos ou trezentos francos em dinheiro. As doações dos pais são raras. Muitas vezes, essa soma foi fornecida pela poupança pessoal, constituída pelo serviço doméstico, durante alguns anos, a partir dos treze anos de idade. Para as filhas há o fabrico de fitas e decorações. Em todo o caso, seja que trabalhe na família ou alhures, o adolescente pode gozar de poupança individual. Como o autor sublinha, não é sinal de individualismo, senão de adaptação à realidade econômica, que obriga o jovem

a ganhar dinheiro para poder estabelecer-se. Portanto, próximo aos doze ou treze anos, o período da infância se encerra, e o adolescente participa dos recursos financeiros da família, no tempo em que acumula reservas em vista do seu casamento.

No concernente à educação, entre 1841 e 1870, 54,8% das mulheres e 76,2% dos homens sabem assinar o nome. Em 1841, uma discussão do conselho municipal indica três tipos de alunos : aqueles que aprendem a ler ; o segundo nível abarca os que sabem ler, escrever e calcular ; o terceiro nível compreende aqueles que, acima dos anteriores, também conhecem « elementos da língua francesa » e o sistema legal de pesos e medidas. Aparentemente, nessa época, Marlies tem dois sistemas de ensino : o modo antigo, que consiste em dissociar a aprendizagem da leitura e da escrita, e o modo simultâneo, que consiste em associá-las e acrescentar-lhes um programa superior de francês e de matemática.

Para encerrar, reiteremos que, nessa região rural de evolução lenta, os informes fornecidos, pertinentes a meados ou ao final do século, esclarecem, de modo singular, o que teria sido Marlies no começo do mesmo século. Nos artigos seguintes, acerca da família Champagnat, vamos encontrar, em patamar particular, muitos traços sublinhados neste livro como caracteres gerais da economia e da sociedade.

Ir. André LANFREY



# *Diocese de Puy e do Alto-Loire*

## *Terras maristas e refratárias*

**Ir. André LANFREY, fms**

Foi em Puy que nasceu a idéia da Sociedade de Maria. Foram dois homens nativos da diocese de Puy e espiritualmente ligados ao seu santuário, Jean-Claude Courveille e Marcelino Champagnat, que constituíram a pequena sociedade de Maria de l'Hermitage. São duas razões para nos interessarmos de novo na história desse *alto lugar* durante os anos de gestação da Sociedade de Maria, cujos primeiros representantes alimentaram com fervor o projeto de retornar à sua fonte.

Estas poucas páginas são o fruto de trabalhos de idades diferentes, trabalhos efetuados em Paris e em Puy : um tipo de *afinação provisória* que permita perceber o que já se conquistou e de formular hipóteses em vista de pesquisas mais aprofundadas. Isso desenvolveu-se com base em documentação relativamente autônoma, em vez de efetuar-se em desenvolvimento bem tramado e seguido.

---

### **ACERCA DO JESUÍTA JACQUES-ANTOINE BERTRAND**

A tradição marista parece ligar-se à lenda de um velho jesuíta, vindo da Espanha, que teria transmitido a Courveille o plano da Sociedade de Maria.<sup>3</sup> Ora a lista dos sacerdotes da diocese residentes em Puy sob a Revolução e sob o

---

<sup>3</sup> OM4 p. 532. Ver docs. 819, 845, 858, 881, 885, 887.

Consulado, entre 1791 e 1802<sup>4</sup>, cita várias vezes o nome de Jacques Antoine Bertrand, antigo jesuíta. O padre Robert Bonfils, dos arquivos jesuítas de Vanves, em 20 de janeiro de 2005, comunicou-me os seguintes pormenores de Bertrand. « Nasceu em Puy ou na região, em 31 de julho de 1723 ; entrou no noviciado em 12 de setembro de 1738 ; estudou três anos de filosofia e quatro anos de teologia. Ensinou gramática e humanidades; foi pregador. Fez a sua profissão solene em 2 de fevereiro de 1755 ».

O lugar dos estudos não foi indicado nem os colégios onde Bertrand teria ensinado. Ademais, em 1763, ano da supressão da Companhia dos jesuítas, é provável que o padre Bertrand, então de 40 anos, nem estivesse em Puy. Sem dúvida, ele retorna, visto que, como sacerdote secular, deve retornar à sua diocese de origem e talvez para se reaproximar da família. Pode-se supor que, depois dessa data, ele se tenha dedicado à pregação. Em 1789, ele é ancião de 66 anos. O assentamento dos lugares da diocese o assinalam em 1791 como religioso secularizado. Em 1802, está com 79 anos. Courveille é garoto de 15, e não está em Puy mas em Usson-en-Forez, no extremo norte da diocese. Em 1809, Courveille é curado da cegueira na catedral de Puy.

Não se percebe muito bem como o rapaz e o ancião teriam tido contato ; ademais, a data de falecimento de Bertrand se desconhece<sup>5</sup>. Ainda assim, é certo que existiu em Puy, durante muitos anos, pelo menos até 1802, um velho jesuíta, cuja influência está para ser mais bem avaliada.

---

## **COURVEILLE E A IGREJA DE PUY**

Jean-Claude Courveille, nascido em 1787, passou a sua juventude na diocese de Puy. Usson-en-Forez, paróquia natal de Courveille, fez parte de Puy até a concordata de 1801. No dia primeiro de novembro de 1812, ele é seminarista em Puy, até a primavera de 1814. Não é sem importância evocar o dispositivo eclesial dessa época, ainda que os OM já tenham dito o essencial.

---

<sup>4</sup> Registro dos postos da diocese em 1791 : ele consta entre os 5 ex-jesuítas da cidade. Em outubro de 1795, ele está entre os 14 eclesiásticos detidos em Puy (Tavernier p. 204–205). Ele consta ainda nos registros da diocese de 1797, 1799 e 1802.

<sup>5</sup> Pode-se supor que a peregrinação de 1809 não foi a primeira que Courveille efetuou.

Não cremos que seja útil recordar a história da diocese, na primeira parte da Revolução, marcada, tanto aqui como alhures, pela criação de uma Igreja « constitucional », pelo exílio do bispo e parte do seu clero, a que se seguiu o Terror. Depois da queda de Robespierre, em julho de 1794, a história do Alto-Loire se torna mais original, visto que a autoridade da República pouco se exerce nessa vasta região montanhosa. Veja-se um sinal de tal perda de credibilidade : o golpe de Estado de « Frutidor », em setembro de 1797, que desata na França uma segunda onda de terror, não faz emigrar nenhum sacerdote do Alto-Loire. Mesmo em Puy, o culto se exerce clandestinamente « sem pudor e sem respeito pelas proibições que lhe foram feitas»<sup>6</sup>. (Tavernier p. 238). Se 20 sacerdotes são encerrados no convento St-Maurice como perturbadores da ordem pública e 22 são condenados à deportação, em agosto de 1799 temos 216 comunas declaradas perturbadoras da ordem e fanáticas, e 64 consideradas calmas e republicanas. É claro que no Alto-Loire a oposição à República « ganhou a guerra » e as autoridades oficiais não podem governar sem o consentimento tácito da oposição, cuja peça mestra é a Igreja refratária. No Alto-Loire, mais que alhures, somente a paz religiosa pode trazer de volta a calma.

Desse modo, compreende-se por que o bispado de Puy não foi restabelecido pela concordata de 1801 : não se deve dar a cabeça a um território em rebelião, cujo bispo, de Galard, se submeteu à demissão com reticência, mas ficando no exílio. Portanto, Sua Excelência de Belmont, bispo de St-Flour, vai governar esse território que, de fato, permanece largamente autônomo, sob administração de um como triunvirato, composto pelos vigários gerais Issartel, Doutre e Richard.

### ***Jean-Antoine ISSARTEL***

---

Ele nasceu em Puy em 1769. A sua família é originária de Colange, paróquia de Lantriac, a qual deu três outros sacerdotes. Faz os seus estudos no colégio da cidade, dirigido pelo padre Proyard. Entra no seminário no fim de 1787. A Revolução o convoca para o exército, provavelmente em 1793, mas ele deserta e se esconde perto de Puy, para estudar teologia. Viaja a St-Maurice-en-Valais, na Suíça, para ser ordenado pelo bispo de Galard, em 31 de julho de 1796. De volta à França, ele se retira a Colange<sup>7</sup>, na casa dos pais. Professor-catequista de dia, ele visita os doentes de noite. O Pe. Rachat, pároco de Tence, principal ad-

---

<sup>6</sup> Padre P. Tavernier, « *Le diocèse du Puy pendant la Révolution* » (1789-1801), Le Puy, 1938, p. 238.

<sup>7</sup> Atualmente em Puy de Dôme.

ministrador da diocese, o convida para ser o seu vigário. Então o seu apostolado se estende até Ardèche. Como « oráculo da diocese », ele prepara alguns jovens para o sacerdócio, em algum embrião de seminário. O sacerdote A. Péala, aluno dele, vai tornar-se o superior do seminário.

## **Jacques DOUTRE**

---

Jacques Doutré foi ordenado pelo bispo de Galard, em 21 de outubro de 1792, na igreja dos cônegos de St-Maurice, na Suíça. Ele consta dos Arquivos Nacionais (F19/866) na lista dos « sacerdotes ainda insubmissos que se presumem dispostos a reaproximar-se do governo pela promessa de fidelidade à Constituição do ano 8 », depois da publicação da concordata de 1801.

« Doutré (não se menciona a idade). Ex-vigário de Ste-Sigolène. Ele ensina lógica e física. Diz se que é bom sujeito com justiça, de bons costumes e muito animado. Apto tanto para o ministério como para o magistério ».

Na investigação de 1832, acerca dos vigários gerais (Arquivos Nacionais, F19/2647-48), o *prefeito* do departamento de Puy responde, em 12 de abril de 1832, nos seguintes termos :

« O senhor Doutré, antigo pároco da catedral de Puy, chamado às suas funções por de Bonald. É pouco comunicativo, tem cultura, as suas opiniões parecem moderadas, e tudo leva a crer que ele não apresenta oposição hostil aos planos do governo. Tem 65 anos. É filho de agricultores do cantão de Vorey, nas proximidades de Puy. Não tem muito dinheiro. É geralmente estimado e goza de grande consideração no seio do clero ».

## **RICHARD**

---

Trata-se de antigo sulpiciano. Em 1800, as autoridades julgam-no como segue (A.N. F19/866).

« Richard , 50 anos, domiciliado em Puy. Ex-pároco de St-Georges de Puy. Eclesiástico de boa consideração, instruído e zeloso. Sempre moderado nas suas opiniões e comedido no seu proceder. Político, critica a resistência do bispo, anuncia claramente a legitimidade da promessa de fidelidade e a sua resolução de a formular, tão logo seja publicada a concordata, excelente pároco da cidade de Puy ».



Quinze anos depois, durante os *cem dias*, o ambiente de paroxismo e excitação suscita um julgamento muito mais abruço, segundo o *prefeito*, entenda-se « chefe de departamento » (A.D. de la Haute-Loire, 7V2). .

« Richard é um dos principais sectários da escola de St-Sulpice. Já tive a honra de vos dar a conhecer a lamentável influência que ele exerce no clero do Alto-Loire. A sua opinião é diretamente oposta à ordem das coisas atual ».

### **Difícil reconstituição do Seminário**

Entre as tarefas essenciais desses eclesiásticos figura, evidentemente, a reconstituição dos seminários. Eles não são os primeiros. Em 1801, um sacerdote, de nome Rousset, « tomou a iniciativa desse projeto e escreveu a Ratisbonne<sup>8</sup>, submetendo-o à aprovação de sua excelência Galard ». Nas suas cartas, ao Pe. Rachat, em 5 de julho e em 19 de outubro de 1801, Galard ocupa-se dessa questão. Mas os laços do bispado de Puy com o de St-Flour obrigam a contemporizar, ao passo que as construções do seminário são ocupadas como pensão para moços.

Em 1808, o bispo Belmont obtém do governo que cada departamento da sua diocese tenha um seminário especial. Mas ele morre sem ter ultimado a sua implementação. O seminário de Puy, desse modo, não abre as portas senão em outubro de 1810. O Pe. Emery, superior de Saint-Sulpice, enviou aí o Pe. Terrasse, no retorno da Suíça, que toma por colegas Doutre, Beauzac, Robin e Issartel, sacerdotes diocesanos. Desde junho de 1810, Saint Sulpice está ameaçado de dissolução.

Em 1811, os sulpicianos devem deixar o seminário, porquanto a sua associação foi dissolvida. Assim, Doutre se torna superior. Beauzac, Robin e Issartel partilham o ensino. Issartel é professor de dogma e de moral e mestre de cerimônias. Assim, pois, é sob a direção de Issartel que Courveille faz os seus estudos.

É nesse contexto que cumpre situar o Pe. Claude Augustin Péala (Bertrand, *bibliothèque sulpicienne*, tomo II, p. 204). Nascido em 8 de setembro de 1789 em Raymonds, comuna de Tence, Péala segue cursos de filosofia e faz dois anos de teologia em Puy (1805-1809 ?) ; depois de 1809, está no seminário maior de St-Flour, dirigido pelos sulpicianos, onde se torna mestre de conferências. Em 1811, completa os seus estudos de teologia em Paris. Em outubro de 1812, é cha-

---

<sup>8</sup> Novo lugar de residência do bispo de Galard.

mado a Puy para o ensino de filosofia. Em 5 de janeiro de 1815, o Pe. Levadoux, novo superior sulpiciano do seminário de Puy, (Arquivos de St-Sulpice 21 GV) faz este elogio de Péala : « O Pe. Péala é excelente pessoa. A sua timidez e a sua grande modéstia o prejudicam um pouco ». O curso universitário regular de Péala mostra, pois, que existia em Puy, antes de 1809, pelo menos um embrião de escola de filosofia e de teologia, porquanto parece que o seminário de St-Flour aceitava apenas alunos do último ano de teologia. Anote-se o seguinte : Péala entra como professor de filosofia no exato momento em que Courveille se torna aluno.

Outra carta do Pe. Levadoux ao Pe. Duclaux<sup>9</sup>, de 29 de novembro de 1815, esclarece que o seminário tem oitenta seminaristas teólogos internos ; porém « longo tempo será necessário para destruir as conseqüências da liberdade ilimitada de que gozavam na cidade e acostumá-los ao regulamento ».

Os vigários gerais De Mailhet e Richard, convocando o clero à generosidade em favor do seminário<sup>10</sup>, são da mesma opinião : « O bem da Igreja e da religião tornou obrigatória a reunião neste asilo de todos os alunos do santuário que estudam a teologia, a fim de pô-los ao abrigo da depravação do século ». Até aí era a « ausência quase completa de vida comum, e os inconvenientes do externato, a variedade e extravagância do traje e as exigências do serviço militar, de que era muito difícil escapar ».

Essa história complicada torna mais fácil compreender por que Courveille não entra no seminário de Puy senão no dia primeiro de novembro de 1812, isto é, na época em que este começa a funcionar com um mínimo de organização e sem risco de supressão. Ainda assim, Courveille viveu durante dezoito meses como *velho* estudante externo numa instituição que se aparentava mais a um colégio do que a um seminário, pautado pelo modelo do século XIX. Provavelmente não conheceu a vida regular de seminarista senão de primeiro de novembro de 1814 a julho de 1816, vale dizer, aos 28 e 29 anos, em Lyon. Essa formação a machado e pouco estruturada não constitui elemento de somenos para explicar o seu percurso ulterior e certa incompreensão dos outros aspirantes maristas que passaram mais de dez anos nos seminários.

---

<sup>9</sup> Arquivos do seminário de St Sulpice, 10 C 3 : cartas ao Pe. Duclaux

<sup>10</sup> Em circular de 1º março de 1816

## **O BISPO DE GALARD E O ESPÍRITO REFRAATÁRIO**

Já dissemos que o bispo de Galard havia recusado tornar a aliar-se a Napoleão. Pode-se quase dizer que ele alimenta uma mística refratária, desenvolvida em longa missiva, em que mistura inextricavelmente a esperança da restauração, a espiritualidade de sacrifício, a fidelidade ao rei e o espírito missionário. Para mim tal texto ajuda a entender em que espírito se fundou a Sociedade de Maria, na proporção em que boa parte do clero do Alto-Loire comungou nessas idéias de que Courveille foi alimentado durante a sua estada no seminário de Puy.

Essa « carta do bispo de Puy aos párocos e sacerdotes deportados da sua diocese<sup>11</sup> » é de 10 de dezembro de 1793, ano da morte do rei, do Terror e das esperanças contra-revolucionárias.

« Meus dignos e queridos cooperadores

Ainda que vos traga sempre no coração<sup>12</sup>, ainda que estejais sempre presentes no meu espírito e que Deus seja a testemunha da minha fidelidade em lembrar-me sem cessar de vós nas minhas orações, à vista de todos os flagelos dos quais o decurso deste ano nos ofereceu o espetáculo dilacerante, sinto-me impellido a misturar mais particularmente as minhas lágrimas às vossas e de convidar-vos a reunir, mais que nunca, os nossos votos e suspiros para fazer uma santa violência ao coração do Deus de toda a bondade que gosta de ser vencido pelas nossas instâncias e para atrair sobre a nossa infeliz pátria a volta das suas misericórdias.

[ ... ]

Meus dignos e queridos confrades, seria possível que experimentásseis as celestes doçuras que o Deus dos aflitos se compraz em derramar nas almas que ele julga dignas de sofrer perseguição pela justiça, quando eu dirijo o olhar à devastação que a impiedade faz no campo do Senhor. Ah eu o digo com tanta verdade como o rei profeta : Sinto-me atormentado por todas as dores da morte,

<sup>11</sup> A.N.F7/3021, documento 1, peça 3 « Coleta de instruções e decisões em uso dos sacerdotes deportados que voltaram à França» parece que foi achado tardiamente. Ele vem acompanhado de uma carta datada de 1797 e de exercícios de escrita de aluno. É um papel provavelmente encontrado numa investigação feita no começo do Império e comunicada ao ministério como testemunho do espírito do bispo Galard. Aliás, um folheto está preso ao documento, portando a inscrição « Empire français. Direction générale des archives »

<sup>12</sup> Fórmula inspirada em São Paulo. Encontra-se também em Courveille, carta de 4 junho de 1826, OM, doc. 152, t. 1 p. 395, § 16.

quando penso em todos os males e perigos a que está exposta a população infeliz que fomos forçados a abandonar e que o inferno cerca de aflições.

[ ... ]

Caros e dignos confrades, tais são também os vossos sentimentos, e disso não duvido. Quaisquer que sejam as distâncias que nos separam, eu o leio nos vossos corações desolados. Cada vez que eu choro ‘entre o vestíbulo e o altar’, vejo-vos também prostrados aos pés do santuário, que regais com as vossas lágrimas. Vejo que vos colocais entre as ovelhas e os raios do Deus vingador, oferecendo-vos como vítimas, fazendo-vos anátema<sup>13</sup> em favor dos filhos do vosso ministério; na amargura do vosso coração vos dedicais, como Moisés, pelo vosso povo.

[ ... ]

Vós já não tendes templo nessa terra infeliz; ainda assim, em toda a parte, numerosos outros veneráveis confessores, curvados sob o peso das suas cadeias que carregam com alegria, transformam em tantos santuários as suas prisões e os seus calabouços. A França, enfim, nós o asseguramos, Senhor Deus, oferece à vossa justiça, por toda a parte, ultrages que pedem vingança e crimes que reclamam punição. Mas, Senhor, também por toda a parte, vedes o sangue dos mártires da vossa religião santa.

[ ... ]

À vista dessas flechas agudas da justiça celeste, temos esperança de que o reino do infame ateísmo está prestes a terminar. Quanto mais nos aproximamos desse dia tão desejado das misericórdias do Senhor, tanto mais nos devemos ocupar em tornar-nos dignos da santa e sublime vocação a que fomos destinados.

[ ... ]

O termo do nosso exílio será para nós apenas o começo dos nossos trabalhos. Há o trono da impiedade por abater e apagar; há aquele da religião por elevar em todos os corações; eis a tarefa imensa, caros confrades. Quando veremos medir a profundidade do abismo de que temos de retirar a população confiada aos nossos cuidados, percebemos quão nobre, quão grande e quão tremenda é a nossa missão. Não simulemos nem o número nem a força dos obstáculos que teremos de vencer, nem o excesso de dispêndios que teremos de aplicar, nem a multidão de perigos de todo o gênero a que seremos expostos. A messe vai ser imensa, mas para a colheita devemos estar preparados a regá-la com os nossos suores, com as nossas lágrimas e talvez com o próprio sangue.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Expressão de São Paulo na epístola aos romanos. Empregada por Courveille op. cit. doc. 152 § 16

<sup>14</sup> O formulário marista de 1816 evoca as penas, trabalhos, sofrimentos e tormentos do apóstolo marista.

[ ... ]

Longe de nos saciar com o desejo e a esperança de vãs e enganosas doçuras que não são todas para nós, preparemo-nos para novas penas, muito mais rígorosas que o exílio. Para que nos ponhamos em estado de suportá-las com coragem e muito utilmente para nós e para os outros, compenetre-mo-nos de todos os nossos deveres do apostolado, mediante estudo continuado, vigílias assíduas e meditações profundas ; façamo-nos um tesouro de conhecimentos que nos forneçam as armas apropriadas para repelir os dardos dos diversos inimigos que teremos de combater, e para dissipar todo o prestígio que a heresia, o cisma e a impiedade puseram em obra para seduzir, desgarrar e corromper o nosso povo.

[ ... ]

Dignos e queridos confrades, é aos pés do crucifixo que devemos procurar esse rico tesouro de luz e de virtude de que temos tão grande e urgente necessidade. A impiedade quis apagar o seu nome sobre a terra ; é na escola do crucifixo que vamos aprender a restabelecer o seu império e a reerguer os altares.

[ ... ]

Vós quisestes, meu Deus, que todos os povos, todas as gerações e todos os séculos aprendessem a conhecer, por ele mesmo, o ímpio e o bárbaro filosofismo, a apreciar a sua tirânica tolerância e a sua horrível humanidade. Ele rasgou a máscara que cobria os seus medonhos dardos; mostrou-se a descoberto; vós permitistes que ele reinasse, e sem demora ele inunda a França e ameaça a terra inteira com desordens, trevas e os horrores do inferno.

[ ... ]

Caia de uma vez esse véu de mentira e de impostura que cega miseravelmente tantos milhares de homens e que o Deus de toda a luz afaste a funesta venda que esconde, aos olhos do nosso povo enganado, o abismo sem fundo, onde a impiedade o precipita, há quatro anos. O Deus de Clóvis, de Carlos Magno e dos Luíses lhe recorde as antigas misericórdias sobre a nossa pátria ; cubra com o seu escudo protetor os órfãos e os infelizes, os restos infelizes e tão válidos da família real ; assegure ao tenro e augusto descendente de tantos reis<sup>15</sup>, herança que pertence ao nascimento e que conquistou para ele e consagrou o sangue de um pai e de um rei mártir<sup>16</sup> pelo amor do seu povo, pela sua caridade para com os inimigos e pela fidelidade ao seu Deus.

---

<sup>15</sup> Luís XVII

<sup>16</sup> Luís XVI

[ ... ]

Que ele seja particularmente o objeto dos nossos votos o pai comum dos fiéis, este venerável pontífice tão grande quanto santo<sup>17</sup>: as suas luzes, projetos, virtudes e qualidades fazem por catalisar todas as homenagens ; a sua terna e vasta solicitude constituiu não somente uma como segunda providência para milhares de infelizes confessores, mas soube, por toda a parte, interessar e comover todos os corações para partilhar todos os benefícios. Digne-se o céu conservar dias tão caros aos infelizes quanto preciosos para a Igreja.

[ ... ]

Enquanto esperamos com confiança e resignação os momentos afortunados em que aprouver ao Senhor atender a todos os nossos votos, caros confrades, a paz de Deus, que ultrapassa todo o sentimento, guarde os vossos espíritos e os vossos corações em humildade e perfeita submissão à sua santa vontade e a nosso Senhor Jesus Cristo, verdadeira e única fonte de todo o bem. *Pax quae superat omnem sensum custodiat corda vestra et intelligentias vestras in Christo Iesu Domino nostro.*

Em St-Maurice, no dia 20 de outubro de 1793.

+ Joseph Marie, bispo de Puy.

[ ... ]

---

<sup>17</sup> Pio VI

## MARLHES SOB A REVOLUÇÃO

A paróquia de Marcelino Champagnat está no extremo nordeste da diocese de Puy. A Igreja « constitucional » sendo nula e não considerada para os refratários, Marlhes não vai entrar na diocese de Lyon senão em 1801, na concordata. Sabe-se que o Pe. Alirot foi mantido pároco durante a Revolução, mas menos se conhecem os seus dois auxiliares, os sacerdotes Laurent e Mijollas, e os três constam nas « disposições da diocese» nos anos de 1794, 1795, 1797, 1799.

1794	Alirot, Pe. – P(ároco) – Laurent, C(oadjutor). Sem autorização. E M. Mijollas.
1795	Alirot pároco, Pe.; Mijollas, coadj.; Laurent sem autorização.
1797	Alirot pároco; Mijollas, Laurent para a missa somente.
1799 6 de maio	Alirot, Pe. p. Mijollas coadj. Laurent sem autorização.

Além disso, a obra *‘Marlhes au long des siècles’*<sup>18</sup>, relata um fato importante:

« Em outubro de 1792, Jean Antoine Alirot, Jean Claude Laurent, vigário, Régis Philip, recebedor da alfândega, Jean Reboud, juiz de paz, prestam juramento, nos seguintes termos : juro ser fiel à nação, manter a liberdade e a igualdade ou morrer defendendo-as».

Não se trata de juramento ligado à constituição civil do clero, imposto em 27 de novembro de 1790, que se prestava no decurso de 1791, mas do juramento, dito da liberdade e igualdade, decretado em 15 de agosto de 1792, autorizado pelo sacerdote Emery<sup>19</sup>, e por uma parte dos bispos, nunca condenado pelo papa, mas desaprovado pelo bispo de Galard. Consentindo nesse ato, os sacerdotes Alirot e Laurent se mostram conciliadores, o que não pode ser dito de Mijollas, que não o prestou, visto que ele emigra nesse mesmo ano.

<sup>18</sup> Op.cit., p. 164.

<sup>19</sup> Superior de Saint-Sulpice e chefe do partido refratário moderado.

O seguinte informe sobre o sacerdote Mijolas consta na «*Semaine Religieuse*» de Puy<sup>20</sup>:

« O Pe. Mijolas, pároco de St-Just-Malmont, nasceu em Messignai, paróquia de Bessamorel, numa família de agricultores de renda mediana, talvez portadora de algum título de nobreza. Na Revolução, então vigário de Chambon<sup>21</sup>, na diocese de Lyon ; ele se recusa a prestar o juramento da « constituição civil do clero » e precisa esconder-se. Temperamento explosivo e impressionável, ele parte logo para a Itália, com o Pe. Berger, futuro pároco de St-Didier-la-Seaube. Essa viagem clandestina é difícil até a fronteira ; em seguida, os dois sacerdotes chegam a Roma. Dois anos depois, no final de 1794 ou começo de 1795, Mijolas retorna à França e se instala em Marlhes. Ainda se fala do seu zelo em socorrer os fiéis no meio dos perigos que os cercavam de todos os lados. Há poucas vilas das paróquias convizinhas que não conheçam a sua atividade e o seu zelo pela glória de Deus e pela salvação das almas ».

Mijolas, embora inclinado ao medo, sabe também comunicá-lo. Certa noite, ele bate à porta de um homem perigoso, gritando : « Cidadão D<sup>22</sup>, levante-se depressa, que há coisa urgente por fazer ; há certa batina rezando missa aqui por perto ». Quando o cidadão se apressa em abrir, a porta recebe dois tiros de revólver desfechados por Mijolas, mas só a porta.

Depois da Revolução, Mijolas deixa Marlhes e assume a paróquia de Saint-Just-Malmont, a onze km de Marlhes, boa paróquia de que se ocupou o Pe. Vailles, missionário de Sainte-Colombe<sup>23</sup>, e Rouchon<sup>24</sup>, os quais parece que nunca haviam deixado a paróquia durante todo o período da tormenta revolucionária. Os edifícios consagrados ao culto dessa paróquia permaneceram intatos. Mijolas ampliou a igreja que se havia tornado pequena, em face das novas delimitações da paróquia. As suas enfermidades obrigam-no a dar a demissão do seu múnus de pároco por volta de 1826 ; ele morre em 25 de julho de 1836, deixando excelente lembrança na paróquia.

Os registros eclesiásticos permitem precisar um pouco a história religiosa de Marlhes, particularmente a presença dos pastores nas paróquias. Os registros antigos foram entregues à prefeitura, em 20 de fevereiro de 1793. Os novos foram,

---

<sup>20</sup> *L'Echo de N.D. de France*, 1º Semana Religiosa do Alto-Loire, ano de 1866 p. 211-214 e 240.

<sup>21</sup> Hoje Chambon-Feugerolles, perto de St-Etienne.

<sup>22</sup> Pode-se pensar em Ducros, primo de J. B. Champagnat.

<sup>23</sup> Talvez Ste-Colombe, Rhône, perto de Condrieu.

<sup>24</sup> Não é Jean-Baptiste Rouchon, mais tarde pároco de Valbenoite.



em parte, recompostos, com base nos registros civis do Estado. Alirot batizou todo o mundo, mas sem manter registro correspondente. A reconciliação da igreja, que serviu certo tempo para o culto da *deusa razão*, realizou-se em 18 de dezembro de 1796, e pode-se supor que tenha continuado até o golpe de Estado de Frutidor, em setembro de 1797 ; o culto devia exercer-se publicamente. Os registros de casamento, porém, levam a assinatura de Alirot até 4 de setembro de 1797, e são retomados em novembro de 1800. O registro de batismo e de casamento, mantido por Mijolas, começa em 21 de fevereiro de 1796 e se encerra em 28 de agosto de 1800. Ademais, o registro dos casamentos e batismos de 1797 a 1801, p. 9, declara o seguinte : « A tempestade da perseguição afastou o pastor do seu rebanho ; assim, há uma lacuna no registro dessas funções da paróquia, entre 11 de junho de 1798 e 1º de abril de 1799. Em parte a lacuna foi sanada pelo Pe. católico Mijolas, com base no registro do Estado.

Portanto, por um lado parece haver uma ausência de Alirot do final de 1797 ao final de 1801, isto é, durante quatro anos ; por outro, afirma-se uma ausência mais tardia e muito mais curta. Cada uma das hipóteses parece ter um elemento de semelhança importante : setembro de 1797 é o golpe de Estado de Frutidor, que inaugura nova onda de terror e justifica melhor o afastamento de Alirot do que junho de 1798. Em compensação, um retorno em abril de 1799, alguns meses antes do golpe de Estado de Brumário, parece mais plausível que no fim de 1801.

Mas não é impossível conciliar as duas cronologias. De setembro de 1797 a junho de 1798, uma vez que Alirot optou por uma presença discreta antes de esconder-se de verdade ; depois retornou também discretamente, antes de decidir-se em aparecer em plena luz. Além disso, cumpre não esquecer que, durante essa época, vigorou o « terror branco ». Alirot deve temer a Revolução, mas o ativismo real em Marlhés também poderia ser temível. Não seria ridículo levantar a hipótese de que Alirot, por ser refratário moderado, poderia ter dificuldades com o seu próprio campo ideológico, nos períodos de forte tensão, como J. B. Champagnat experimentou no dele. O exame de território mais vasto, contudo, vai permitir alargar o problema.

---

## **OS SACERDOTES NA REGIÃO DE YSSINGEAUX SOB A REVOLUÇÃO**

A região de Yssingeaux cobre o ângulo nordeste da diocese de Puy. É zona montanhosa cortada em duas partes pelo vale do Loire, que corre do sul para o norte, em gargantas escarpadas, lugar de refúgio quase ideal. Marlhés, Usson-en-Forez e

Apinac são as últimas paróquias da antiga diocese, exatamente no exterior dessa região. Uma série de notícias biográficas, contidas na « Semaine Religieuse » de Puy de 1880-1881, dá um esclarecimento interessante quanto à ação dos refratários na região em que cresciam Courveille e Champagnat. Entre os 36 sacerdotes citados, retenho apenas alguns, para mim mais característicos ou mais bem documentados.

**Bergonhou de Rachat.** Pároco de Tence<sup>25</sup> em 1774, de 26 anos. Ele e os seus vigários se recusam publicamente a prestar o juramento. Ele se esconde, sem deixar as suas ovelhas. Ele é o administrador da diocese.

**De Rachat.** Pároco de St-Didier-en-Velay<sup>26</sup>, irmão do precedente. Ele não aceita o juramento e se esconde, sem deixar a sua paróquia, onde ele continua secretamente as suas funções. Foi mantido no seu posto depois da Revolução.

**Mermet.** Pároco St-Ferréol-d'Auroure<sup>27</sup>. Nativo do Jura. Estudou no seminário maior de Lyon. Ele reside, em seguida, com o seu tio, pároco de St-Ferréol ; resigna o cargo, mas para entregá-lo ao sobrinho. Emigra a Ferrara em 1791 (?) ; retorna depois do Termidor (em 1794 ou 1795). Detido numa incursão noturna na paróquia de St-Didier, em 21 de agosto de 1798, fuzilam-no em Puy, em 15 de setembro de 1798. É, portanto, uma vítima da segunda onda de terror.

**Jean-Pierre Maurin, pároco de Beauzac<sup>28</sup>.** Foi vigário da paróquia de St-Georges, em Puy. Foi nomeado pároco em 10 de maio de 1790. « Tendo recusado o juramento em 1791, ele desapareceu da paróquia e se refugiou em lugar ignorado». Reapareceu em 1796 ; daí em diante, assinou os atos dessa época, cumprindo as suas funções na sombra, mas com o maior devotamento. Continuou as suas funções até 1809, data da sua morte.

**Pause, pároco de Riotord<sup>29</sup>,** a 7 km de Marlhès. Ele é pároco desde 1764. Depois da recusa do juramento, continua o ministério. É auxiliado por dois vigários: Desgrand, originário de Riotord, e Thomas, da paróquia de Cayres<sup>30</sup>. Eles

---

<sup>25</sup> A 32 km do sul de Marlhès.

<sup>26</sup> A menos de 10 km de Marlhès

<sup>27</sup> Perto de Firminy, na fronteira de Alto-Loire e de la Loire. A menos de 20 km de Marlhès.

<sup>28</sup> Comuna na margem esquerda do rio Loire, longe de Marlhès.

<sup>29</sup> à 7 km de Marlhès.

<sup>30</sup> Nas proximidades de Puy

contam com residência segura, de onde partem em socorro dos moribundos e para batizar os recém-nascidos. O pároco intruso<sup>31</sup> está sem trabalho.

**L'Hoste, pároco de Araules**<sup>32</sup>. Ele escreveu uma « Relação de certos fatos sobre a tirania, pelo fim do século XVIII », obra de alguma inspiração. Pároco desde 1774, parece ter prestado o juramento com restrição e haver-se retratado sem demora com o bispo. Ele desaparece durante os primeiros anos da Revolução. Delegou os seus poderes a sacerdotes, vigários ou párocos de paróquias de St-Jeures, Champclause, Chaudeyrolles, Saint-Front (fora da região), de Yssingeaux e de Araules. Ele retorna à sua paróquia pelo ano de 1795 e exerce o culto até 1804.

**Perbet.** Detido em Yssingeaux, foi assassinado na estrada de Puy pela escolta. O seu túmulo tornou-se lugar de peregrinação. Os seus restos mortais foram transladados à igreja de St-Pierre-Eynac depois de alguns anos.

**Jean-Georges Agrève Detouche.** É de uma família de Yssingeaux; tornou-se vigário em Gap ; abrigou-se na família. De bom procedimento, trabalhador e zeloso. Foi denunciado e executado em Puy, em 30 de novembro de 1793. Tinha 29 anos.

**Mijolla du Crouzet.** «Ele foi brilhante em diversas partes do departamento, mas a sua estada habitual era nos arredores de Marllhes, Jonzieux et St-Genest-Malifaux ». Sempre disponível para atender aos moribundos. « Na verdade, nunca partia sozinho ; estava perfeitamente armado, como os acompanhantes ». Ele parece um *resistente*, no sentido quase militar do termo.

**Philippe Pouzols**<sup>33</sup>. Nasceu em Yssingeaux em 1754 ; sacerdote em 1775. Em 1789, vigário em Lapte<sup>34</sup>. Recusando o juramento, ele é obrigado a esconder-se. « O teatro das suas corridas noturnas abrangia vasto raio » : Lapte, Grazac, St-Maurice-de-Lignon, Tence, St-Jeures, Bessamorel, Glavenas, St-Julien-du-Pinet, Retournac<sup>35</sup>. Ele é acompanhado pelos sacerdotes Maurin e Abrial.

<sup>31</sup> É o qualificativo dado aos sacerdotes constitucionais.

<sup>32</sup> Perto de Yssingeaux.

<sup>33</sup> Ver Pe. Cornut, « Causeries historiques sur le Velay » e o manuscrito do Pe. Lhoste.

<sup>34</sup> A meio caminho de Montfaucon-en-Velay e Yssingeaux.

<sup>35</sup> Paróquias situadas num raio de 20 km ao redor de Yssingeaux.

**Berger.** Companheiro no exílio em Roma de Mijolas. Originário da diocese de Puy. Em 1789, ele é vigário em St-Maurice-en-Gourgois (Loire)<sup>36</sup>. No retorno de Roma, com Mijolas, « ele se mostrou um dos mais intrépidos campeões do catolicismo. Durante os dias maus, ele é encontrado um pouco por toda a parte, sempre dedicado ao dever e multiplicando-se para servir aos fiéis ». Certo dia, ele se encontra às margens do rio Ance<sup>37</sup>, com Mijolas e mais outro confrade. Com os seus tiros, eles põem em fuga um destacamento que veio detê-los. Ele morre em 1842.

**M. Bonnet.** Originário de Barry, paróquia de Araules. A perseguição sofrida pela sua família parece ser devida, em boa parcela, a uma intriga religiosa entre protestantes e católicos. O pai tem de esconder-se na paróquia vizinha ; duas irmãs, religiosas de São José, são detidas por algum tempo ; um irmão dele também tem de esconder-se. A cunhada não encontra ninguém que possa contratar para o amanhã da terra, e a prefeitura a impede de vender o gado. O pároco juramentado ameaça Bonnet ou tenta atraí-lo, para que preste juramento. « Durante três ou quatro anos, Bonnet cessa o exercício clandestino das suas funções do santo ministério, recolhendo-se aos seus familiares ».

Em face das perseguições sistemáticas da sua família, ele decide afastar-se com um confrade para a margem esquerda do Loire. Eles percorrem as paróquias de Retournac, St-Maurice de Roche, Vorey, Solignac, « seguidos por grande multidão chorosa e arrebatada da mais santa alegria ». Passado um mês, eles querem retornar, mas o Loire muito crescido os impede. Retornam, assim, às paróquias visitadas, acrescentando a de St-André, Boisset e Tiranges. Depois de atravessar o Loire, quase foram detidos. Bonnet aponta as armas à pequena patrulha. Aliás, « com a morte de Robespierre o terrorismo estava fenecendo ». Bonnet continuou as suas funções até o retorno do Pe. Lhoste.

**Maunier ou Monier**<sup>38</sup>. Originário da paróquia de Retournac e vigário na sua própria região.

Depois de recusar-se ao juramento, “como teatro dos seus expedientes noturnos de sacerdote clandestino, recebeu a paróquia Bas ou Basset”. Auxiliado pelo Pe. J. F. Paris, « fez um bem imenso ». Ele não se assusta em reunir, de noite, multidões de milhares de pessoas de Bas e arredores.<sup>39</sup> Enfim, foram detidos

---

<sup>36</sup> Muito perto da fronteira com o Alto Loire.

<sup>37</sup> Afluente da margem esquerda do rio Loire.

<sup>38</sup> A.N. F19/1011, sacerdotes refratários, Alto Loire. Um negócio vital, Monier.

<sup>39</sup> É dessa região que vêm os 8 postulantes de 1822. F. Gabriel Michel, « 1822 e os 8 postulantes » no Bulletin de l'Institut, t. XXVIII, n° 209, julho de 1969, p. 263 - 280.

por ocasião dessas reuniões, em 1796. Maunier e Paris são levados a Puy, presos, mas logram evadir-se. Depois não se fala mais dele em Bas. Parece que se retirou a Sentinhac, sua vila natal, onde passou os últimos anos da Revolução, esgotado. Em 1802, Maunier é nomeado pároco de Usson<sup>40</sup>.

**Lagniel.** Originário de Usson, que pertence à diocese de Lyon em 1801. Torna-se capelão em Valprivas<sup>41</sup>. Durante a RF, ele exerce o sacerdócio clandestinamente em Valprivas e vizinhanças. Muitas vezes denunciado, ele escapa das patrulhas graças à população.

**Thamet.** Não se conhece a sua origem. Ele exercia o sacerdócio nas aldeias situadas na montanha da paróquia de Bas-en-Basset. Denunciado no ano III, ele organizava reuniões em Valprivas, Chanteloube, Le Bouchet, e Le Valtatier<sup>42</sup>. A prefeitura de Bas faz deter homens dessa região, « visto que eles eram especialmente designados como partidários fervorosos dos sacerdotes fiéis. Depois de terem sido severamente admoestados em público, foram devolvidos aos seus lares, com a advertência secreta de serem mais prudentes e de dar menos brilho às suas convicções religiosas. Thamet continuava como aquele que não se encontra, e continuava como antes ». De fato ele é vigiado mais de perto.

**Antoine Pouzols.** Nasceu em Champclause, foi colocado como vigário em Araules. Como ele se recusa a prestar o juramento, fica seis semanas na paróquia, mas não pode entender-se com o pároco *intruso*. Retirou-se na sua família, mas exercendo alguma forma de apostolado na paróquia próxima, durante cerca de um ano. Detido, foi lançado na prisão em Puy. Foi exilado na ilha de Ré<sup>43</sup>. Ele retorna, talvez tendo-se evadido, e reassume as suas possíveis funções de assistir os fiéis até a reabertura das igrejas.

**Charrel.** Vigário de Yssingaux, ele se recusa a prestar o juramento e se refugia na Suíça. Aí ele chega tão esfarrapado para despiste, que o tomam por vagabundo e o prendem. Depois da Revolução, tornamo-lo a encontrar em Yssingaux.

**Menut.** No começo da Revolução, ele é ainda diácono. Retira-se a Aules, sua região, onde batiza e leva o viático. Ele vai à Suíça com vários confrades, para

<sup>40</sup> Ele é o pároco da família Courveille.

<sup>41</sup> Perto de Bas-en-Basset na margem esquerda do rio Loire.

<sup>42</sup> Vilas e povoados.

<sup>43</sup> Tipo de campo de concentração dos sacerdotes.

serem ordenados. No retorno à França, ele é designado juntamente com o Pe. Beauzac « para evangelizar a paróquia de Monistrol-sur-Loire e arredores<sup>44</sup> ». Graças às suas precauções e à proteção dos paroquianos, eles não são detidos.

**Jacques Rouchon**<sup>45</sup>. Nascido em Riotord, refugia-se na sua família. Presta auxílio à população convizinha. Em certa ocasião, quase foi preso.

**Jean-Jacques Gerenthes**. Originário de Lausanne<sup>46</sup>. Domiciliado em Tence. Detido e executado em 16 de fevereiro de 1794.

Seria oportuno acrescentar à lista **Mathieu Beynieux** (1762-1835), tio de Jean-Claude Courveille, sem dúvida vigário em Saint-Pal-en-Chalancon antes de 1790. A partir de 1795, ele assina os registros de Apinac, paróquia da qual ele se tornara oficialmente pároco em 1803<sup>47</sup>.

### Comentário desse quadro

A região de Yssingaux é relativamente homogênea. Aí um refratário, se tiver alguma dose de prudência, tem boas oportunidades de sobreviver e exercer utilmente o seu ministério. Aliás, é o território onde reside o Pe. Rachat, administrador da diocese, que pode manter a sua ação e ministério em razoável segurança.

O sistema pastoral parece funcionar como as missões do vigário geral Linsoles, na diocese de Lyon : em vastos setores dirigidos por um « missionário » que conte com sacerdotes às suas ordens que se deslocam para administrar os sacramentos. Ainda assim, o grau de organização parece mais delicado e várias vezes vêem-se padres em função sobreposta, por viés gerencial. Enfim, a resistência não é apenas espiritual : certos sacerdotes procuram a provocação, suscitando reuniões numerosas, com o formato de manifestações políticas. Além disso, e Mijolas e o seu colega constituem exemplos significativos quanto a isso, o sacerdote sai armado e às vezes com escolta. Podemos questionar também o sentido de algumas expedições na margem esquerda do rio Loire, que parece oferecer uma situação menos limpa que a direita.

---

<sup>44</sup> É a capital do nordeste da diocese de Puy.

<sup>45</sup> Não é Jean-Baptiste Rouchon, que foi pároco de Valbenoîte. Notícia biográfica em OM 4 p. 342.

<sup>46</sup> Arredores de Puy.

<sup>47</sup> OM 4, notícia biográfica p. 197.

Tudo isso permite situar o ambiente de Marlhes ou de Usson<sup>48</sup>. Nesses lugares, se o dia pertence às autoridades, a noite é dos refratários. Quando fica sacerdote constitucional, ele se marginaliza. Os republicanos não estão em maior segurança que os refratários, porque o partido contra-revolucionário, pautando-se pelos famosos e míticos « companheiros de Jesus », denunciados pelas autoridades, sim, o partido pode exercer as suas vinganças, como nas « árvores da liberdade » cortadas, tiros de fuzil nas portas etc.

De fato, parece estabelecer-se muito cedo um acordo tácito entre as autoridades e a corrente refratária, elas deixando livre o culto, contanto que seja sem barulho. Se os refratários dão a impressão de pôr em causa o poder, eles suscitam reações vivas mas limitadas. Evidentemente, a massa da população é tomada como refém, enquanto os briguentos se aproveitam dos distúrbios. Aparentemente, todo o mundo deve desconfiar de todo o mundo, em clima de guerra civil larvada, nenhum campo logrando vantagem decisiva.

Em Marlhes, o pároco Alirot assemelha-se a muitos pastores que continuam as suas funções, com o inconveniente de desaparecer por algum tempo, talvez mais para não importunar as autoridades republicanas locais do que para evitar grande perigo. Mijolas, que o substitui algumas vezes, parece, pelo contrário, estar numa linha político-religiosa, o que explicaria a sua maior liberdade de ação em locais em que os monarquistas são muito influentes.

Jean-Baptiste Champagnat poderia ser considerado o tipo padrão de prosélito moderado da Revolução, comprometido numa história que o ultrapassa. Quando morre, em 1804, ele é homem politicamente vencido, visto que, no universo cultural de Velay, a Revolução perdeu o jogo, mesmo que o regime napoleônico, no pináculo da escala, decrete nula a partida.

Em todo o caso, o jovem Champagnat parece ter sob o olhar uma sociedade em forte tensão e uma família pelo menos descontraída pelos acontecimentos. O jovem Courveille deve ser situado diversamente, porque o seu tio é sacerdote e a sua família está em campo ideologicamente determinado<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Lugares onde se passa a infância de Jean-Claude Courveille.

<sup>49</sup> Os seus pais escondem a estátua de Nossa Senhora de Chambricac.

## **SITUAÇÃO RELIGIOSA DO ALTO-LOIRE NA VISÃO DO PREFEITO EM 1801**

O documento abaixo emana do *prefeito*, isto é, « representante do governo no departamento » do Alto Loire, um pouco antes de que a concordata fosse aplicada, como descrevemos acima. Aferindo-o pela lista dos sacerdotes da região de Yssingeaux, confirma-se a impressão de que a margem esquerda do Loire é menos transparente na demonstração do seu espírito refratário e os sacerdotes da montanha não se arriscam senão em expedições pontuais. A vizinhança de Puy e de Brioude parece mais dividida, mesmo que o representante do poder central pareça exagerar o papel dos *constitucionais* e matizar as disputas entre católicos e protestantes.

O seu relatório é muito codificado, visto que, como bom serventário do poder, ele faz indiretamente o elogio da política de branda firmeza governamental e mostra os resultados obtidos por ele próprio na sua aplicação. No fundo, trata-se de um discurso em defesa da concordata que dissocia o clero « briguento », termo genérico que engloba os ativistas monárquicos, levados a praticar o « terror branco » e também os que se tornaram verdadeiros *fora da lei*. Ele exagera, provavelmente, o desejo dos sacerdotes de se dissociarem dos monarquistas e de se aliarem ao governo; mas ele compreendeu bem o desejo de paz desses homens e dessas populações que eles procuram conter, com a condição, porém, de que não se lhes imponham compromissos inaceitáveis ou mesmo ambíguos, no estilo dos juramentos revolucionários precedentes.

Pode-se observar, aliás, certo desprezo soberano, mesclado com temor, das pessoas « esclarecidas » da administração central para com populações rurais e religiosas. (Extrato do artigo « espírito público » fornecido pelo *prefeito* do departamento do Alto Loire, capital de Puy, no decurso do ano IX (1801)<sup>50</sup>.

### **Artigo dos sacerdotes e do culto**

Seria injusto e inexato considerar todo o departamento do Alto Loire como agitado pelo fanatismo e influenciado pelos sacerdotes insubmissos. Uma boa parte da redondeza de Brioude<sup>51</sup> não reconhece e não segue senão os sacerdotes constitucionais que, na sua vez, não se servem da sua influência senão para assegurar a execução das leis e fazer amar o governo.

---

<sup>50</sup> A.N. F 19/342, Diocese de St-Flour, Haute-Loire, an IX-an XII

<sup>51</sup> No oeste do departamento.



No extremo oposto do departamento, em toda a linha limítrofe de Ardèche, de Montfaucon à vizinhança de Pradelles, o que abarca uma parte de Yssingeaux e de Puy, protestantes e católicos, aproximadamente, constituem dois efetivos demográficos semelhantes. Esta mescla religiosa, em vez de promover que-relas, tende a neutralizá-las. Rixas e vias de fato particulares, ainda assim, são freqüentes nas localidades escarpadas e de acesso difícil ; mas todas não passam de desajustes de interesse pecuniário e comercial. O resultado dessas perturbações, muitas vezes funesto, cumpre atribuí-lo unicamente ao caráter dos habitantes dessas terras de gente dura e teimosa, como todos os montanheses, gente irascível e violenta como os povos meridionais. Nada tão bom e hospitaleiro como este povo, quando está calmo e satisfeito; nada tão perigoso, quando os ânimos se azedam ou se esquentam.

Quanto ao mais, na região deste departamento não há como não reconhecer certa superstição tão grosseira como aquela que, há dois séculos, era universal, e que deriva para o fanatismo, muito exaltado na massa do povo, pela grande influência de parte dos ministros do culto. Parece que as leis da deportação não atingiram, entre os sacerdotes, senão alguns indivíduos imprudentes ou alquebrados pela idade. Quase a totalidade dos outros encontrou nas habitações mais afastadas, nas matas e nos flancos da montanha segurança, hospitalidade, dedicação e discrição. A perseverança das investigações e a gravidade das penas não fizeram senão aumentar os cuidados que consolam e as cautelas que preservam ; muitas vezes, a perseguição despertou a rebelião desse povo agreste e robusto, que suporta, sem murmurar, as maiores fadigas e, se necessário for, sabe viver de raízes<sup>52</sup> e água.

Nesse estado das coisas, é provável que os « sacerdotes, invisíveis » e, de alguma forma, onipotentes, detestavam um governo que os colocava sem cessar entre o cárcere, a proscrição e o fuzilamento. É certo que a flexibilização tática do governo atual em favor deles os conquistou quase todos. Eles até não temem expressá-lo por carta. Detestam o estilo briguento; alguns chefes deste estilo exaltado ficam sob a vigilância dos responsáveis. Porém eles se recusam a pronunciar promessas e juramentos de fidelidade imposta.

Levando em conta tudo isso, não seria uma sã política usar de consideração para com os velhos sacerdotes ? Então proíbe-se o culto público ; tolera-se,

---

<sup>52</sup> Legumes

porque não se pode impedi-lo, o culto exercido nos lugares afastados, nas habitações particulares : a esse preço a máxima tranqüilidade. Querendo forçar a medida, vamos indispor os sacerdotes mais distintos pela instrução e até mesmo pelo apego ao governo, abortaríamos os bons efeitos que podemos esperar da influência da sua liderança e tornaríamos a exasperar o fanatismo sempre desconfiado e obscuro, imerso em grandes agitações ».

Assinado Lamothe, *prefeito* do departamento

---

## **A REGIÃO DE YSSINGEAUX EM 1811**

O *subprefeito* na região de Yssingaux escreveu, em Authier, uma carta<sup>53</sup> ao *prefeito*, em que expõe a dificuldade em reunir os conscritos mobilizados pelas guerras do Império. As causas desse espírito refratário, segundo ele, constituem « uma oposição ao serviço militar, assaz comum em regiões montanhosas », mas também por outras implicações, como se lê em seguida.

« Essa oposição e essa repugnância se robusteceram pelas prédicas e insinuações pérfidas em épocas em que havia campos e partidos contra-revolucionários. Nesses tempos infelizes, se destinavam ao anátema e à danação eterna os jovens que se alistavam no exército. Assassinaavam-se a sangue frio aqueles que se mostravam fardados. A gente cobria de opróbrios e de ridículo aqueles cuja vida se poupava. Recusavam-se os serviços fúnebres àqueles que morriam no campo da honra. Devotas conhecidas com o nome de « beatas » traziam víveres e cestos cheios de cartuchos aos recrutados<sup>54</sup>, aos desertores insurretos nos antros e nas cavernas, onde se refugiavam, excitando-os à revolta<sup>55</sup>. Esses malditos canalhas são numerosos na minha região e há uma influência particular ; quase todos os sacerdotes pregam então a insurreição, e ainda continuam nas mesmas paróquias, onde eles não ousam ensinar de público a mesma doutrina contrária, embora as suas opiniões não sejam as mesmas, e o seu procedimento geral seja sábio e moderado ».

---

<sup>53</sup> A.D. de la Haute-Loire, R 500, em 12 de fevereiro de 1811. Carta citada pelo Pe.Chaulanges, A.G. Manry, R. Sève, textos históricos, 1799 – 1815, Delagrave, 1969, p. 103.

<sup>54</sup> Os jovens *requisicionários* do serviço militar.

<sup>55</sup> As beatas são piedosas senhoras celibatárias, formadas em Puy, que educam as moças e os meninos nas vilas e povoados. As autoridades revolucionárias entretêm a respeito delas uma verdadeira lenda negra de que o *subprefeito*, sub-representante do poder central no departamento, se faz eco aqui.

Quanto aos prefeitos (prefeito em sentido brasileiro), assessores e vereadores, consta o seguinte. « Sem ter de recriminar-lhes a infidelidade, tenho de me queixar da sua pouca coragem ; diria que eles temem a opinião pública e que não ousam mostrar-se abertamente, quando se trata de diligências contra os refratários e desertores<sup>56</sup> ».

Evidentemente, cumpre matizar esse quadro da situação anterior ao Império ; ela reflete, por um lado, a visão do poder central e, por outro, a preocupação de o funcionário melhor se desculpar dos maus resultados. Ainda assim, aí percebem-se três fatores misturados da oposição maciça à Revolução: (1) resistência política dos partidos contra-revolucionários ; (2) resistência religiosa, papel dos sacerdotes e das beatas ; (3) recusa pura e simples do recrutamento.

---

## CONCLUSÃO

De 1789 ao fim do Império, a diocese de Puy e, mais particularmente, a região de Yssingeaux viveram, portanto, na oposição, mais ou menos aberta mas continuada, ao poder central. É em tal ambiente que Champagnat e Courveille viveram a infância e a juventude. A supressão da diocese na concordata parece haver freado muito pouco a oposição religiosa inaugurada pelo bispo de Gallard, e continuada por Doutre, Issartel e Richard, verdadeiros chefes de uma quase diocese, sem contar os numerosos antigos sacerdotes refratários, que tornaram a ocupar o seu posto. A diocese de Lyon, mantida firme por Fesch, tio do Imperador e antigo sacerdote juramentado, parece ter estado em situação muito diferente, para não dizer oposta.

Também seminaristas como Champagnat e Courveille, formados por um catolicismo de resistência, tiveram de completar a sua educação eclesiástica em ambiente muito mais *lealista*. Pode ter ocorrido, além disso, que a preocupação de recuperar Courveille, nativo do seu território, seja tanto um ato de desconfiança de Puy como a preocupação de conseguir um seminarista a mais.

E como, vindo a Lyon, Courveille poderia reforçar o espírito refratário que a partida dos sulpicianos e o cativo do papa contribuíram largamente para fazer renascer, Bochart vigia e controla a ação deles, tomando os primeiros ma-

---

<sup>56</sup> Essa atitude moderada parece ter sido largamente a de J.B. Champagnat, sob a Revolução.

ristas sob o seu báculo, e guardando-se de autorizá-los a irem a território onde reina um espírito que ele desaprova.

Seja como for, Courveille e Champagnat não podem ser compreendidos em profundidade, senão como homens de Velay, espiritualmente voltados para Puy. Esta origem comum repercutiu pesadamente na sua colaboração e tornou tanto mais trágica a separação deles. Ademais, pode-se perguntar se a sua ruptura não encontra, em parte, a sua causa na experiência diferente em face da Revolução : Champagnat, pela sua família, estando inscrito numa atitude religiosa e politicamente moderada, ao passo que Courveille, em termos de família e de estudos seminarísticos de Puy, estaria antes inscrito num espírito refratário, de que constituem exemplos o bispo de Galard, os vigários gerais e os sacerdotes da redondeza de Yssingeaux. Além disso, não esqueçamos que a obra de Champagnat encontra, no Alto Loire, importante berço do seu recrutamento a partir de 1822.

Em suma, o formulário marista muito deve ao espírito refratário ; os pontos comuns entre as propostas do bispo de Galard e o manifesto marista estão longe de ser de somenos. Essas reaproximações de forma alguma podem surpreender, se ponderamos que o plano da Sociedade de Maria proveio de Puy, onde Courveille o encontrou no formato de uma mentalidade refratária predominante, ou o derivou de algum plano preexistente : a hipótese é improvável mas não de todo rejeitável, porquanto o velho jesuíta Bertrand poderia tê-lo veiculado.

Ir. André LANFREY, le 21/01/2005

# *Reforma Católica e Revolução Política*

## **Jean-Baptiste Champagnat e os penitentes de Marlhès**

**Ir. André LANFREY, fms**

Um dos documentos mais significativos da história de Marlhès, na véspera da Revolução, é o « livro para o tesoureiro da confraria dos penitentes brancos estabelecida na localidade de Marlhès »<sup>57</sup>. Embora composto essencialmente de dados financeiros, ele nos revela, por pouco que o investiguemos, dois aspectos importantes da vida religiosa, social e econômica da paróquia, de 1660 a 1820, aproximadamente. Por certo, a sua importância para os Maristas provém do fato de que um dos autores desse registro é Jean-Baptiste Champagnat, pai de Marcelino, tesoureiro da confraria de 1779 a 1788.

Esse registro não é a nossa única fonte sobre a confraria e poderíamos, em parte, recortar e perfazer as nossas informações, comparando-as com o registro do secretário da confraria, em boa parcela recopiado, no século XIX, pelo senhor Convers, pessoa importante de Montfaucon em Velay.

Vamos avançar, pois, em três fases. Primeiro, um estudo relativamente aprofundado dos dois documentos. Em segundo lugar, um recuo histórico acerca da significação das confrarias nos séculos XVII e XVIII, em contexto de Reforma católica. Enfim, vamos travar conhecimento com Jean-Baptiste Champagnat, tentando discernir melhor, em virtude de dados financeiros, uma personalidade de quem sabemos pouca coisa.

---

<sup>57</sup> É um manuscrito de formato 34, 5 x 24 de que já foram escritas 154 páginas. Vem coberto pergaminho.

---

## **I. DOIS DOCUMENTOS COMPLEXOS**

O comentário seguinte vai examinar e cotejar duas fontes, uma original, a outra mera cópia parcial de documento perdido.

---

### **A. ESTADO DO REGISTRO DOS TESOUREIROS**

A escrituração regular das contas não começa senão em 3 de junho de 1748, dia em que Jacques Peyron é nomeado tesoureiro da « confraria do Santíssimo Sacramento do altar » da paróquia de Marlhès, p. 12<sup>58</sup>. A conta das receitas cobre as páginas 12-93, entre 1748 e 1834, com uma interrupção fácil de compreender entre 1791 e 1801, época da Revolução. Segue uma vintena de folhas brancas, cuja importância é grande, porque sugerem que a confraria foi extinta antes de ter encerrado o registro. De fato, parece que ela prosseguiu durante boa parte do século XIX.

Segue o « capítulo das despesas » p. 94-141. Como na primeira parte, há algumas páginas, 94-101, sobre a confraria no século XVII, de 22 de junho de 1663 a 26 de maio de 1678. Depois vêm as contas de 1748 a 1788, que recomeçam em 1801-1807. Em seguida, apenas um recibo do pároco Duplay em 1826, p. 141, testemunha a existência da confraria. O registro se encerra com 35 folhas brancas.

No fim do registro, numa escrita diferente da que precede, comparece a lista daquelas pessoas que presidiram as procissões e festas. A lista cobre os anos de 1716 a 1786, p. 142-154. Retornaremos.

---

### **B. HISTÓRIA DA CONFRARIA POR MEIO DO REGISTRO ?**

Dessa descrição pode-se tentar extrair a história do manuscrito e, em parte, aquela da confraria. O capítulo das despesas, p. 94, que não sofreu amputação

---

<sup>58</sup> A página 1 contém o título, ao qual está anexo, duas vezes, o nome de E. Epalle, do povoado de Royons, tesoureiro da confraria no momento da sua reconstituição em 1801. A segunda página compreende apenas uma adição e a terceira repete o título da primeira página, mas com outra escrita: « Livro para o tesoureiro da confraria dos penitentes brancos estabelecida no lugar de Marlhès ». As páginas de 4 a 11 formam uma ligação- fragmento do registro da *confrérie* de agosto de 1663 a abril de 1679. A paginação primitiva é feita pela contagem das folhas em algarismos romanos. Como o uso secular apagou, muitas vezes, a marca, renovei a paginação para facilitar a referência e a expedição na consulta ao documento.

como aquele das receitas, começa em 22 de junho de 1663. Depois de 1670, a confraria tem sinais de moritura.

O registro parece ter dormido até 1716, data em que ele recomeça, às avessas, para anotar os « reis & rainhas » das procissões e das festas, como a Assunção, Corpus Christi, oitava desta festa, praticamente até a Revolução.

Reativado em 1748, o registro continua então as contas estabelecidas no século XVII. Depois da crise revolucionária, a escrita se mantém corretamente de 1801 a 1811. A partir de 1812 e até 1827, as receitas se reduzem a três ou quatro itens por ano. De 1827 a 1834, elas são indicadas a lápis e as datas raramente constam.

Em suma, segundo o registro, a confraria dos penitentes do Santíssimo Sacramento de Marllhes teria conhecido uma partida hesitante no século XVII, uma retomada difícil em 1716, um período bom na segunda parte do século XVIII, e uma restauração precária e descontínua no começo do século XIX. Ainda assim, temos de estar conscientes de que a boa ou má escrituração, de per si, não significa necessariamente uma confraria mais ou menos próspera, visto que a negligência administrativa não constitui sinal seguro de maior ou de menor fervor religioso. Seja como for, não se deve desdenhar os pagamentos de cotizações e o recrutamento mais ou menos maciço. Enfim, podemos cruzar as informações desse registro financeiro com outra fonte que concerne à dita confraria.

### **C. OS PAPÉIS CONVERS NOS ARQUIVOS DEPARTAMENTAIS DE PUY**

Convers, erudito do século XIX, deixou nos seus papéis<sup>59</sup> a cópia parcial do « livro para o secretário da confraria dos penitentes brancos estabelecida na igreja de Marllhes, sob o termo do muito augusto e muito santo sacramento do altar, em que serão registrados por ele todos os atos, tanto do estabelecimento desta confraria quanto daqueles que serão feitos durante o decurso da sua duração, entregue à esposa de Jean Riocreux, secretário ; foi criada a dita confraria em 15 de junho de 1662 ».

---

<sup>59</sup> Conservados nos arquivos departamentais de Puy.

A ata do estabelecimento recorda que a confraria foi fundada em 19 de setembro de 1660, em presença do tabelião real e do pároco. Este último, na homilia da missa, pediu a convocação da assembléia dos habitantes, assembléia realizada logo depois, certamente na igreja, a fim de deliberar e entrar em acordo acerca do estabelecimento oficial da confraria. O tabelião recebe a aprovação dos seguintes notáveis.

<b>Nome</b>	<b>Estrato social</b>	<b>Função</b>
1. Claude Forest	Sacerdote	Societário <sup>60</sup>
2. Antoine de la Borge	Nobre	Capitão
3. Jean de Colomb	Cônego do Templo	Doutor em direito
4. André Verne	Doutor em direito	Juiz
5. Jean Bayle		Procurador
6. Jean Baptiste Fontfreyde		Procurador
7. Jacques Fontfreyde	« distinto »	
8. Antoine de Colomb	« distinto »	
9. Gabriel Piard		
10. Jean Chaleyey		Comerciante em Rozey
11. Benoît Riocreux	« honesto »	Comerciante
12. Jean Riocreux	Irmão do precedente	Prático (médico ?)
13. Jean Tuvelle		Comerciante
14. Antoine Courbon		
15. Antoine Ducros	<i>Não sabe assinar</i>	
16. Louis Vallet		
17. Antoine Vallet	Irmão do precedente	
18. Claude Baboin		
19. Antoine Epalle		
20. Claude Riocreux		
21. Jean Drevet	<i>Não sabe assinar</i>	
22. Benoît Delorme		Prático
23. Jean Mirandon	Pai e filho	
24. Laurent Foreison	<i>Não sabe assinar</i>	
25. Giraud Paret	« habitante »	
26. Jean Desjoyaux	<i>Não sabe assinar</i>	
27. Jacques Verne	« Burguês de Marllhes »	
28. Antoine de Colomb		

<sup>60</sup> Em muitas paróquias existiam sacerdotes chamados « societários » ou « habitados » ou ainda « afilhados », originários do lugar. Eles exerciam funções anexas do culto.



Todos esses senhores exercem o ofício, a um só tempo, de conselheiros municipais e fabriqueiros paroquiais na França do antigo regime, em que a distinção entre espiritual e temporal é relativa. São 28 notáveis, sacerdotes, nobres e plebeus, listados por ordem de precedência, como era o costume do antigo regime. Quase todos logram assinar o nome. São a elite de Marlhès. Entre eles nenhum Champagnat<sup>61</sup> nem Chirat, mas um Ducros.

Vem a seguir a ata do pedido de autorização da confraria, dirigida ao bispo de Puy<sup>62</sup>. A recepção dos confrades se desenvolve em 8 de junho de 1662, quinta-feira, pelas 7 h da manhã, na igreja paroquial. Os candidatos se confessam e comungam. Levam na mão o hábito de penitente. Este é bento antes de que o vistam. São exortados a serem fiéis aos estatutos. Seguem-se trinta assinaturas, o que é muito, e dá uma boa idéia do nível cultural da confraria. Apenas seis confrades não sabem assinar. A lista dos confrades não deve ser muito diferente daquela de 1660.

Nomes e cargos se confirmam em 15 de junho de 1662.

- Reitor : Mathieu Paret, tabelião real, da localidade Marlhettes
- Vice-reitor e 1º conselheiro : Jean De Colomb, senhor de Chambaud, juiz da jurisdição de la Faye
- 2º conselheiro : Mestre André Verne, juiz da jurisdição de Clavas
- 3º conselheiro : Senhor Jacques Fontfreyde, burguês de Marlhès
- 4º conselheiro : Jean Bayle, procurador de ofício da jurisdição de la Faye
- Secretário : Jean Riocreux, prático do lugar
- Mestre do coro e das cerimônias: Jean Chaleyèr, de Rosey.

Em 1663, com 220 libras a confraria amplia a tribuna da igreja, onde celebra os seus ofícios, tarefa confiada ao pedreiro chefe e carpinteiro de St-Didier, Velay. Este acréscimo « é erguido sobre quatro pilares que suportam cinco arcadas de pedra talhada até o nível do telhado da dita igreja com uma janela redonda sobre a face do dito acréscimo ; composto, além disso, de dois degraus<sup>63</sup> por dentro da dita igreja, de cada lado da grande porta da igreja, para o serviço da dita capela».

Em 27 de julho de 1664, a confraria contrata o serviço de Pierre Malescours, mestre carpinteiro domiciliado em Mas, perto de St-Pal-de-Mons, para levar a

<sup>61</sup> O bisavô de Marcelino nasceu em 1683, em St-Victor-Malescours, no Alto Loire, a 10 km de Marlhès.

<sup>62</sup> A autorização do vigário geral é de 24 de setembro de 1660, assinada por de Montauban, v.g.

<sup>63</sup> Escadas.

termo « dois degraus de madeira<sup>64</sup> para dar acesso à capela », cadeiras para os confrades, algumas decorações e um altar, pela soma de 93 libras.

A capela dos confrades, parece, portanto, constituir uma *igreja alta*, a cobrir boa parte da nave. Essa disposição resulta manifestamente de um compromisso : em Marllhes, como em muitos outros lugares, o clero não quer capela de penitentes independente da igreja paroquial, enquanto os confrades desejam um local para eles. Aparentemente eles não foram sovinas quanto ao dispêndio, o que confirma que a confraria recruta os notáveis e unicamente homens. Certamente foi nessa capela que J. B. Champagnat e esposa foram recebidos como confrades no fim do século XVIII.

O registro recomeça em 10 de julho de 1715, para anotar os trabalhos de reforma e embelezamento. Em 25 de janeiro de 1734, a confraria recebe uma soma de cem libras, que ela aplica « nas reformas e no restabelecimento da nossa capela que estava em ruínas desde uns oito meses ». Para os generosos doadores, ela constitui uma fundação a título perpétuo em favor de Jean Pollet e Antoinette Bayle, sua esposa, compreendendo um ofício de defuntos e uma missa para o repouso da sua alma.

A ata do contrato com o empreendedor nos dá a lista dos notáveis da confraria que parece muito diferente, na nominata, daquela do século XVII.

<b>Confrades 1660 - 64</b>	<b>Confrades 1734</b>
Barralon Antoine	Aulagnier Guillaume
Bayle Jean, procurador	Bayle Claude
Bergier	Bayle Jean
Borye (Antoine de la), nobre	Bayle Mathieu
Bosc Didier, comerciante	Bergeron B(arthélem)y, reitor
Celle Jean, comerciante	Chausse Claude
Chaleyzer Jean, comerciante	Coignet Antoine
Colomb (Jean de), juiz	Courbon Antoine
Courbon Jean	Courbon Jean Baptiste
Delorme Benoît, práctico	Devaux François (filho)
Ducros Antoine	Devaux Jean (pai)
Epalle Antoine	Epalle Pierre

<sup>64</sup> Aparentemente, os “degraus” previstos no contrato anterior não foram feitos ou não agradaram.

<b>Confrades 1660 - 64</b>	<b>Confrades 1734</b>
Epalle Jacques	Faverjon Louis
Fontfreyde Jacques, burguês	Forizon Jean
Forest, Claude sacerdote	Frapa Pierre
Fuvelle Jean, comerciante	Frappa Jean
Grangier Jean	Grangier Jean
Grivel	Guichard Jean –Pierre
Mirandon Jean	Jabrin Jean Baptiste
Mourgue	Larbret Jacques
Paret Mathieu, tabelião real	Peyron Claude
Prudhomme	Pollet Claude
Rachatin Claude, prático	Sabot Jean
Rachetin	Souvignet Antoine
Riocreux Jean, prático	Teyssier Jean Baptiste
Vallet Antoine	Viallette J.B.
Verne André, juiz	
	« para os nossos confrades iletrados <sup>65</sup> »

Somente quatro sobrenomes de família de 1660-1664 se encontram em 1734. Para três deles, Bayle, Courbon e Grangier, a semelhança dos prenomes nas duas datas sugere forte presunção de continuidade familiar entre avô e neto. Num conjunto de 28 e 26 sobrenomes, é muito pouco. A confraria parece ter grandemente modificado o estrato social dos seus associados.

Em 1717, Madeleine d'Allier, viúva Colomb, dá 10 libras para a recepção do neto e dela própria. É a primeira vez que se assinala a presença feminina. No mesmo ano, começa o catálogo das penitentes: Marguerite Desjoyaux é recebida em 23 de maio de 1717. Numa lista demasiado breve<sup>66</sup>, o copista anota : Marie Thérèse Chirat, esposa de J.B. Champagniat, de Rosey, recebida em 17 de junho de 1787. A última penitente do registro é recebida em 1802.

A cópia fornece também uma lista de 71 confrades recebidos de 1707 a 1803<sup>67</sup>. Entre eles, em 1715 « filho Champagnac » e « Jean Champagnac de La Fau-

<sup>65</sup> Os confrades iletrados que, por certo, participaram do debate, mas não assinaram.

<sup>66</sup> Manifestamente, o copista não anotou a lista por inteiro. Um ponto de suspensão, entre 1717 e 1746, mostra que ele deixou de fora as recepções entre esses dois anos.

<sup>67</sup> A presença dos pontos de suspensão sugere que o escrivão não anotou todos os nomes.

rie »<sup>68</sup> ; em 1760, Jean Champaignac de La Faurie<sup>69</sup> » ; « Claude Champaignac... 1763<sup>70</sup> » ; » Jn. Bte. Champagniat, tesoureiro, de Rosey, em 21 de junho de 1778<sup>71</sup> » ; e enfim, « B(arthélem)y Champagniat, de Rosey, em 16 de outubro de 1803<sup>72</sup>. Aparentemente, desde o começo do século XVIII, os chefes de família de cada geração de Champagnat integram a confraria. Essa adesão significa certamente um fervor religioso, mas também a procura de honraria social.

O registro nos indica numerosos ofícios da confraria em 1746 : reitor, 1 vice-reitor, diversos conselheiros, 1 mestre do coro e das cerimônias, 1 secretário, 2 coristas, 4 sacristães, 1 tesoureiro, 2 visitantes de enfermos, 2 porta-bandeiras, 1 porta-cruz, 2 porta-dosséis do Santíssimo, 4 porta-lanternas para escolta do dossel do Santíssimo, 1 mestre de noviços. Dez confrades e certo « Champagnat » parecem não ter função. Essa lista de 36 pode não estar completa.

Esses ofícios, de manifesto, comportam dois níveis : reitor e secretário são como atores políticos. A seguir, trata-se antes de empregos técnicos, para a boa marcha da confraria. O canto e as procissões constituem atos maiores. Sem dúvida, os titulares dos primeiros postos se reservam aos notáveis. Por exemplo, o vice-reitor e o 1º conselheiro de 1748 abrangem o « nobre Christophe Colomb e senhor de Ecotay » ; o 3º conselheiro, Jean Sabot, é tabelião real, que se torna reitor em 1755. O secretário é o mestre Jean Lardon, tabelião. A partir de 1755, parece que a confraria se democratiza, com a eleição de Jean Riocreux, de Rosey, que parece ficar na função até 1765.

No curso do século, os Champagnat ocupam algumas funções menores na confraria. Em 1752, Claude Champagnat e Jean-Baptiste Champagnat figuram entre os quatro coristas. Em 1756, mestre Claude Champagnat, de la Faurie, é eleito tesoureiro. Em 1762, parece mestre do coro e em 1765 mestre dos noviços. Em suma, os Champagnat não pertencem aos notáveis.

Este registro nos mostra que Marlihes no século XVII está longe de ser um deserto cultural. O grande número de pessoas que sabem assinar o nome teste-

---

<sup>68</sup> Por certo é Jean-Baptiste Champagnat I, nascido em 1683, que se casou em 1716 com Louise Crouzet, do povoado La Faurie. Foi admitido com 32 anos.

<sup>69</sup> Certamente Jean-Baptiste Champagnat II, nascido em 1719. Foi recebido com mais de 40 anos.

<sup>70</sup> Tio de Marcelino Champagnat.

<sup>71</sup> Nascido em 25 de janeiro de 1752. Está, pois, com 26 anos.

<sup>72</sup> Nascido em 12 de março de 1777, ele tem 26 ans, como o pai. A confraria parece receber apenas homens maiores, isto é, acima de 25 anos.

munha uma religião burguesa e nobre, que adere aos princípios da Reforma católica. A criação da confraria exibe um estrato de elite simultaneamente cultural, religiosa, econômica e social.

A confraria de 1715 parece diferente : ela admite mulheres, as altas funções da confraria parecem ocupadas por homens de origem mais popular, sobretudo depois de 1750. Assiste-se talvez a uma dissociação progressiva entre elites sociais e elites religiosas, destacando-se os notáveis progressivamente de uma confraria demasiado plebéia para o seu gosto ; os meios mais populares buscam, a um só tempo, uma expressão religiosa mais profunda e uma ascensão social por meio da confraria. Vamos voltar a isso.

Desse modo, o documento Convers parece confirmar a cronologia do registro dos tesoureiros : há clara renovação e transformação da confraria no biênio 1715-1717, seguidas por certo tempo de marasmo antes de 1750.

---

## **II. PENITENTES E REFORMA CATÓLICA**

A confraria de Marlhès situa-se claramente no ambiente cultural da França meridional, visto que se reporta a Puy e não a Lyon. A paróquia de Marlhès está sob a influência missionária dos jesuítas de Puy, ilustrada por são João Francisco Régis, falecido em 31 de dezembro de 1640, em La Louvesc. O seu processo de canonização, iniciado em 1676 pelo bispo de Puy, chegou à sua beatificação em 1716 e à sua canonização em 1737. A sua vida, publicada pelo Pe. Daubenton, não cessou de ser editada.

---

### **A. PENITENTES E MISSIONÁRIOS**

Marlhès teve contato extremamente forte com Francisco Régis : em 1635 (Daubenton, p. 78-81), o seu pároco Jacques André, que o solicitou para uma missão, constata o seguinte. « Depois da missão, eu não mais reconheci os meus paroquianos, tanto eu os achava mudados e transformados em outros homens ».

Sempre de acordo com o pároco, Régis não se contentou em pregar na igreja, mas ele percorreu os povoados, vilas e burgos vizinhos durante o inverno de 1635-1636 : Clavas, Bourg-Argental, Saint-Sauveur-en-Rue, Saint-Julien-Molin-Molette, St-Apollinard. Voltou a Marlhès em novembro de 1637 para nova missão.

A única carta autógrafa que se tenha dele em francês é endereçada ao pároco de Marlhès.

Mas o destino excepcional de Francisco Régis não deve esconder o essencial : Marlhès é exemplo típico de território rural reconquistado e transformado pela Reforma católica, graças à colaboração das autoridades eclesiásticas e das ordens missionárias. O esforço de renovação prosseguiu depois de Francisco Régis ; o estabelecimento da confraria dos penitentes do santíssimo Sacramento constitui uma das manifestações características dessa reconquista.

## **B. CONFRARIAS E PENITENTES**

---

O medievo não desconhecia as confrarias de ofícios, que agrupavam, sob a proteção de algum santo patrono, as pessoas da mesma atividade profissional. Havia igualmente confrarias *luminárias*, encarregadas de manter acesa a lâmpada do sacrário. Os penitentes constituem uma forma de associação muito comum no mundo mediterrâneo. Todo o sul da França conhece esse tipo associativo, e Marlhès se situa no limite norte do fenómeno.

Primeiramente, os penitentes<sup>73</sup> são reunidos para honrar a paixão de Cristo. Muitas vezes criadas no século XVI, essas associações guardam os traços medievais, como a devoção à paixão e à eucaristia, mas também tendem a viver para si mesmas. Os seus estatutos são exigentes : recitação do ofício da paixão nos domingos e dias santos ; assistência à santa missa e às vésperas paroquiais ; prática do jejum e da disciplina ; confissão e comunhão pelo menos quatro vezes por ano. Ademais, os penitentes devem abster-se de blasfemar, do jogo e da bodega. Como confrarias de devoção, formam, pois, uma milícia apta a lutar pela extirpação da heresia.

O clero, que aprecia esses militantes, logo se inquieta com a sua independência, que os leva a se reunir na sua capela e a negligenciar os ofícios paroquiais. No decurso do século XVII, produziu-se mudança profunda : insiste-se no culto do Santíssimo Sacramento, na perfeição pessoal e na submissão às autoridades eclesiásticas. O movimento dos penitentes, até então largamente

---

<sup>73</sup> Eu me inspiro na obra *Les confréries, l'Eglise et la cité*, Atas do colóquio de Marseille, 22-23 de maio de 1985, Centro Alpino e rodânico de etnologia, Grenoble 1988. O artigo de M.H. Froeschlé Chopard p. 5-37 é a minha fonte principal.

confinado à Provença, espalha-se em outros lugares, mas com espírito diferente.

As confrarias de penitentes são também influenciadas pela confraria do Santíssimo Sacramento, enriquecida de numerosas indulgências. Foi criada em 1539 pelo papa Paulo III, na igreja de Santa Maria de Minerva em Roma, que constitui uma espécie de guarda de honra ao redor do sacerdote e do altar, na tradição das antigas confrarias luminárias ou confrarias de *Corpus Domini*, mas sob o estrito controle do clero.

A síntese das duas correntes se efetua no decurso do século XVII, por meio das confrarias do Santíssimo Sacramento, de que Marlhês constitui manifestação característica. Por um lado, há a preocupação de honrar a eucaristia ; por outro, visa refazer uma sociedade cristã pelo exemplo dos confrades preocupados em viver « segundo as leis de Deus e da Igreja ». Esses novos penitentes contam com o apoio da hierarquia, na medida em que eles já não reivindicam a sua independência. Na França do norte, as confrarias do Santíssimo Sacramento, mesmo tendo regras estritas, não se dizem mais « penitentes » e não têm capela separada. Em Marlhês há alguma ambigüidade : a confraria não tem a sua capela particular, mas a sua *tribuna* é espaço que se lhe assemelha.

### **C. OS ESTATUTOS DA CONFRARIA**

---

Não conhecemos os estatutos da confraria de Marlhês ; mas a *semana religiosa de Puy* do fim do século XIX contém uma série de artigos sobre as confrarias de penitentes e particulariza os estatutos daquela de Choumélis, certamente artigos muito próximos daqueles da confraria de Marlhês. Eis um sumário.

- « 1/ O santíssimo sacramento do altar sendo o sacramento de paz e de união, os fiéis cristãos de um e outro sexo que quiserem participar das indulgências concedidas por Sua Santidade à referida confraria se unirão primeiramente com Deus por uma boa confissão e comunhão e com o próximo, se há inimizade, por uma reconciliação não fingida. Feito isso, eles se apresentarão para serem registrados no livro da dita confraria, sem que sejam obrigados a pagar algo, a não ser tanto quanto a sua devoção os persuada, para entreter a luminária, fazer celebrar as missas e outros dispêndios que convém fazer para honrar o dito santíssimo sacramento do altar.

- 2/ A referida confraria será regida pelo senhor pároco, com a assistência de dois reitores e tal número de oficiais<sup>74</sup> como se reputem necessários, segundo a grandeza da paróquia, oficiais que serão tomados em cada aldeia, os quais, ao se retirarem, terão a faculdade de nomear os substitutos, na presença do dito pároco e se reunirão para esse fim no dia de Pentecostes, depois das vésperas, na dita igreja.
- 3/ Os ditos reitores estarão na dita igreja no dia de *Corpus Christi* e no domingo da oitava, como também no terceiro domingo de todos os meses, para escrever, em livro destinado a tal fim, todos aqueles e aquelas que quiserem associar-se à dita confraria e receberão o que cada um quiser dar espontaneamente, tanto pela entrada quanto pelas demais distribuições que serão empregadas nas despesas da dita confraria ; o dinheiro será guardado em cofre com duas chaves, uma guardada pelo senhor pároco e a outra por um dos referidos reitores ».
- 4/ Os oficiais, na medida do possível, deverão escoltar o Santíssimo Sacramento, quando é levado aos enfermos<sup>75</sup>.
- 5/ Quando um confrade está enfermo, ele informa um dos oficiais para que o visitem e o preparem para receber os sacramentos e comunicam o caso ao pároco<sup>76</sup>.
- 6/ Se surgir uma intriga entre os confrades ou confreiras, os oficiais se empenham em extinguir o conflito com o auxílio do pároco ou de quem o possa substituir<sup>77</sup>.
- 7/ Todos os confrades dirão cada semana 5 *Pater* e *Ave* em ação de graças pelo dom da eucaristia dado por Deus aos homens. Todas as manhãs, ao levantar, e todas as noites, ao deitar, eles dirão « de coração e de boca: Louvado seja o Santíssimo Sacramento do altar ».
- 8/ Todos os terceiros domingos do mês, os confrades confessam e comungam. Eles escoltam a procissão do Santíssimo Sacramento. Nas exposições do Santíssimo, haverá sempre dois confrades de joelhos. Os confrades

---

<sup>74</sup> Os oficiais executores.

<sup>75</sup> Este artigo e os seguintes são resumos.

<sup>76</sup> Em Marlhês há oficiais designados para visitar os enfermos.

<sup>77</sup> J.B. Champagnat goza da reputação de bom conciliador.



assistirão ao sermão, ao catecismo e à bênção do Santíssimo. Eles podem cantar, nos ofícios e procissões, de roupa branca.

- 9/ A confraria tem devoção particular pela festa de *Corpus Christi* e pelo domingo da oitava da festa. Este último dia é o da tomada de posse dos reitores e dos oficiais<sup>78</sup>.
- 10/ Os antigos reitores, 8 dias depois da sua saída do cargo, prestam conta ao pároco e aos novos reitores « aos quais eles darão <sup>79</sup> o que devem por arresto e para justo encerramento das contas, como lhes cabe fazer no fim do seu ano administrativo<sup>80</sup> ».
- 11/ Em caso de morte de um confrade, todos os outros rezam por ele e, se possível, assistem ao sepultamento de roupa branca.
- 12/ No domingo da oitava de *Corpus Christi*, o pároco lerá a lista dos confrades falecidos do ano. No dia seguinte, há missa dos mortos na intenção deles « à qual todos os confrades são exortados a assistir e rezar por eles ».

A confraria dos penitentes, portanto, não é uma vaga associação sociorreligiosa. É confraria de devoção que exige práticas religiosas precisas e procedimento exemplar. Jean-Baptiste Champagnat III, pai de Marcelino, viveu isso com a sua adesão de 1778 a 1804, data da sua morte. Vamos ver que o seu compromisso com a Revolução não se explica *apesar* do seu compromisso de penitente, senão mais provavelmente *por causa* dele.

#### **D. AS CONTAS DA CONFRARIA**

---

A confraria tem três fontes de receita : as contribuições feitas pelos confrades em certas festas do ano, como o primeiro domingo do ano, festa do Santíssimo Sacramento, de São João Batista, de Todos os Santos. Ela também recebe somas importantes pela celebração dos ofícios em favor dos defuntos ; algumas pessoas previram em testamento doar alguma soma à confraria. Enfim, há as receitas dos confrades que costumam dar uma libra e meia ou pouco menos. Alguns,

---

<sup>78</sup> Parece ser este o caso de Marlhès.

<sup>79</sup> Darão.

<sup>80</sup> Os estatutos parecem confundir as funções de tesoureiro e de reitor.

por serem mais ricos ou mais generosos, chegam a dar três libras. Mas alguns pagam *in natura*, como, por exemplo, meio quilo de cera. Algumas vezes, os confrades recém-recebidos declaram « assumir a função de reis de festa », expressão que merece explicação.

Para os anos do século XVII, as contas são pouco precisas e em números diminutos. Para o século XVIII, os resultados são muito mais seguros, porque, em cada mudança de tesoureiro, se procede a uma auditoria séria. Após 1811, a contabilidade se mantém de maneira negligente.

<b>Tesoureiro</b>	<b>Datas das suas funções</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>	<b>Saldos</b>
Jacques Peyron	3/6/1748 - 20/2/1756	313 L. 6 s.	262 L. 5 s.	+ 51 L. 1 s.
Claude Champagnat	20/2/1756 - 18/6/1758	292 L. 13 s.	215 L. 3 s.	+ 79 L. 15 s. 6 d.
Gabriel Durieu	18/6/1758 - 13/6/1762	246 L. 13 s. 9 d.	263 L. 5 s. 6 d.	- 16 L. 11 s. 9 d.
Interruption des comptes durant trois ans				
Jean Frapa	27/5/ 1765 - 15/7/1770	247 L. 7 s.	228 L. 7 s.	+ 19 L.
Pierre Gourgaud	15/7/1770 - 27/1/1776	216 L. 10 s.	277 L. 16 s.	- 61 L. 6 s.
Interrupção das contas. Em 25 de março de 1779 um pedido resultou em 8 libras 7 sols.				
Jean - Bapt. Champagniat	13/6/1779 - 15/6/1788	536 L. 2 s.	323 L. 8 s.	+ 212 L.
Marcellin Riocreux	15/6/1788 - 1/11/1791	159 L. 16 s.	?	
Interrupção do registro durante 10 anos por causa da:Revolução				
Jean Bapt. Epalle	19/7/1801 - 16/5/1803	217 L. 6 s.	192 L. 3 s.	+ 22 L. 3 s.
Jean- Bapt. Epalle	16/5/1803 - 29/6/1811	449 L. 10 s.	510 L. 11 s.	- 61 L. 1 s.
Peyrard	1811 - 1834	647 L. 7 s.	988 L. 10 s.	

A confraria, portanto, sofreu aparentemente duas crises financeiras que provocaram uma interrupção das contas durante três anos : provavelmente, o tempo de que precisa o tesoureiro que sai para saldar as dívidas, e ninguém querendo assumir uma situação duvidosa. Pode-se ver que a gestão de Jean-Baptiste Champagnat, entre 1779 e 1788, apresenta as receitas mais altas. Os pedidos aos confrades formam 46%, os ofícios dos defuntos 43% e as cotizações de recepção alcançam 11%. As despesas de 1779-1788 se repartem como segue.

- azeite para a lâmpada do santuário : 4 L. 11 s.
- velas : 23 L. 7 s. 6 d.
- cera : 45 L. 2 s.
- missas pelos defuntos : 22 L. 10 s.
- Missas pelos confrades defuntos : 44 L. 10 s.
- Reformas e trabalhos na capela dos penitentes : 134 L. 18 s.

– Ao reitor dos penitentes pelos adiantamentos	:	47 L.
TOTAL	:	323 L. 8 s.

Essas despesas refletem bem a natureza de uma confraria que tem por função honrar o Santíssimo Sacramento, fornecendo azeite para a lamparina do santuário, que deve queimar permanentemente. Mas as despesas maiores são ocasionadas pela provisão de cera, círios e velas e pelos honorários dos celebrantes dos numerosos ofícios de defuntos, seja para celebrações de defuntos particulares, seja para os confrades, amigos e benfeitores falecidos.

Como uma confraria é também um lugar de vida social, a sua capela exige cuidados e acomodações custosas que consomem mais de 40% do orçamento. No fundo, o orçamento tem três grandes itens.

– Cera, azeite, velas	73 L.
– Missas pelos defuntos	67 L.
– Manutenção e decoração da capela	134 L.

## **E. RECEPÇÃO DE CONFRADES E CONFREIRAS**

O quadro das recepções abaixo exhibe um afluxo considerável de candidatos, a partir de 1765. O desequilíbrio entre homens e mulheres aparece no decênio 1770-1779 ; aprofunda-se no tempo de Jean-Baptiste Champagnat. Após a Revolução ele se reduz. Depois, as mulheres desaparecem do registro, sem que saiba por quê. Pode-se, porém, conjecturar que a mudança se prende a uma nova sensibilidade religiosa, que faz da confraria uma associação arcaica : insuficientemente política para os homens, excessivamente política para as mulheres.

<b>Tesoureiro</b>	<b>Datas das suas funções</b>	<b>Confrades recebidos</b>	<b>Confreiras recebidas</b>
Jacques Peyron	3/6/1748 - 20/2/1756	1	
Claude Champagnat	20/2/1756 - 18/6/1758	2	1
Gabriel Durieu	18/6/1758 - 13/6/1762	6	5
Jean Frapa	27/5/ 1765 - 15/7/1770	31	35
Pierre Gourgaud	15/7/1770 - 25/3/1776	7	14
Jean-Bapt. Champagniat	13/6/1779 - 15/6/1788	20	94
Marcellin Riocreux	15/6/1788 - 1/11/1791	8	31
Jean Bapt. Epalle	19/7/1801 - 29/6/1811	17	41
Peyrard	1811 - 1818	22	0

Nota-se facilmente que as gestões beneficiárias de Frapa e de Champagnat são também momentos de recrutamento maciço. Evidentemente, há ligação entre estes dois fatos, visto que cada confrade, entrando, aporta certa soma e participa nos pedidos da confraria. Mas não se pode excluir que, entre 1758 e 1776, a confraria tenha hesitado entre duas atitudes : formar uma sociedade elitista ou outra mais aberta. A partir de 1779, a opção foi em favor de uma confraria largamente aberta.

Em suma, a confraria se democratiza ; a Revolução, aliás, tende a ratificar este movimento. Parece que no século XIX o impulso foi quebrado, apesar de uma retomada assaz notável, para mostrar que a Revolução ainda está viva no tempo em que parece um parêntese.

A verdadeira mudança de ambiente religioso de Marlies se situaria no decênio 1820-1830. Se, na véspera da Revolução, a vitalidade religiosa e comunitária da paróquia parece notória, ao passo que se vem perfilando o dimorfismo de gênero, tão peculiar à França do século XIX, isto é, as mulheres comparecem como guardiãs da religião, ao passo que os homens tomam a sua distância, ou concebem a vida religiosa de forma muito diversa. Tal evolução tende a generalizar-se. Averiguando a feminização geral das confrarias de devoção, desde o século XVII, Marc Venard<sup>81</sup> declara :

« Poder-se-ia tomar como regra que, quanto mais as exigências de piedade são enfatizadas, particularmente na prática dos sacramentos, maior é a proporção de mulheres na confraria ».

## **F. LEILÃO DE TÍTULOS HONORÍFICOS**

---

O registro da confraria, escrito em letra mui diversa, no fim do volume, tem a lista dos aquinhoados com *títulos honoríficos*, de 1716 a 1790. Jean-Pierre Gutton<sup>82</sup> observa que esta instituição se manifesta especialmente no chamado Maço Central. Esta venda de *títulos honoríficos*, em leilão público e anual, comporta os títulos de *rei*, *rainha*, *delfim* e *capitão* ; o ato se realiza na igreja ou no seu pórtico. As ofertas se exprimem em libras, ou mais ainda *in natura*, co-

---

<sup>81</sup> « Quest-ce qu'une confrérie de dévotion? » em *Les confréries, l'Eglise et la cité*, op. cit. p. 253 - 261

<sup>82</sup> « Reinages, abbayes de jeunesse et confréries dans les villages de l'ancienne France », em *Cahiers d'histoire*, T. XX, 1975 p. 443 - 453.

mo azeite para a lamparina do santuário ou cera. Para os fiéis, portanto, é o meio de adquirir certo título honorífico, fazendo ato público de devoção e certos serviços à paróquia.

Esse rito ou leilão assume múltiplas formas, como em honra de tal santo ; mas ordinariamente o título confere o dever de organizar, por exemplo, a festa patronal. O citado Gutton lembra que o costume evoluiu muito ; ele pensa que no fim do antigo regime real, o caráter festivo do rito declina em favor da devoção, sob a pressão dos párocos, que não querem « festas turísticas », que favorecem danças e abusos diversos<sup>83</sup>.

Nos registros de Marlhès, esse leilão de títulos evoluiu muito no decurso de século XVIII. Assim, de 1716 a 1749, registram-se os *reis* e *rainhas* da festa de « Nossa Senhora de agosto », ou festa da Assunção. Em diversos lugares, mas de modo crescente, à medida que avança o século, mencionam-se os « reinados » de *Corpus Christi* com a sua oitava, significando um deslocamento da devoção tradicional, já que o 15 de agosto é festa nacional ; ruma-se para um culto centrado mais na eucaristia, segundo o espírito do Concílio de Trento, mais condizente com o fim da confraria.

Em muitos casos, há três ou quatro pessoas que assumem o *reinado*. No começo do século XVIII, as somas espontâneas são elevadas, ao redor de 15 libras. Não é raro que o rei ou a rainha doe cinco ou seis libras ; outros, mais modestos, doam uma ou duas libras. Tem-se a impressão de que, com o tempo, as somas totais vão diminuindo, até porque vai havendo preferência por um só *rei* ou uma só *rainha*. Com a gestão de Jean-Baptiste Champagnat ocorre o inverso. Veja-se o assentamento dele em 1780.

« *Reinado* para o domingo do Santíssimo Sacramento de 1781 :  
Gabriel Durieux, reitor e Françoise Ploton des Vialletons : 2 libras  
E Jean Favier de la Planche e Catherine (sem sobrenome) de la Faye : 2 libras  
E François Tardy e esposa  
E Jean - Baptiste Veyrier relojoeiro e Roze Marque e Jeanne Marie Marque : 2 libras  
Total da paróquia de Marlhès, em 28 de maio de 1780, seis libras ».

<sup>83</sup> Nos seus *Annales*, o Irmão Avit fala com reprovação das festas '*baladoires*'.

Para o *reinado* de 1785 há quatro pessoas : três homens e uma mulher, que doam 5 libras. Para 1786 são dez ; Gabriel Durieux é o reitor ; Champagnat é vice-reitor. Cada homem entrou com uma libra.

Em 13 de junho de 1789, o tesoureiro sucessor de Champagnat anota o seguinte : « O *rei* é múltiplo, são cinco homens, cada um deles deu 18 soldos. As *rainhas* são treze ; onze delas pagaram 18 soldos ; duas outras prometeram uma libra de cera cada uma, o equivalente a 18 soldos.

O total dos que assumiram o *reinado* atingiu 12 libras e 8 soldos, mais um libra e trinta e seis soldos de cera. Foram necessárias dezoito pessoas para tal resultado ; cinqüenta anos antes, teriam bastado quatro. Manifestamente, alguma coisa mudou no comportamento dos confrades e das congreiras ; presume-se que a confraria se popularizou e admitiu no seio pessoas de poucos recursos, especialmente no caso das mulheres. Ademais, o motivo da devoção foi superando a ostentação.

## **G. OS SINAIS DE UMA REVOLUÇÃO RELIGIOSA ?**

Assim se confirma a impressão dada pelos quadros precedentes. A confraria perde a significação de lugar elitista e masculino, para tornar-se o reflexo da sociedade. É uma pequena revolução mental, social e religiosa, que explica parcialmente por que a Revolução, em Marlihes como na região rural da França, foi bem acolhida. Aqui não são as « luzes » que causam ou apóiam a Revolução, mas uma corrente de conscientização religiosa, emanada da Reforma católica e cujas confrarias constituem agente importante. Em suma, é pela religião que se instaura a idéia de igualdade.

Jean-Baptiste Champagnat, por certo, aderiu a essa nova sensibilidade. Aliás, foi durante o decênio do seu cargo de tesoureiro que os *reinados* se tornaram coletivos e que confrades e congreiras se multiplicaram. Acima de tudo, a sua atitude sob a Revolução se explica largamente por uma adesão profunda à mudança, que ele teria desejado diferente, mas à qual parece nunca ter renunciado por inteiro.

### III. J. B. CHAMPAGNAT NA CONFRARIA

Sabemos, pelo registro de Convers, que Jean-Baptiste Champagnat, nascido em 1755 e casado em 1775, se torna confrade em 21 de junho de 1778. O acesso ao cargo de tesoureiro um ano depois parece assaz surpreendente. A sua escrituração das contas é aproximativa, mas nem mais nem menos que a dos seus predecessores. A sua ortografia e a sua sintaxe são muito falhas, parecendo que pensa em patois ou provençal e escreve em francês, algo corrente na sua época. Em todo o caso, a sua escrita é de uma pessoa acostumada a bem segurar a pena.

Embora um livro de contabilidade não seja o lugar habitual para exprimir algum pensamento íntimo, encontram-se nele reflexões interessantes. Assim, J. B. Champagnat encerra a sua contabilidade anual por um « amém. Tudo vem de Deus », o que já se encontrava no tesoureiro Frapa em 1760 : « Adeus, bom dia ou boa tarde. Tudo vem de Deus ».

No fim do seu longo exercício de tesoureiro e encerrando a lista das suas despesas, Champagnat é um pouco menos lacônico : « Em breve vou deixar o cargo de tesoureiro, amém. Vai ser em primeiro de junho de 1788 ». No fim do capítulo das receitas, ele escreve :

« Calculo que estes e estas serão os últimos confrades e congreiras que registro. Num desses dias devo prestar contas. Em 10 de junho de 1788, Champagnat, tesoureiro. A capela dos confrades e congreiras não é rica, mas essas últimas inscritas vão robustecê-la. Procurei ser razoável. Amém<sup>84</sup>. O bom Deus nos abençoe ».

Tais palavras exprimem certo cansaço e a reflexão um pouco sibilina sobre as congreiras. A locução « procurei ser razoável » se relaciona às onze candidatas recebidas de 1787 a 1788, que forneceram 14 libras e 12 soldos ; de junho de 1786 a junho de 1787, as 17 novas candidatas deram apenas 13 libras e 10 soldos. Entre as onze « bem razoáveis » há de estar a esposa, Marie-Thérèse Chirat, que doou 3 libras, quantia realmente excepcional.

#### A DÍVIDA DE 1788

Para o casal Champagnat o mais difícil está no futuro, porque as contas de Jean-Baptiste apontam um benefício de 212 libras, quantia de que manifesta-

<sup>84</sup> A ortografia e a sintaxe originais, muito defeituosas, foram melhoradas.

mente ele não dispõe. A soma é de importância e o registro das despesas disso é testemunho : 2 libras, um pouco menos de um quilo, de cera amarela valem 3 libras monetárias. Ora quatro dias de trabalho de um consertador de telhados se pagam com 4 libras. Cada um dos pedreiros que refazem a parede da sacristia dos penitentes cobra 24 soldos por dia, isto é, 1 libra e 4 soldos. Assim, a soma devida a Champagnat é, portanto, aproximadamente, o equivalente de *duzentos dias de trabalho de um artesão*.

Nenhuma explicação é dada por Champagnat que, quiçá, terá sido o primeiro a surpreender-se desse desaparecimento do dinheiro da confraria, cuja causa parece estar numa gestão *por aproximação* de nove anos consecutivos. Ele poderia ter considerado como entradas algumas somas apenas prometidas e que, de fato, não teriam sido feitas, ou por não ter registrado todas as despesas realizadas. É mais provável que ele tenha confundido, de alguma forma, as suas finanças próprias com as da confraria.

### **DÍVIDA E « REINADOS »**

A democratização da confraria não pode ser estranha a esse problema, porquanto as contas de J. B. Champagnat estão atravancadas de itens que indicam pessoas, essencialmente mulheres que, no momento da recepção como sócias, nada pagam mas prometem uma libra de cera ou assumirem o « reinado », o que implica bom dinheiro.

No tempo de Jean Frapa (1765-1770), um dos predecessores, encontram-se cinco pagamentos *in natura* de cera e um de tábuas. Trata-se de pagamentos e não de meras promessas. Ele não recebe senão o confrade ou a confreira que paga, quase sempre em dinheiro. É no fim da gestão de Pierre Gourgaud, em 1775, que certo *escorregão* parece manifestar-se : em 15 de agosto, três mulheres são recebidas que prometem dar uma libra de cera. De três homens recebidos na confraria, dois prometem três libras de cera e o último duas libras de cera. Não se pôde assegurar se as promessas foram cumpridas por cada um dos três.

Em 18 de junho de 1783, Champagnat anota a recepção de um casal que prometeu duas libras de cera. Das oito mulheres recebidas neste mesmo dia, sete prometem uma libra de cera ou assumir o « reinado ». Apenas uma paga 11 soldos e 6 dinheiros. Em 13 de junho de 1784, recebem-se um confrade e nove confreiras. Ele paga uma libra e 16 soldos. Das nove mulheres uma paga 18 soldos ; as oito outras prometem assumir o « reinado » ou fornecer uma libra de cera. Que registra Champagnat no caso ? Champagnat conclui em 29 de maio



de 1785 : « Eles<sup>85</sup> não cumpriram a promessa. Bem que prometeram, mas nada desembolsaram. Amém ».

Ainda em 10 de junho de 1787, das oito confradeiras recebidas cinco prometem assumir o « reinado » e três pagam. Em maio de 1788, um confrade é admitido, mas « ele nada deu e somente diz que não tem dinheiro ». Em junho, Champagnat declara-o confrade gratuito : « nada lhe pedimos, porque ele não é muito rico ».

Assiste-se, portanto, a uma confusão na confraria, porque, especialmente no caso das mulheres, as suas condições são facilitadas ; pode ser também pela dificuldade de o tesoureiro verificar se as promessas foram cumpridas. Aliás, na parte do registro que trata dos « reinados », há informes, muitas vezes tardios, como este : *sobre o reinado de 1783, 5 libras recebidas ; aparentemente, duas pessoas prometeram 2 libras, porém não pagaram*. Em 13 de junho de 1788, quando ele encerra as contas, tudo parece estar anotado. Ele acrescenta em seguida os « reinados » para 1785 e 1786 e é tudo. Portanto faltam os « reinados » de 1782, 1784, 1787, 1788 e 1789, vale dizer, um total de 50 a 60 libras.

Seja como for, 212 libras passaram pelas mãos de Champagnat ou lhe foram prometidas, sem que ele saiba provavelmente o que realmente se tornaram.

### **DÍVIDA RECONHECIDA E NUNCA PAGA**

J. B. Champagnat não contesta o fato de que ele deve este dinheiro e o registra nas suas contas:

« Eu, abaixo-assinado Jean-Baptiste Champagnat, tesoureiro da dita capela, tendo apresentado o presente livro, sou devedor da soma de duzentas e doze libras que prometo pagar, no prazo de um ano, à dita confraria e a quem de direito, neste vinte e dois de fevereiro de mil setecentos e oitenta e nove..

Champagnat<sup>86</sup>»

Mas ele não pagou a soma na data indicada. Na mesma página do registro consta um segundo texto de reconhecimento de dívida, datado de 1801.

« O abaixo assinado Jean-Baptiste Champagnat, da localidade de Rosey, comuna de Marlihes, antigo tesoureiro, tendo prestado contas, com data de vinte

<sup>85</sup> J.B. Champagnat confunde o masculino e o feminino.

<sup>86</sup> O texto foi barrado e a seguir recebeu uma cruz.

nove de fevereiro de mil setecentos e oitenta e nove, como devedor da soma de duzentas e doze libras, como acima explicado e controlado<sup>87</sup>. Hoje, com os juros, montam a duzentas e oitenta e seis libras, juros de sete anos, em dinheiro. Os juros montam a sessenta e três francos e cinco cêntimos em moeda *assignat*. Há mais vinte e dois francos e dez soldos relativos à reforma da capela, em total de trinta libras ; resta ainda a soma de duzentos e sessenta e três francos. Prometo pagar à dita confraria e a quem de direito, em prazo de um ano, a contar de hoje. Em dezesseis de messidor ano nove <sup>88</sup> .

Champagniat »

Esse texto, excessivamente confuso, é esclarecido por outro na página seguinte.

« Eu, abaixo assinado Jean Peyrard, do lugar Lallier, paróquia de Marlhès, declaro que a renda anual de treze francos e três soldos, renda do capital de duzentos e sessenta e três francos, criado e constituído para o meu proveito por Barthélemy Champagnat, de Rosey, não me pertence, visto que no meu proveito foi criado e estabelecido em virtude da minha qualidade de tesoureiro da confraria dos penitentes da sobredita paróquia, mas a soma é devida e pertence à dita confraria. Marlhès, 9 de janeiro de 1823. Assinado Peyrard ».

Essa declaração tardia de Peyrard nos ensina que a confraria continua a funcionar em plena Revolução, dado que este último pretende ter agido como tesoureiro, aparentemente em 1796, no momento em que o capital e os juros devidos montam a 263 libras. Champagnat se compromete a desembolsar anualmente 13 francos e 3 cêntimos, isto é, 5% do capital.

Em 1796, os *assignats* não valem quase nada. Os credores não querem ser pagos em *assignats*, mas devem consentir aos seus devedores algumas facilidades para pagarem em dinheiro, porque é melhor para eles recuperar créditos menos elevados do que serem pagos em *assignats*.

Em termos rigorosos, Champagnat deve 212 libras, aumentadas cada ano de 5% do capital em aumento contínuo.

---

<sup>87</sup> Controlado

<sup>88</sup> Isto é, em junho de 1801.

1790 :	212	+	10,6	=	222, 6
1791 :	222, 6	+	11, 13	=	233, 93
1792 :	233, 93	+	11,69	=	245, 62
1793 :	245, 62	+	12, 28	=	257, 9
1794 :	257, 9	+	12,9	=	269
1795 :	269	+	13,45	=	282, 45
1796 :	282, 45	+	14, 2	=	296, 57

soma arredondada  
para 296 libras

Peyrard e Champagnat consideraram aparentemente um juro de 3,5 %, sem se adicionar ao capital devido, o que dá :

1790 :	212	+	10,6	=	222, 6
1790 :	212	+	7,42	=	219, 42
1791 :	219,42	+	7,42	=	226, 84
1792 :	226,84	+	7,42	=	234, 26
1793 :	234,26	+	7,42	=	241, 68
1794 :	241,68	+	7,42	=	249, 10
1795 :	249,10	+	7,42	=	256, 52
1796 :	256,52	+	7,42	=	263, 94

soma arredondada  
para 263 francos.

Em 1801, essa soma é sempre devida, mas Champagnat parece ter quitado os juros, seja em dinheiro, 22 francos e meio, seja em trabalho em favor da confraria, 30 francos. No período de 1797-1801, os juros somados atingem 54 francos. Champagnat paga 52 e meio.

Quando a confraria se reconstituiu, em 19 de julho de 1801, os tesoureiros constatam que não existe nenhum fundo, afora o reconhecimento das dívidas de Champagnat que constam no registro. Um pouco adiante, consta o seguinte : « Em 10 de janeiro de 1802, nós desoneramos um documento de Champagnat , da localidade de Rosey, em favor da capela, já que ele não pôde pagar<sup>89</sup>.

No meio de novembro consta ; « Recebi de Champagnat de Rosey a soma de 12 libras, juros do capital devido à confraria para o ano de 1802. Em 8 de dezembro de 1802 recebi de Champagnat, de Rosey, 6 libras ».

<sup>89</sup> A ortografia, muito ruim, foi melhorada.

O registro continua historiando algo de Champagnat.

...

« Jean Bte. Champagnat<sup>90</sup>, filho, foi enterrado em 8 de agosto de 1803 e o seu ofício foi celebrado em 26 do dito mês. As 9 libras não foram pagas. Mestre Champagnat, de Rosey, morto em 13 de junho de 1804 e o seu ofício foi celebrado em primeiro de julho do mesmo ano. No domingo do Santíssimo Sacramento de 1804, recebemos três confrades, entre eles Barthélemy Champagnat, de Rosey, que pagou 3 libras. Em 4 de junho de 1804, recebi de Jean-Baptiste Champagnat, de Rosey, a soma de 36 libras, a títulos diversos, entre dívidas e ofícios ».

Na página 17, o pároco Alliot anota : « Champagnat, de Rosey, deve o capital de 263 libras. Das 91 libras devidas foram recebidas 51, pelo que ainda restam 40 ».

---

#### **IV. RELIGIÃO POPULAR E REVOLUÇÃO**

Segundo o Ir. Avit, temos o seguinte. « J. B. Champagnat tinha grande reputação, juízo incompleto, caráter fraco e instrução avançada em relação ao seu tempo ». Ele lhe dá o título de reitor dos penitentes, o que ele nunca foi. Ele era estimado e facilmente era chamado para julgar disputas. « Ele não era mau, dizem os nossos anciãos, que o ouviram dos seus pais, mas o seu caráter fraco, sob a Revolução, lhe fez cometer alguns atos repreensíveis » (Avit, I, p.4 e 9).

Note-se o sentido contraditório desses julgamentos. É difícil que a pessoa possa, a um só tempo, gozar de grande reputação de equidade em ajuizar pequenas causas e ter caráter fraco. De fato, a Revolução tisonou de confusão a sua imagem, como aconteceu com muitas outras pessoas. A vantagem do registro da confraria dos penitentes é que se nos apresenta um J. B. Champagnat pré-revolucionário numa sociedade rural : sem ser notável, em termos rigorosos, graças à sua instrução e à sua habilidade de porta-voz do mundo rural, não faz má figura. Ele goza de reputação ; portanto é de autoridade reconhecida.

Tesoureiro da confraria dos penitentes, acha-se ele na convergência de três domínios eminentemente delicados para serem geridos juntos com proficiência : dinheiro, religião e o campo social.

---

<sup>90</sup> Nascido em 1780.

Para o social nós vimos que a política da confraria é clara. Pode-se entrar por uma soma módica, uma oferta *in natura*, até mesmo sem nada pagar, se a pessoa é muito pobre. A confraria, portanto, é invadida pelos estratos camponeses e populares menos aquinhoados ; naturalmente por muitas mulheres, entre elas empregadas. Pode-se pensar que isso não agradava aos notáveis. J. B. Champagnat, por certo, não é o único a preconizar essa política socialmente muito pouco seletiva ; mas se ele ocupa, por nove anos, o posto de tesoureiro, quer dizer que ele aderiu a tal política.

Quanto ao dinheiro, J. B. Champagnat não está em situação fácil. Agricultor, ele próprio, um pouco comerciante, não possui capital de monta e não tem alto tino administrativo do dinheiro, como poderia ter um tabelião, por exemplo. Aliás, é significativo que a confraria tenha escolhido um jovem para o posto que ele ocupou por quase um decênio : a posição não devia ser muito procurada.

J. B. Champagnat deve, pois, fazer entrar o dinheiro numa economia largamente autônoma, onde o dinheiro é antes raro, havendo muito pagamento *in natura* ; por exemplo, a cera ou a madeira. Mas o pouco dinheiro possuído, como no caso das meias de lã, ele é cuidadosamente entesourado e dele o camponês não se separa facilmente. A quantida das duzentas e doze libras na sua gestão, em que pese a confusa contabilização, implica que ele tem influência e confiança dos confrades de ambos os gêneros da confraria.

O seu ponto fraco aparece na gerência e manejo desse dinheiro ; como entra e sai facilmente e de muitas mãos, era preciso maior rigor no registro de tudo, até mesmo mais judiciosa aplicação dele, ademais da absoluta necessidade de separar a gestão da confraria da gestão da família.

Ainda assim, por certo, ele não praticou nenhuma usura, como era comum na região camponesa ; ele nunca se enriqueceu. Nisso o Irmão Avit não o incrimina em nada, nas críticas feitas no século XIX. Em termos atuais, ele seria bom político, homem de sensibilidade social e mau administador. É sabido que as três qualidades raramente vão juntas.

Seja como for, o fato de que, no começo da Revolução, ele seja nomeado secretário escrivão não é anódino : a municipalidade nova poderia ter procurado nele não somente a competência técnica, mas ainda o apoio da confraria e do mundo dos pequenos proprietários. Ele, aliás, só aceitou a nomeação se pudesse ser pago pelo cargo. ( Ver G. Michel, Os anos obscuros, cap. VI). Condicionando o cargo ao pagamento, confessou a sua modesta renda. Veja-se outro por-

menor valioso. As eleições cantonais de 19 de junho de 1791, para designar 7 delegados que devem ir a St-Etienne para escolher os párocos *constitucionais*, sim, as eleições se fazem na capela do Santíssimo Sacramento.

Em 14 de julho, nomeado coronel da guarda nacional de Marllhes, Champagnat pronuncia, ante os seus doze guardas da ordem, recrutados no lugar, um discurso assaz ajustado em prol da vitória da liberdade contra o despotismo, em prol da necessidade de manutenção dos direitos conquistados. Em seguida, todos juram que vão lutar contra os inimigos de dentro e de fora, até com o sacrifício da vida, se necessário (G.M. p. 37).

Seria erro crer que, agindo assim, J. B. Champagnat adere às idéias novas e se situa em franca ruptura com os compromissos passados, porquanto a Revolução, em termos políticos, realiza uma democratização que a própria confraria de Marllhes havia começado, sob o estandarte da religião, integrando nela as mulheres.

J. B. Champagnat não percebe ainda que a política religiosa da Revolução está no caminho de sapor esta continuidade do religioso no político. Quando a fenda entre Revolução e Igreja se tornar manifesta, ele não se manterá menos fiel a essa visão primeira, ao preço de comprometimentos que, retrospectivamente, são julgados com severidade, mas que não devem ser desnudados da sua lógica de realismo. Como a massa dos franceses, Champagnat adere a um como terceiro partido ou posição, recusando, a um só tempo, o retorno ao passado e o extremismo revolucionário.

Até a sua morte em 1804, ele se sentirá bom católico e bom patriota, enquanto os membros da confraria reconstituída parecem pensar como ele, visto que celebram seu ofício fúnebre, em que pesem o seu passado político e a sua dívida de 212 e mais libras ainda não extinta. O próprio filho dele Jean-Barthélemy foi aceito na confraria.

Além disso, para julgar homens como Jean-Baptiste Champagnat, importa não veicular nem transpor para o modesto cenário rural uma visão demasiado ideologizada da Revolução, que se vai construir ao longo de século XIX. Os Irmãos Avit e João Batista, para não dizer o conjunto dos Irmãos de meados do século XIX, viveram em plenitude essa binariedade conceitual da Revolução e o seu julgamento do pai do Fundador foi fortemente marcado por ela. De fato, essa concepção logrou êxito, porque, quando ela irrompe, já está inserta nas cabeças em todo o estrato da sociedade, muitas vezes menos pelo espírito do Ilumi-

nismo do que pela aspiração à igualdade emanada do Concílio de Trento, e as confrarias religiosas não representam nisso um agente de somenos.

### **ESPÍRITO DEVOTO, RELIGIÃO DOS POBRES E REVOLUÇÃO**

Parece paradoxal ligar assim a Revolução e a religião ; mas alguns historiadores já sublinharam esse relacionamento, especialmente a propósito do jansenismo. O historiador Maurice Agulhon sublinhou também o liame entre penitentes e revolução. Louis Châtellier, na sua vez, mostrou<sup>91</sup> como o mundo devoto, aquele das congregações mariais dos colégios, dos burgueses ou das corporações de ofício mais modestas, a pouco e pouco, havia segregado uma nova sociedade católica, fulcrada na promoção do laicato e no esboço de pastoral adaptada a cada ambiente. Desse modo, na aurora do século XIX, havia-se convergido numa elite católica de estrato social mais distendido, preocupada com a ação social e mesmo política, « como anúncio daquilo que se vai chamar mais tarde democracia cristã ».

Em outro livro, « a religião dos pobres », Châtellier evoca, desta vez, o apostolado dos missionários no cenário rural dos séculos XVII e XVIII, em busca de camponeses instruídos na sua religião e mesmo aptos à meditação. Eles ensinam também a justiça cristã, feita de arbitragens, restituições e reconciliações. Eles anunciam « uma religião em que a terra e os problemas dos homens teriam importante lugar ». Ele conclui : em certos lugares, nas elites, particularmente nos jansenistas, essa estratégia suscitou o desapego ; mas é nas regiões de forte intensidade missionária que a fidelidade católica se manteve até os nossos dias.

Marlhes é tipicamente uma vila que corresponde às palavras de Louis Châtellier. Quando J. B. Champagnat serve de árbitro entre camponeses, ele parece inscrever-se nos costumes cristãos ensinados assaz recentemente pelos missionários e recomendados pelos estatutos da confraria. Acrescentemos, ademais, que um dos meios dos missionários para prolongar os frutos da missão era o estabelecimento ou a restauração de uma confraria.

No fundo, J. B. Champagnat é um desses cristãos brotados da pastoral dos séculos XVII e XVIII, adeptos de um tipo de democracia rural e cristã, cuja realização, em certo tempo, imaginou-se que seria a Revolução.

---

<sup>91</sup> *L'Europe des dévots*, Flammarion, 1987.

## DO PAI PARA O FILHO

O filho Marcelino Champagnat, por meio dele e da sua formação clerical, adere à mesma religião, aquela dos devotos e mormente dos pobres, religião que se tornara dominante no século XIX. Com efeito, que faz ele, ao reunir Irmãos, senão levar aos camponeses cultura e religião mediante certo tipo de confraria de professores ?

Encontram-se nele, aliás, os defeitos e as qualidades do pai : o gosto pela ação, de preferência ao cálculo e ao plano teórico. O dinheiro está ao serviço de uma causa, sem muita preocupação com as dívidas ; mas, graças ao estatuto clerical, conta com mais apoio das elites aquinhoadas.

Como o pai, que nunca logrou tornar-se notável, mas permaneceu em estado intermediário, entre a elite e o povo, Champagnat se estimou mais *auxiliar* do que *chefe*. Em 1816, ao passo que os outros aspirantes maristas sonham com missões, ele encara uma tarefa secundária : a educação das crianças. Precisou de muito tempo para aceitar-se como fundador.

Em termos de saber, encontra-se em Marcelino o sentimento de não ser senão sábio pela metade, apesar de ter seguido longos estudos que fazem dele um homem instruído para o seu tempo. Ainda assim, pode-se afirmar que o paradigma paterno permanece mais forte.

Haveria nele certa semelhança em matéria de compromisso político. No começo da sua obra, Marcelino parece muito imbuído dos ideais de restauração político-religiosa. Em 1830, ele não se constrange em reconhecer que a sua obra não está ligada à política ; o canto da *Salve Regina* que ele instaura parece significar que o Instituto não reconhece senão uma realeza, a de Maria.

Nesse ponto, talvez, Champagnat difere do pai : certa aspereza em reclamar o que era seu. Seria uma lembrança da dificuldade familiar e dos dissabores econômicos paternos ? Aqui uma investigação aprofundada fica impedida pela falta de documentos.

Parece-nos, portanto, oportuno que se matize a vulgata ou tradição marista no concernente a Jean-Baptiste Champagnat : ele não foi apenas o iniciador de Marcelino no trabalho manual eficiente, mas até o formou a uma vida religiosa dinâmica e preocupada em influir sobre o seu tempo.

Irmão André LANFREY



## *Documento*

# *Extratos do livro de contas dos penitentes brancos de Marlhès eseriturado por Jean-Baptiste Champagnat*

**de 20 de junho de 1779 a 29 de junho de 1788**

A leitura do registro é delicada, porque a ortografia é muito aleatória, por vezes fonética, e os sobrenomes das pessoas e os nomes dos lugares são numerosos. Optamos por dar duas amostras da escrituração de J. B. Champagnat, uma de 1779-1780, outra de 1787-1788.

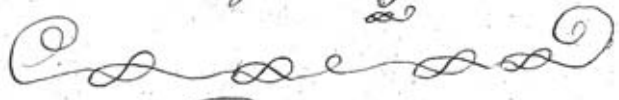
*N.B. Os caracteres em negrito são do autor.*

« Folha XXIII Conta da receita de Jean-Baptiste Champagnat do lugar de Rosey, tesoureiro da capela, eleito por deliberação de 13 junho de 1779.			
<b>Primeiramente</b>	<b>Libras</b>	<b>soldos</b>	<b>Dinh.</b>
Recebi na minha primeira convocação em 20 de junho 1779 cy <sup>92</sup>	24	17	6
Recebi como doação do ofício Jean-Baptiste . Duporet ( ?)	5	4	
Recebemos três penitentes em 18 de julho de 1779 François Courbon que deu François Patouillard que deu E Catherine Tampère que deu		18 18 12	

<sup>92</sup> Pode ser abreviação de « ceci » ou de « ici ».

1<sup>o</sup>  
premiere page

Compte de Depense pour Jean Bapt  
Campagnial Du Lieu Du Rozey en  
Presoir De La Chapelle Des penitents  
De Marthes élus par La deliberation  
Du 13, Juin 1779



Premierement Livres sols deniers

Jey Donniz, a c<sup>te</sup> M<sup>re</sup> Le prieur Louis mespene pour Bapt  
criol et Latier pour Jean Bapte Du poijet deuilley . 7<sup>rs</sup> 10<sup>s</sup>  
 plus Jey Donniz quatre mespe a c<sup>te</sup> M<sup>re</sup> Le prieur pour des  
 penitens qui sont mort cy ou pour Tour Les Confiseurs des saints  
 plus Jey a portiz Les change pour La chapelle huit Livres  
 a 17<sup>rs</sup> La Livres cela fait cy . . . . . 6<sup>rs</sup> 16<sup>s</sup>  
 Le 11 octobres 1779  
 plus Jey Donniz une mespe pour Catherine Jobriana . 15<sup>s</sup>  
 plus Jey Donniz au recteur Gabriel Durieux le 20 juien 1779 24 17 6<sup>rs</sup>  
 plus Les Durieux a Donniz a c<sup>te</sup> M<sup>re</sup> Le prieur pour mespe 3 15<sup>s</sup>  
 Et sella Et a Deduire sur la somme cy dessus qui avoit été  
 plus Jey Donniz pour faire avaler Le fustos cy . . . 10<sup>s</sup>  
 plus nous avon fait Deux offices pour Les mariages  
 Du poijet et Françoise Durieux Les Croix quil sont  
 Leuz dans La Courane Du moy Decr et Leur offices  
 fut au moy de septembre 1780 Jey Donniz Les Deux  
 mespe a c<sup>te</sup> Monsieur Le prieur cy . . . . . 1<sup>rs</sup> 10<sup>s</sup>

Total 42<sup>rs</sup> 75 6<sup>rs</sup>

<b>Primeiramente</b>	<b>Libras</b>	<b>soldos</b>	<b>Dinh.</b>
Recebi como doação de Ploton pelo pai que morreu em 26 de agosto de 1779 ; o seu ofício fez-se em 29 do mesmo mês.	3	19	
Acréscimo na doação de Catherine Fabrina Adendo Catherine Favrina. Enterrada em 17 outubro de 1779 (cancelado): 17 outubro 1779 por uma doação	6	12	
Adendo pelo ofício feito por nós para Compat, des Chères, recebido	3		
Acréscimo por uma doação	1	1	
1780 (na margem) adendo como doação (sic) do primeiro dia do ano env. (?) 1770	6	12	
Acréscimo por outra doação de 16 janeiro de 1780	3	17	6
Adendo por outra doação de 20 fevereiro 1780	6		
Recebi por doação de Louis Revier	3	16	6
<b>As contas foram aprovadas</b>	<b>Total de</b>	<b>68</b>	<b>10</b>
<b>Segue a receita de 2 maio de 1780</b>			
Recebi, eu, dito Champagnat, tesoureiro, como doação da se-nhora de Coupas, de Piron	1	14	
Adendo na doação de Jean Revier, de la Chaux, enterrado em 4 de maio, e o seu ofício fez-se em 7 de maio pela doação	3	4	
Recebemos dois penitentes : um dito Jean Favier, de La Planche, deu uma libra de cera amarela à capela. E outro dito Jean Charrain, de Marlhette, deu em moeda por uma missa. Recebi em 15 de maio de 1780			15
Recebemos um penitente, Jean Pierre Verdier, de Marlhès, em 25 de maio, que deu			15
Acréscimo, recebi de Jean Planchet de Bichy 17 s. Por uma libra de cera ou por um « reinado » do domingo do SS. Sacramento em 28 de maio de 1780			17
Acréscimo, recebemos 6 penitentes mulheres e um penitente : Janne Marie Murgue e Roze Murgue , ambos do lugar Pinnet Marie Moullin, de Marlhès, que assumiu o « reinado »			12

<b>Primeiramente</b>	<b>Libras</b>	<b>soldos</b>	<b>Dinh.</b>
Anne Moullins, de la Frache Marianne Courbon, de Rozey E Françoise Dumas, do lugar de Croze E Pierre Bonnet, do lugar de la Touche No todo, paróquia de Marlhes, foram recebidos no domingo do Santíssimo Sacramento, em 28 de maio de 1780	1	6 15 10 14	
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	
14e p.. Continuação da receita de J. B. Champagnat, tesoureiro, de 20 de maio de 1787			
Recebemos duas confreiras : Catherine Didier de Lallier que deu		12	
E Marianne Vacher do mesmo lugar que deu		12	
Recebemos oito confreiras, no domingo do SS. Sacramento, em 10 de junho de 1787 que são Anne Vialleton do lugar de La Touche que deu	1	4	
E Janne Vachier de Lallier que prometeu assumir o « reinado » pela sua recepção			
Toinette Ponchon de Lallier prometeu também o « reinado »			
Anne Grégoire du Champ, empregada em La Vidallière idem			
Marianne Monmartin idem			
Catherine Abrial du Faily (Fail) que deu		12	
Marie-Madelaine Tamet, de Montaron, mulher Sr Jacques Crouzet, que deu		12	
Fleurie Ambroize, empregada de Jean Bte. Barralon, de la Vidallière que prometeu assumir o reinado			
<b>Amém. Tudo vem de Deus. Em 10 de junho de 1787, Champagniat, tesoureiro</b>			
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	
15e página fol XXX. Segue a receita de Jean Bate. Champagniat, tesoureiro, de 17 de junho de 1787			
Recebemos duas confreiras no dito dia : Anne Frapat, de Peubert, esposa de Jean Peyraverney, que deu pela recepção três libras	3		

<b>Primeiramente</b>	<b>Libras</b>	<b>soldos</b>	<b>Dinh.</b>
<b>E Marie Thérèse Chirat esposa de Jean Bte. Champagniat tesoureiro do lugar Rosey, que deu três libras pela sua recepção</b>	<b>3</b>		
Na 18 página Capítulo de receita ; de 12 de maio de 1788			
E na 2e festa de <i>Quoque</i> recebemos de Michel Morellon, de Bourg de Marlhes, que deu doze soldos		12	
Acréscimo, recebemos de Jean Baptiste Peyron, do lugar de Richiny. Este nada deu ; disse não ter dinheiro.			
Recebemos de Françoise Favergon, esposa de Antoine Jabrin, de Colombier, que pagou dez soldos.		10	
<b>Penso que serão os derradeiros confrades e congreiras que vou inscrever e devo prestar as contas por esses dias. Em 10 junho de 1788. Champagniat, tesoureiro</b>			
<b>A capela das congreiras não ricas ; os seus últimos dinheiros recebidos vão fortificá-la ; foram razoáveis. Amém.</b>			
<b>O bom Deus nos abençoe</b> <span style="float: right;"><b>Total</b></span>	<b>1</b>	<b>2</b>	
A 19ª página. Folha XXXII. Capítulo da receita de Jean Bapte. Champagnat tesoureiro. Em 14 de janeiro de 1788			
Recebi uma doação em 15 de junho, na soma de dezoito libras quinze soldos	18	15	
Recebemos, no mesmo dia, 12 congreiras : Claudinne Lherbrel do lugar de Pinasse, que deu de boa graça		18	
Anne Favier, de Peubert, que deu		15	
Catherine Chasse, de Play, deu		15	
Marie Padel, de Combaux deu		14	
Jeanne Grangier, de Lallier, que deu		12	
Marianne Grangier sua irmã, deu		12	
Catherinne Nayme, da vila de Lallier. Declarou assumir o « reinado » ; deve assumi-lo no domingo do SS. Sacramento do ano de 1789			
Marie Tamel, du Play, que deu		15	
<b>Esta página conta vinte três libras e dezesseis soldos</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	

<b>Primeiramente</b>	<b>Libras</b>	<b>soldos</b>	<b>Dinh.</b>
Página vinte. Continuação do capítulo de receita de Jean Bte. Champagnat, tesoureiro eleito por deliberação de 13 junho de 1779			
Em 15 de junho de 1788 Recebemos Marianne Courbon, esposa de Jean Padel, du Play, que deu de bom coração 1 libra e quatro soldos	1	4	
Recebi no mesmo dia Jeanne Cheynnet, do lugar de la Peyrinière, que deu 18 soldos.		18	
Recebi Marianne Moullin, de Play, que deu 15 soldos		15	
Recebemos no mesmo dia Catherine Viallette, do burgo de Marlhès, grátis. Nada lhe pedimos por ser pobre.			
Demos quitação por um ofício fúnebre que Mathieu Coupat, de Cheize, fez celebrar e que pagou no mesmo dia. Deu três libras e catorze soldos, em 22 de junho de 1788	3	14	
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	
Página vinte e uma. Fol XXXIII. Continuação do capítulo do capítulo da receita de Jean Bte. Champagnat, tesoureiro eleito por deliberação do 13 de junho de 1779			
De 24 de junho de 1788 Recebi como doação no dia de São João Batista a soma de vinte cinco libras	25		
Recebi ainda de Jean Bapte. Epalle, de Peubert, tesoureiro comigo. Ele me entregou vinte e cinco libras, que tinha em mãos, e que havia recebido recebido de diversos	25		
Recebi a soma abaixo indicada, em 29 de junho de 1788			
<b>O abaixo-assinado Jean-Baptiste Champagnat, tesoureiro da dita Capela, tendo entregado o presente livro, eu me acho detentor da soma de duzentos e doze libras, que prometo e me obrigo a pagar à dita confraria e a quem de direito, no prazo de um ano, neste vinte e dois de fevereiro de mil setecentos e oitenta e nove.</b>			
<b>Champagniat</b>			
<b>O abaixo-assinado Jean-Baptiste. Champagniat, do lugar de Rosey, comuna de Marlhès, antigo tesoureiro, tendo prestado as suas contas, na data acima</b>			

de vinte e nove de fevereiro de mil setecentos e oitenta e nove, sendo devedor de duzentas e doze libras, acima explicadas, mudadas hoje com os juros para duzentas e oitenta e seis libras, pelos juros de sete anos, no montante de sessenta e cinco francos ; vinte e dois francos e dez soldos e ainda trinta libras correspondentes a reformas da capela ; pelo que fico devendo a soma de duzentos e sessenta e três francos ; isso prometo pagar à sobredita confraria e a quem de direito, no prazo de um ano, a contar de hoje, 5 de junho de 1801.

Champagniat

Página seguinte

**Eu, abaixo assinado Jean Peyrard, de Lallier, paróquia de Marlhès, declaro que a renda anual de treze francos e três soldos do capital de duzentos e sessenta e três francos criada e constituída no meu proveito por Barthélemy Champagnat, de Rosey, não me pertence, porque só foi criada e constituída no meu proveito pela minha qualidade de tesoureiro da confraria dos penitentes da sobredita paróquia ; mas ela é devida e pertence à confraria.**

Marlhès le 9 janvier 1823 Peyrard

Fol. XXXVI conta da receita de Marcellin Riocreux, de Montel, tesoureiro dos penitentes da igreja paroquial de Marlhès por deliberação de 15 de junho de 1788.

Fol XXXIX

**Nós, abaixo-assinados, membros dos penitentes da confraria do Santíssimo Sacramento do altar, erigida na igreja de Marlhès. O mestre Jean-Baptiste Epalle de Royon e mestre Jean Granger, de Lallier, foram eleitos para o cargo de tesoureiro da dita confraria em 19 de julho de 1801 ; entraram em função em 8 de novembro do dito ano ; não encontraram nenhum fundo, afora a promessa consentida por mestre Champagnat, de Rosey, que alcança a soma de duzentos e sessenta e três libras, constante do registro. Aprovo tudo isso acima. Alliot, pároco ; Durieu, reitor ; Séauve, Barralon, Courbon, Chirati, Chorain, Epalle de Royon, tesoureiro. Granger, tesoureiro.**





# *A investigação Alirot (1790)*

**Ir. André Lanfrey, fms**

Os Arquivos Departamentais de Puy possuem, sob a identificação « 18 J », certa arca com grande número de documentos sobre Marlhès que remontam aos séculos XVII e XVIII. Entre eles há um relatório designado « estado da população da paróquia de Marlhès no ano de 1790 », feito pelo « Pe. Alirot, pároco de Marlhès ». Esse documento de 85 páginas, publicado pela associação dos amigos de Marlhès em 2004<sup>93</sup>, fornece um testemunho excepcional sobre a vida religiosa, social, demográfica e econômica dessa paróquia<sup>94</sup>. O estudo seguinte, fundado sobre uma fotocópia do documento original, tem por objetivo situar a família Champagnat num contexto socioeconômico global.

O documento « 18 J 1 » dá os informes necessários sobre o senhor Convers, o que reuniu os papéis da arca. Nascido em St-Pal-de-Mons no Alto Loire, em 14 de maio de 1850, ele fez os seus estudos no seminário menor de Monistrol, no biênio 1865-1866 ; depois com os Padres Maristas de Saint-Chamond<sup>95</sup>. Ele obtém a licença em direito, em 9 de dezembro de 1874 e se torna magistrado em 1877. Exerce pelo menos uma parte da sua carreira judiciária em Riom, perto de Clermont-Ferrand, Auvergne. É certamente durante o tempo da sua aposentadoria<sup>96</sup>, em Montfaucon-en-Velay, em Haute-Loire, muito perto de Marlhès, que ele empreende colecionar documentos antigos, entre eles o que estamos estudando.

---

<sup>93</sup> Com o título « Etat de la population de la paroisse de Marlhès en 1790 ». A introdução do documento insiste no aspecto demográfico e nos patrônimos dos habitantes. A publicação não inseriu uma lista dos pobres no fim do registro.

<sup>94</sup> Os amigos de Marlhès acabam de publicar um recenseamento da população, constituído essencialmente de fotos, intitulado *Marlhès 2005*.

<sup>95</sup> No documento, há numerosa comprovação do estado da escolaridade no colégio de St-Chamond.

<sup>96</sup> Na sua correspondência, ele é designado como « antigo magistrado ».

## I. ESTADO DO DOCUMENTO

Cada uma das páginas compreende seis colunas de que o próprio Alirot dá a significação:

- 1/ O nome do povoado
- 2/ O nome e a idade de cada indivíduo
- 3/ Uma cruz indica que ele fez a primeira comunhão
- 4/ Uma segunda cruz, se ele foi confirmado.
- 5/ Indicação do estado matrimonial : « m » para marido ; « f » para o gênero feminino ; v para viúvo, viúva ou celibatário idoso.
- 6/ Menção da situação econômica e do estatuto social : « p » para proprietário ; « h » para habitante ; « L » para locatário ; « d » para doméstico ; « r » para rubanière, fabricante de fitas ; « s » para sabotier, fabricante de tamancos ; « g » para granjeiro ou arrendatário.

De tempos em tempos, no lugar que sobra, o pároco acrescenta adendos, indicando a profissão, como « jovem padeiro », ou estatuto um pouco peculiar,

Jean Lucille	80	+	+	v.	.	.
Marianne Duroy	81	+	+	m	p.	1
Jean Bapt. Champagnac	47	+	+	f	.	.
Mari Therese Chirac	42	+	+	.	.	.
Mari du Champagnac	41	+	+	.	.	.
Sty Champagnac	18	.	.	.	.	.
Genevieve Champ	12	.	.	.	.	.
Jean Bapt. Ch.	10	.	.	.	.	.
Margt. Noze	6	.	.	.	.	.
	37					
<hr/>						
Nozey						
Jean Pierre Champ.	3	.	.	.	.	.
Mireline Champ.	2	.	.	.	.	.
Jean Bapt. Champ.	.	+	+	d	.	.
Jean Pochon	.	.	.	.	.	.
Sty Bouvier	24	+	+	d	.	.
Jean Bapt.	43	+	+	m	g	1

como « pobre», por exemplo. Ele encerra, na p. 80, com um total de 2724 habitantes<sup>97</sup>. As últimas páginas dão a lista dos pobres : 86 nomes aí figuram<sup>98</sup>, a maioria associados a um número, de 1 a 4, que poderia corresponder ao número de pessoas por casa. Nesse caso, teríamos cerca de 175 pobres. A causa da pobreza, por vezes, é indicada : duas pessoas são « estropiadas » ; quatro outras são enfermas ; mas há também 21 viúvas, e 3 « moças », isto é, adultos não casados. Nenhum pobre é assinalado em Rosey. A proporção, portanto, daqueles que, em Marlhes, são muito pobres se situaria no estrato entre 3 e 6 %.

Tem-se a impressão de que Alirot montou o seu catálogo em visitas pastorais, visitando sucessivamente tal parte da paróquia. Desse modo, recenseado o burgo de Marlhes, ele se consagra aos povoados do leste da paróquia, onde está Rosey, quase todos situados entre 1000 e 1200 metros de altitude : em suma, é a montanha, em relação ao centro e ao oeste, que ficam entre 900 e 950 metros de altitude.

### UMA SOCIEDADE RURAL

A paróquia de Marlhes compreende cerca de 75 povoados de importância muito desigual. Se colocamos à parte o burgo de Marlhes, uns 330 habitantes, podem repartir-se assim<sup>99</sup> :

- 1/ De 96 a 187 h. 3 (Le Champ : 96 ; Peybert : 101 ; Lallier : 187)
- 2/ De 85 a 64 : 10 (La Faye : 85 ; Le Monteil : 84... Le Rosey : 64)
- 4/ De 58 a 41 : 10
- 5/ De 26 a 38 : 12
- 6/ De 16 a 23 : 9
- 7/ Menos de 14 : 30

Na sua estatística, Alirot tomou cuidado, sem dizê-lo na sua introdução, de separar por certo aferidor os « fogos » ou lares da sua paróquia ; monta, assim, outras tantas unidades econômicas e sociais. É ao chefe desse « fogo », em princípio o marido, que ele confere um título, infelizmente não sempre claro, visto que ele se interessa menos pela riqueza ou renda propriamente do que pelo estrato socioeconômico ligado à terra. Assim, haveria em Marlhes :

<sup>97</sup> Uma lista de 93 nomes foi acrescentada posteriormente.

<sup>98</sup> A lista é mais tardia do que a investigação : algumas pobres viúvas têm ainda o seu marido no recenseamento. Catorze nomes foram barrados em data ulterior.

<sup>99</sup> *Marlhes au long des siècles*, p. 249 ; certos povoados não tiveram anotada a população e outros dados. Os meus próprios números sobre a mesma fonte Alirot apresentam, muitas vezes, alguma diferença.

- 205 « proprietários »
- 125 « habitantes »
- 112 « locatários»
- 82 « granjeiros » ou « arrendatários »

O estatuto de proprietário parece significar que o lar possui uma área significativa de terra. Os granjeiros exploram uma terra de certa importância que não é deles. Manifestamente, habitantes e locatários têm uma relação com a terra menos favorável : os primeiros possuem muito pouco, ao passo que os segundos alugariam algumas parcelas para assegurar a sua independência econômica. Assim, sobre 29 famílias e indivíduos pobres cujo estatuto socioeconômico pude encontrar, há 15 habitantes, 12 locatários, e 2 proprietários<sup>100</sup>.

Seja como for, converge-se para um total de 524 « fogos », isto é, unidades econômicas de talhe diverso. Pode-se considerar que os 205 proprietários e os 82 granjeiros, na sua maioria, vivem em relativa segurança material. No concernente aos habitantes e locatários, os estatutos deles não de ser muito mais variados : alguns tiram o seu sustento da sua atividade profissional relativamente remuneradora ; outros, especialmente as « jovens solteiras » e as viúvas, sobrevivem no limite da miséria, produzindo ou comercializando fitas, tamancos, ou como diaristas. Dois momentos parecem especialmente temíveis para essas populações : os primeiros anos do casamento, quando as crianças de pouca idade são uma carga sem contrapartida em força de trabalho, e as pessoas entre a velhice precoce, quando um dos cônjuges desaparece e quando a educação das crianças ainda não foi ultimada. Assim, Jean-Baptiste Gautier, do povoado de Malzaures, colocado na lista dos pobres, é um habitante de 33 anos que deve prover às suas necessidades e às da mulher e dos quatro filhos de 1, 3, 5 e 7 anos. Quanto a Catherine Vialet, de Marlhès, considerada habitante pobre, aos 50 anos é viúva com duas filhas, de 18 e 6 anos.

Se se trabalha em perspectiva mais social e demográfica do que econômica, contando os casais e os viúvos e viúvas chefes do lar, chega-se a 392 casais e 162 viúvos e viúvas<sup>101</sup>, isto é, 554 « fogos ». Seria necessário adicionar certo número de lares e pessoas sozinhas, ou que gozam de estatuto peculiar, como fabricante de tamancos, fabricante de fitas, pároco, irmãs de São José. Aí atingiríamos entre 560 e 570 « fogos », aproximadamente.

---

<sup>100</sup> São duas viúvas, cujas dificuldades provêm do seu estado de viuvez mais do que de situação econômica desfavorável.

<sup>101</sup> «Les Amis de Marlhès », op. cit. P. 15, encontram 406 casais, 48 viúvos e 107 viúvas.

A população de Marlhès se elevaria a 2.700 habitantes, repartidos em lares, com média de 4.9 habitantes por « fogo ». Se se considera que as pessoas casadas em número de 784 ou 27.8%, e os viúvos 162 ou 5.7%, as crianças, jovens e celibatários seriam cerca de 1.800, ou seja um pouco mais de dois terços da população. Trata-se, portanto, de população jovem, mas não se esqueça de que garoto ou moça podem ficar na família muito tempo, porquanto é quase até a morte que os pais têm o mando, fazendo com que os filhos só se casem em idade relativamente avançada.

Numerosos jovens são colocados, provisoriamente, como domésticos. Alirot assinala 186, a maioria jovens. Uma vintena deles, de mais idade, parecem estabelecidos em domesticidade durável. Dezesesseis comerciantes ou produtoras de fitas são assinaladas, mas de fato é atividade que as mulheres praticam em grande número de « fogos ». Alirot, pois, parece não ter em conta pessoas especializadas nessa atividade.

### O BURGO DE MARLHES

De 320 a 3330 habitantes o burgo de Marlhès compreende cerca de 72 « fogos », ou seja 4.5 por « fogo », o que é um pouco inferior à média da paróquia. Em 536 « fogos » habitam marido, mulher e filhos. Nos outros 7 um viúvo ou uma viúva coabita com a família. Em 14 lares, muitos reduzidos, há um viúvo ou uma viúva como cabeça da casa. A propriedade assim se reparte.

– Proprietários :	16 (22,2 %)
– Habitantes :	22 (30,5 %)
– Locatários :	22 (30,5 %)
– Granjeiros :	3 (4,1 %)

No concernente aos ofícios e profissões, a diversidade encontrada mostra que Marlhès é realmente burgo central : 8 tamanqueiros, 8 fiteiras, 3 passama-neiros ; mas 3 tabeliães<sup>102</sup>, 2 padeiros, 3 marceneiros, 1 alfaiate e 2 aprendizes de alfaiate, 1 pároco, 1 vigário, 1 sacerdote idoso, 1 ferrador, 1 pedreiro, 1 sapateiro, 1 cabo e 1 cobrador de impostos<sup>103</sup>, 1 empregado. Uma dezena desses titulares especializados de ofícios vivem sozinhos. Há vinte domésticos.

A associação dos « amigos de Marlhès<sup>104</sup> » fez questão de proceder a um levantamento do burgo, na mesma época, sobre 219 habitantes, assinalando os seguintes números : 6 fabricantes de tamancos, 2 sapateiros, 4 donos de bodega,

<sup>102</sup> Um, muito velho, está sem função.

<sup>103</sup> Encarregados dos impostos.

<sup>104</sup> *Marlhès au long des siècles*, p. 154

2 carreiros, 1 relojoeiro, 1 comerciante, 2 padeiros, 1 fabricante de cabos de faca, 1 fabricante de fitas, 1 cardador de lã, 4 alfaiates, 1 rendeira, 3 passama-neiros, 1 fabricante de meias de lã, 1 pedreiro, 1 carpinteiro, 2 ferradores, 3 domésticos apenas, e 3 operários.

O povoado com mais habitantes, depois do burgo central, é Lallier, com 187 habitantes em 38 « fogos ». Conta 23 casais, 13 viúvos ou viúvas<sup>105</sup>, 4,9 habitantes por « fogo ». O estatuto da propriedade vem assim discriminado :

- Proprietários : 17 , entre eles J.-B. Champagnat (44,7 %)
- Habitantes : 13 (34 %)
- Locatários : 7 (18,4 %)
- Granjeiros : 3 (7,8 %)

Há um fabricante de tamancos e apenas 5 domésticos.

Esse simples levantamento esclarece, de modo singular, a diferença qualitativa entre o burgo central e Lallier. O primeiro conta com atividades artesanais e terciárias, que explicam, em parte, a fraca proporção de proprietários. Lallier não passa de denso povoado agrícola.

## ROSEY

Agora podemos focalizar o nosso estudo na localidade que nos toca mais o coração : o povoado onde, em 1790, Marcelino Champagnat completou o seu primeiro ano de vida. Damos a lista completa da população.

Nome, prenome	idade	comunhão	confirmação	Estatuto familiar	Estatuto social
Charles Frapa	29	+	+	M	P
Jeanne Courbon	35	+	+	F	
Anne – Marie	1				
Marie Decelières <sup>106</sup>	10				
Alexandre Larcher	24	+			D
Louis Rivier	18	+			D
Joseph Diot	17				D
Marie Crouzet	18	+			D
Pierre Robert <sup>107</sup>					

<sup>105</sup> Duas situações pouco claras.

<sup>106</sup> Filho provindo de casamento anterior, sobrinha ou órfã ?

<sup>107</sup> Nome acrescentado na lista ulteriormente. Parece ser doméstico.

<b>Nome, prenome</b>	<b>idade</b>	<b>comunhão</b>	<b>confirmação</b>	<b>Estatuto familiar</b>	<b>Estatuto social</b>
Vital Bonnet	72	+	+	V	H
Pierre Bonnet	44	+	+	M	H
Annette Peirard	40	+	+	F	
Jeanne Bonnet	16	+			
Jacques Bonnet	14	+			
Jacques PierreBonnet	13	+			
Marie Bonnet	6				
Catherine Bonnet	4				
Denis Bonnet	1				
Claude Courbon	40	+	+	M	P
Marie Sovignet	38	+	+	F	
Jean-Claude Courbon	34	+	+		Ferrador
Joseph Courbon	32	+	+		
Antoine Courbon	26	+	+		
Marie Anne Courbon	37				
Jean Toron	42	+	+	M	L
Marie Ferret	34	+	+	F	
Marie Toron	6				
Joseph Toron	2				
Mathieu Toron					
B(arthélem)y Crouzet	48	+	+	M	H
Marie Rouchouze	39	+	+	F	
Anne Crouzet	16	+			
Catherine Crouzet	13	+			
Marie Crouzet	11	+	+		
Anne Crouzet	2				

<b>Nome, prenome</b>	<b>idade</b>	<b>comunhão</b>	<b>confirmação</b>	<b>Estatuto familiar</b>	<b>Estatuto social</b>
Jean Baptiste Fuvelle	43	+	+	M	H
Marie Celarier	48	+	+	F	
Jean Fuvelle	18	+			
Marianne Ducros	61	+	+	V	
Jean Baptiste Champagnat	47 <sup>108</sup>	+	+	M	P
Marie Thérèse Chirat	42 <sup>109</sup>	+	+	F	
Marie Anne Champagnat	14	+			
Barthélemy Champagnat	13				
Anne Marie Champagnat	12				
Jean Bapt. Champagnat	10				
Marguerite Rose	6				
Jean Pierre Champagnat	3				
Marcelin Champagnat	2				
Joseph Benoît Champ. <sup>110</sup>					
Jean Pochon		+	+		D
B(arthélem)y Bouvier	24	+	+		D
Jean Frapa	43	+	+	M	P
Antoinette Celle	35	+	+	F	
Marie Anne Frapa	12				
Denis Frapa	10				

<sup>108</sup> De fato, nascido em 1755, ele tem apenas 35 anos.

<sup>109</sup> Nascida em 1746, ela tem 44 anos.

<sup>110</sup> Nome acrescentado posteriormente.



Nome, prenome	idade	comunhão	confirmação	Estatuto familiar	Estatuto social
Madeleine Frapa	5				
Jeanne Frapa	3				
Jean Pierre Frapa					
Catherine Legat	21	+			D
B(arthélem)y Riocreux	30	+	+	M	P
Marie Anne Courbon	30	+	+	F	
Jean Pierre Riocreux	10				
Antoinette Riocreux	9				
Jacques Frapa	35	+	+	M	L
Françoise Bonnel	34	+	+	F	

O povoado de Rosey compreende 10 « fogos » e 65 pessoas, o que dá 6.5 habitantes por lar, muito superior à média?. Há 4 proprietários, 4 habitantes, 2 locatários e 1 granjeiro. Como alhures, Rosey não tem população homogênea. Duas famílias atraem a atenção : a de Charles Frapa, com quatro domésticos ; e aquela de Champagnat, com dois domésticos. Em duas famílias, incluindo a de Champagnat, um viúvo ou viúva partilha o teto familiar, como é de uso freqüente.

No plano religioso, vê-se que a idade da primeira comunhão é tardia, depois de 12 anos. Um doméstico de 18 anos parece não tê-la feito ainda. A confirmação parece o sacramento da idade adulta : não é feita antes dos 25 anos.

A idade dos pais de M. Champagnat está errada : o pai ganhou 12 anos e a mãe perdeu 2. Os filhos comparecem com a idade quase exata : Marie-Anne, nascida em 1775, tem 15 anos, não 14 ; Anne-Marie tem 11 anos, não 12 ; Marguerite Rose, nascida 1782, tem 8 anos, não 6. Mais interessante é que o recenseamento anota a presença de Jean-Baptiste, nascido em 11 de setembro de 1780, não morreu com pouca idade, como diz a cronologia marista, mas aos 23 anos. Enfim, Joseph Benoît, nascido em 27 de outubro de 1790, e que morreu aos 13 anos, é acrescentado à família, o que mostra que Alirot realizou o recenseamento um pouco mais cedo.

Em 1790, a família Champagnat está em situação delicada : 13 pessoas, com

8 filhos abaixo dos 16 anos. O filho mais velho Barthélemy tem 13 anos e não pode ainda executar os trabalhos pesados de adulto. A presença de dois domésticos se explica, talvez, pelo desafogo da família, mas igualmente pela necessidade de dispor de braços para os trabalhos pesados.

### **OS CHAMPAGNAT E OS CHIRAT**

Já vimos que o bisavô de Marcelino nasceu em 1683, em St-Victor-Malescours no Alto Loire, 10 km a oeste de Marllhes. O filho dele se casou em Marllhes em 1716. Em 1790, 14 pessoas portam o seu nome na paróquia, sem que elas sejam necessariamente descendentes diretos da mesma família.

Em Marllhes, há Jeanne, de 66 anos, e Thérèse, de 37 anos, ambas Irmãs de São José. Sabemos que a segunda é irmã de Jean-Baptiste, pai de Marcelino. Há também Anne Champagnat, de 42 anos, esposa de Antoine Faure, habitante, de 33 anos, sem filhos.

Em Lhorme, certo Antoine Champagnat, de 18 anos, é aprendiz de marceneiro ou moleiro na casa de Barthélemy Colombier, proprietário. Em La Franche, Claude Champagnat, de 43 anos, proprietário, e o esposo de Anne Senglard, de 38 anos, têm dois filhos : Marie, de 12 anos, e Jean Barthélemy, de 9 anos. Madeleine Champagnat, de 41 anos, irmã de Claude, vive na família. Em Lallier, encontra-se uma Catherine Champagnat no lar de Jacques Murges, de 70 anos, habitante e viúvo, com quatro filhos. Não se sabe a idade dela, e pode-se supô-la empregada.

A partir dessa lista, podemos, portanto, reconstituir, com razoável certeza, os membros da geração do pai de Marcelino, que então tem 35 anos. Ei-la : Anne, 42 anos ; Madeleine, 41 anos ; Thérèse, 37 anos, seriam as suas irmãs mais velhas, e Claude seria o irmão mais velho. Jeanne, 66 anos, é tia deles. O avô de Marcelino teria, pois, cinco filhos. Note-se a fraca fecundidade dessa geração, em que as mulheres ficam celibatárias ou se casam tardiamente. Jeanne-Baptiste, com os seus dez filhos, seria a exceção.

Quanto aos Chirat, encontra-se um Marcellin Chirat, de 44 anos, arrendatário em Marllhes, esposo de Catherine Frapa. O lar tem 7 filhos, entre 12 anos e uns poucos meses, com dois domésticos. Em Malcoignière, Barthélemy Chirat, de 49 anos, irmão de Marie-Thérèse, e a sua esposa Rose Courbon, de 36 anos, não têm filhos, mas albergam uma sobrinha de 15 anos. Há quatro domésticos : 2 homens, de 21 e 25 anos, e 2 mulheres, de 18 e 15 anos. Portanto Marie-Thérèse Chirat, mãe de Marcelino, teria dois irmãos. Marcelino, de 44 anos, é talvez o

seu irmão gêmeo. Pouco prolífica como a dos Champagnat, a família parece ter melhor renda.

Os prenomes dos filhos de Jean-Baptiste e Marie-Thérèse vão retomando alguns prenomes dos seus tios e tias maternos, como Barthélemy, Marcellin, Rose. Se Marcelino teve numerosos irmãos e irmãs, ficou mal provido de primos e primas pelo lado dos Chirat.

## A DEMOGRAFIA

O exemplo da família Champagnat nos mostrou que as idades declaradas pelo recenseamento do pároco têm valor aproximado. Ainda assim, parece-nos útil explorá-las, a fim de que apareça a estruturação por idade. O quadro seguinte compara as populações de alguns dos lugares de maior densidade demográfica.

<b>Corte das Idades</b>	<b>Burgo de Marlhès</b>	<b>Le Rosey</b>	<b>La Frache</b>	<b>Richiny</b>	<b>Lallier</b>	<b>Monteil</b>	<b>Le Champ</b>	<b>La Touche</b>
Nb. D'h.	294	61	67	58	173	81	82	113
Idades (%)								
0 – 9	20 %	26,2 %	20,8 %	24,1 %	28,3 %	18,5 %	32,9 %	28,3 %
10 – 19	17,6	29,5	20,8	24,1	24,2	23,4	21,9	24,7
20 – 29	18,7	8,1	8,9	20,6	16,1	19,7	7,3	10,6
30 – 39	18,7	14,7	14,9	13,7	13,8	13,5	15,8	10,6
40 – 49	12,2	16,3	17,9	8,6	8	13,5	13,4	7,9
50 – 59	6,4	1,6	8,9	5,1	9,2	6,1	4,8	10,6
60 – 69	4,7	1,6	2,8	3,4	2,3	4,9	2,4	5,3
70 et +	1,3	1,6	4,3	0	0,5	0	1,2	1,7

Dois esquemas demográficos parecem surgir. O primeiro poderia ser qualificado como normal, é aquele do burgo central de Marlhès, que vê o corte das idades decrescer de modo assaz regular. Os povoados de maior densidade demográfica Richiny, Lallier, Monteil seguem mais ou menos a mesma evolução. Em contraposição, Rosey, La Frache, le Champ, la Touche apresentam um como desmoronamento no corte da idade de 20 – 29 anos, que parece assinalar forte emigração dos jovens, pelo casamento, saída para o serviço doméstico ou emigração definitiva. Esses últimos povoados, aliás, têm uma característica comum : estão na parte leste da comuna, entre 1000 e 1100 metros de altitude, isto é, na zona mais fria.

Para confirmar essa distorção, eu ampliei a investigação em todos os povoados situados a leste de Marlhês, na sua maioria na cota de 1000 a 1200 metros de altitude. Em seguida, comparei com generosa amostra dos povoados do centro, do oeste e mesmo do nordeste da comuna, onde os povoados se situam um pouco abaixo da cota de 1000 metros.

<b>Corte de idade (%)</b>	<b>0-9 anos</b>	<b>10-19</b>	<b>20-29</b>	<b>30-39</b>	<b>40-49</b>	<b>50-59</b>	<b>60 et +</b>
Leste da paróquia 879 hab.	30,1	21,2	12,7	14,4	12,4	4,3	4,5
Centro e oeste 785 hab.	23,9	22	18,7	13,6	9,5	7,1	4,9

O contraste impressiona : o leste da paróquia, que conta com natalidade um pouco superior ao resto do território, sofre uma erosão acelerada no corte das idades entre 10 e 29 anos, o que atesta que a região está afetada por forte emigração de adolescentes e jovens, ademais de ter mortalidade infantil e juvenil algo mais pronunciada. O resto da paróquia poderia beneficiar-se dessa emigração.

A paróquia de Marlhês não é, portanto, demograficamente homogênea. O relevo parece determinar ou constranger a população da montanha à emigração, pelo menos temporária, enquanto o planalto é demograficamente mais estável. Sem demasiado risco, pode-se supor que a economia desses dois territórios comporta também outros contrastes : a montanha, demasiado fria para o cultivo agrícola compensador, deve consagrar-se à criação de gado e à exploração da madeira. Ainda assim, a instalação de serrarias hidráulicas aí não é fácil, por causa das encostas e, quiçá mais, pelo terreno esponjoso em muitos lugares.

Essas considerações gerais não são inúteis, se visamos situar a família Champagnat, porquanto ela parece estabelecida no limite de um território economicamente pouco favorável. A saída do jovem Marcelino para o seminário se inscreve, assim, numa cultura de emigração quase generalizada no meio em que ele reside.

## **UMA TERRA DE FÉ**

Nesse registro « das almas e dos corpos » levado a termo por Alirot, as informações de ordem religiosa parecem um pouco decepcionantes à primeira vista, por causa da grande uniformidade que apresentam. Ele não assinala que todo o mundo é batizado, como é evidente. Aos 13 anos, quase ninguém fez a primeira comunhão ; aos 15 anos, quase todo o mundo. Para a confirmação, pou-

cos a recebem antes dos 25 anos ; mas, depois do trinta, todo o mundo é de crismados. Marlhés é tipicamente uma terra de fé, como tantas outras regiões francesas do século XVIII ; aí os historiadores constataam o triunfo da Reforma católica, marcado por um grau de sacramentalização da educação religiosa nunca atingido no passado.

---

## **CONCLUSÃO**

Ainda que de acesso problemático, de clima rude e de economia essencialmente rural, Marlhés não é uma aglomeração de povoados, senão um mundo de administração e de economia estruturada por um burgo central provido de tabelião e pároco, com os seus notáveis, artesãos, carreteiros e comerciantes. Ademais, Marlhés é uma passagem, secundária mas não desprezível, para os viajores e comerciantes que se dirigem de St-Etienne a Puy ou ao vale do Ródano. Cumpre notar, contudo, a ausência de médico ou cirurgião ; ela surpreende, como a de mestre-escola, de moleiros, açougueiros e serradores. Essa incompleta especialização dos serviços, presumo que em parte se deve ao recenseador ou à natureza do documento, refletindo uma atividade econômica em que os camponeses, por necessidade e sem maiores recursos financeiros, assumem eles próprios os ofícios, com menos proficiência.

Nesse mundo estruturado pelo catolicismo e em ambiente muito disperso, causa surpresa não encontrar capelas nos povoados e haver apenas dois sacerdotes para assegurar o serviço paroquial certamente pesado, visto que importa não apenas presidir ao culto, mas ainda visitar os enfermos, administrar os moribundos, batizar e catequizar as crianças. Aí também os habitantes têm de haver-se sozinhos, para certo número de tarefas ; por exemplo, garantir um mínimo de educação cristã. As Irmãs de São José, no burgo central, têm de catequizar e prestar alguma assistência. O povoado Lallier guardou até hoje uma casa de beata, recordando-nos que Marlhés deveu beneficiar-se da presença de algumas senhoras piedosas que se dedicaram à educação das jovens e dos meninos, concomitantemente ao seu trabalho manual, talvez no fabrico de fitas e decorações várias. Estranha-se que o pároco Alirot não haja assinalado nenhuma.

Pode-se questionar a prática dominical. Os longos trajetos, particularmente difíceis no inverno, hão de impedir a prática religiosa regular. Além disso, mesmo supondo duas ou três missas, a igreja paroquial devia ser insuficiente para acolher pelo menos 1500 pessoas « comungantes ».

Em suma, o recenseamento do pároco Alirot revela um território profundamente cristianizado, cujo funcionamento cotidiano nos escapa em grande parte. Parece que em nível cultural e religioso, como para a economia, as pessoas se defendem largamente, mas de maneira informal com pouca eficácia. Contrariamente às cidades, se quase ninguém é rico, e se muitos vivem no limiar da pobreza, aparentemente há pouca miséria profunda, visto que os laços comunitários são muito fortes.

Irmão André LANFREY

# *Grandeza e decadência dos Champagnat*

## **As revelações dos atos cartoriais**

**Ir. Gabriel MICHEL, fms**

*O tomo XXVI do extinto « Boletim do Instituto », no biênio de 1964-1965, publicou uma série de três artigos (p. 476, 570-575, 675-680), intitulada « os anos obscuros de Marcelino Champagnat », pelo Irmão Gabriel Michel.*

*Esse conjunto, relativamente breve, foi retomado mais tarde em caderno de formato 21 X 29, com 182 páginas, publicado pela Casa Geral, no ano 2000<sup>111</sup>. O seu título exato é « Les années obscures de Marcellin Champagnat : La Révolution à Marlhes ; Loire, 1789-1800 ; lecture d'archives ». É fruto de pacientes pesquisas do Irmão Gabriel Michel que, no seu relato, entrelaça sem cessar a história geral, a história regional e a história local. Mas, no fundo, é o pai de Marcelino, Jean-Baptiste Champagnat, o seu herói. Este, ator modesto da Revolução, tenta sobreviver no meio das convulsões políticas.*

*O artigo abaixo, redigido há muito tempo, e que parece não ter sido publicado, retoma esses trabalhos e lhes aporta precioso complemento, para nos fornecer uma síntese importante acerca do « domínio familiar » Champagnat. Eis por que « grandeza e decadência do domínio da família Champagnat » nos pareceria título mais adequado do que aquele que o autor escolheu.*

*Ir. André Lanfrey*

---

<sup>111</sup> Publicação sem data. A apresentação é do Ir. Henri Vignau, conselheiro geral.

---

## I. PONTO DE PARTIDA DE JEAN-BAPTISTE CHAMPAGNIAT III <sup>112</sup>

Em 21 de fevereiro de 1775, Jean-Baptiste Champagnat (tem o prenome do pai e do avô) desposa Marie-Thérèse Chirat. O seu contrato de casamento é de 9 de fevereiro. Ambos são ditos « honestos », epíteto característico do mundo burguês. De ambos os lados, são famílias de comerciantes, categoria social imprecisa, porque implica venda de objetos muito diversos

Em região em que a tecelagem está muito desenvolvida, pode tratar-se de fitas, decorações, tecidos ; adiante se verá que a casa tem matéria por tecer. Mas como o jovem casado é perito em corte de árvores, ele pode vender também madeira e gado, como os seus antepassados de La Mure, em St-Victor-Malescours.

Pode-se avaliar a fortuna do novo casal ? O dote da esposa está indicado no contrato de casamento. Ela recebeu do pai Charles Chirat o que se discrimina a seguir :

2.700 libras

100 libras para a roupa nupcial

Uma árvore *fayard* (faia), equivalente a 50 libras

Armário de pinheiro e de abeto, no valor de 12 libras

Essas 2.862 libras constituem o que o direito da época chama a sua « legítima », isto é, a parte que os pais devem aos filhos.

Os direitos legitimários paternos da casada avaliam-se em 70 libras. O « excedente » de 2.862 libras menos 700, a saber, 2.162, procede dos direitos legitimários maternos, portanto de Catherine Pollet, mãe dela.

Como todos os casamentos que vamos ver, este casamento está sob agasalho do regime dotal e não do regime comunitário, isto é, se um dos cônjuges faz maus negócios, o outro conserva, assim mesmo, os seus bens próprios. Constitui solução de prudência entre famílias ricas<sup>113</sup>.

---

<sup>112</sup> Ortografia adotada por Jean-Baptiste. Chamemo-lo Jean-Baptiste Champagnat III, para distingui-lo de Jean-Baptiste Champagnat II, seu pai, e de Jean-Baptiste Champagnat I, seu avô.

<sup>113</sup> No regime dotal, no interior do casamento, não há nenhuma comunhão da propriedade. Cada parceiro traz o seu dote e o conserva enquanto dura o casamento. Na prática, todas as aquisições, feitas no curso da vida conjugal pertencem ao marido e devem ser empregadas como ele reputar melhor. O patrimônio ou possessão paterna consiste, portanto, nisto : nos seus aportes no momento do casamento ; mais as aquisições no casamento ; e é isso que passa à geração seguinte, sob o nome de



Charles Chirat está presente com o filho mais velho Barthélemy, seu « doador universal », e eles trazem em moeda sonante a soma de 1.300 libras. Além disso, prometem pagar à esposa as 1.500 libras que faltam, em cinco prestações anuais de 300 francos. Quanto às 62 libras, em moeda ou *in natura*, serão entregues antes da bênção nupcial<sup>114</sup>. Eis o lado Chirat e as suas 2.862 libras.

Vejamos a contribuição Champagnat. Jean-Baptiste Champagnat recebe da mãe Marianne Ducros todos os bens móveis e imóveis, nomes, direitos, razões e ações presentes e futuras desta Marianne Ducros. O irmão mais velho de Marianne Jean-Baptiste Ducros está aí e faz doação entre vivos de todos os bens da sua irmã Marianne Ducros, com a servidão, porém, de o novo casado alojar e alimentar a mãe dele, dever este que não foi deixado na imprecisão, como o mostra o próprio texto do ato.

Não se pode quantificar este dote ; mas a família Ducros era família rica de Jonzieux. Jean-Pierre, sobrinho de Marianne, ia mostrar-se « grande senhor » por ocasião do seu casamento em 1783, oferecendo à igreja o presente principesco de um sino de 310 quilos.

Quanto à Jean-Baptiste Champagnat II, pai de Jean-Baptiste Champagnat III, havia deixado ao filho « a herança inteira » por testamento de 3 de novembro de 1760. Pode-se consultar este testamento, mas ele mostra muito mal aquilo que o novo casado recebe do lado paterno. A herança inteira do domínio paterno, que cabe em sorte a J. B. Champagnat III, menino de cin-

---

direitos legitimários paternos, sem nada para a esposa, a menos que o contrato de casamento haja estipulado diferentemente ; por exemplo, 500 francos no caso da esposa de Jean-Barthélemy, 200 francos no caso da esposa de Jean-Pierre. Depois do meio do século XIX, a lei se orienta por maior frequência do regime de « comunhão reduzida das aquisições ». No caso, cada parceiro guarda sempre a sua porção inicial ; mas o que é adquirido no casamento , pelo trabalho ou de outra forma, divide-se igualmente entre marido e mulher. Portanto, se o marido morre, a viúva tem, além do seu dote, a metade da fortuna adquirida no curso do casamento. Psicologicamente isso marca uma mudança : as relações são menos *patriarcais* e mais *conjugais*. A morte da esposa terá importância, não somente a morte do marido.

<sup>114</sup> Seria preciso ver o testamento à luz do Antigo Regime. Contrariamente ao Código de Napoleão, o pai pode privilegiar claramente um dos filhos ou filhas, em vista sobremodo de manter o « domínio familiar » indiviso. Os outros filhos recebem em dinheiro a sua porção. Em geral, o herdeiro privilegiado não recebe mais de um quarto da fortuna. É regra que faz parte do direito escrito, mais de base romana. Marlies é meridional ou provençal, pelo que de direito escrito ; ainda assim, o convizinho Auvergne, como o norte, fazem parte do direito costumeiro, de inspiração franca ou celta. A idéia da manutenção indivisa do « patrimônio ou domínio familiar », ademais, constitui meio de proteção da família : os velhos pais e os filhos não casados ficam na quinta natal, sob o agasalho do irmão maior ou da irmã maior, detendo a doação universal em mãos definidas.

co anos, e às duas irmãs Louise e Marie-Madeleine, comporta uma legítima de 800 francos, um pouco superior àquela que recebia Marie-Thérèse Chirat pelo lado paterno. Mas é difícil avaliar « a herança inteira », deixada por J. B. Champagnat III ; tenta-se aclarar isso por meio de um inventário de bens do testador que é feito no mesmo dia do testamento, 3-11-1760. Ora não se chega bem a ver se este inventário de 3-11-1760 testemunha uma atividade comercial intensa ou uma tendência a fazer dívidas.

Se J. B. Champagnat II mandou fazer um inventário dos seus bens, é sobretudo com o fim de que um tabelião controle as suas numerosas quitações e melhor proteja os seus bens, em caso de morte, em face de credores imaginários, uma vez que as suas dívidas estarão mais bem reguladas.

O tabelião faz, pois, a descrição de 25 quitações por um total de 5.000 francos. Ocorre que tudo isso não nos informa sobre o valor dos imóveis de que Champagnat III se torna herdeiro aos cinco anos de idade.

A legítima das duas irmãs permite, porém, pensar que os Champagnat eram pelo menos tão ricos quanto os Chirat. Com efeito, quando J. B. Champagnat se casou em 1752, ele tinha 2.400 libras de direitos legitimários, sendo o herdeiro universal o seu irmão mais velho Claude, de La Faurie. As 2.400 libras devem representar os direitos legitimários paternos e maternos, porque o pai de J. B. Champagnat I já morreu no momento do casamento. As 2.400 libras de 1752 correspondem, aproximadamente, às 2.862 libras de Marie-Thérèse Chirat, 15 anos mais tarde, levando em conta a desvalorização.

Os especialistas que quiserem encarar com atenção os contratos poderão apreciar com mais exatidão as fortunas ; mas pode-se legitimamente pensar, em face do aporte de Marianne Ducros, que a herança que vai caber a J. B. Champagnat III não é menor do que havia recebido o seu pai.

Assim, portanto, o casamento de J. B. Champagnat III com Marie-Thérèse Chirat seria um casamento de pelo menos 5.000 libras, o que, com referência aos dados de Maurice Garden<sup>115</sup>,

classificaria o novo casal nos 10% mais ricos de uma cidade como Lyon. Esta fortuna não é extraordinária, em termos rigorosos, mas ela dá aos esposos um sólido começo. Se ela é bem administrada, pode desenvolver-se com rapidez, sobremodo na profissão de comerciantes.

---

<sup>115</sup> Cf. Maurice Garden, *Lyon et les Lyonnais au 18<sup>e</sup> siècle*, Flammarion 1975.

## 2. NO COMEÇO DA REVOLUÇÃO

J. B. Champagnat II, desposando Marianne Ducros, foi morar na casa da mulher ou, se quiser, no domicílio dos pais dela, Maurice Ducros & Anne Chabanolle, que possuíam um domínio em Rosey. Claude Champagnat, irmão primogênito de J. B. Champagnat II, ficaria na quinta de La Faurie.

É, portanto, nessa casa de Rosey que J. B. Champagnat III vai fazer a sua ascensão social, que há de ter sido também, por breve momento, uma ascensão financeira. O Irmão Avit em seus Anais nos diz : « O seu terrível primo, Jean-Pierre Ducros, o comprometeu em negócios materiais de que, com astúcia, retirou vantagens. A fortuna da sua vítima, que os antigos avaliavam entre 80000 e 100000 francos, foi nisso fortemente desfalcada »<sup>116</sup>. Esta observação é interessante, mas demanda diversas considerações, explicitadas em seguida.

- (a) As afirmações atribuídas aos « antigos » consultados pelo Ir. Avit são recolhidas na distância de um século dos acontecimentos. Portanto comportam facilmente alguma mitologização. O que eles traduzem, porém, é uma idéia justa : J. B. Champagnat III conheceu a folga econômica, talvez a riqueza ; mas, mais tarde, mais ou menos pela astúcia de Ducros, tal situação se deteriorou claramente.
- (b) A moeda que Avit conhece é o « franco », porque o termo « libra » é cada vez menos empregado, a partir do começo do século XIX, mas são dois termos equivalentes.
- (c) As grandes quantias citadas por Avit são de interpretação difícil. Se queremos dizer que tal era a fortuna de Champagnat antes da sua entrada na política, trata-se de fortuna considerável. O melhor critério e o mais simples para julgar o valor disso seria talvez a « contribuição-imposto relativa à posse da terra » de 1791, se conseguimos obtê-la para Marlhès como foi obtida para La Valla, por exemplo. Pode ter ocorrido que, na ocasião da pesquisa, não se tenha ignorado esse documento revelador. Como se trata de imposto sobre a renda, ele pode dar a grandeza das fortunas.
- (d) Além disso, cumpre ter em conta a evolução da moeda « assignat » daquele tempo. A entrada na política de J. B. Champagnat III, segundo o que sabemos, data de junho de 1791. Teoricamente ele pô-

---

<sup>116</sup> F. Avit, *Annales de l'Institut*, vol. 1, La rude montée, p. 12, n° 41.

de comprar bens nacionais, desde esse momento e até 1794, data em que a situação se volta contra ele. Portanto é possível que, durante esse período, ele se tenha entregue a especulações, nas pegadas de Ducros, muito mais aventureiro que ele. Ainda assim, o valor dos números vai depender da data em que se avalia a fortuna. Num documento privado (Diana, Montbrison, documento não classificado), encontra-se uma tabela de câmbio dos « assignats » em Bâle, Suíça. Partindo dum valor 100 de 1789, este valor desce para 68 em fim de 1791, desce a 18 no começo de 1795 e chega a « um centésimo » em novembro de 1795. É simplesmente uma recordação útil ; mas não teria sentido pensar na avaliação da fortuna de Champagnat, *se ignoramos a data* de um padrão monetário em violento processo inflacionário.

- (e) Vamos ver que, realmente, Champagnat e Ducros foram vítimas de especuladores que exploravam outros especuladores menos bem informados.

---

### 3. PELO FIM DA PRIMEIRA PARTE DA REVOLUÇÃO

Há efetivamente da parte de Jean-Batiste Champagnat III, como da parte de Ducros, compras dos bens nacionalizados, isto é, confiscados, compra que não era proibida. As imensas possessões da Ordem de Malta, ou dos Chartreux, ou dos priorados etc. haviam sido nacionalizados por decreto da Assembléia, em 2 de novembro de 1789.

Essa lei, além disso, tinha sido votada dentro do espírito burguês, por sugestão de Le Chapelier, tão capitalista quanto anticlerical. A lei previa que tais bens seriam vendidos por vastas somas (14 de maio de 1790). Era torná-los acessíveis apenas aos ricos, como Ducros e Champagnat. Como escreve Georges Lefebvre<sup>117</sup> « foi o golpe mais duro que a Assembléia Constituinte desferiu contra o entusiasmo revolucionário dos camponeses ».

Nesse estado da arte política, importa não se escandalizar. Os burgueses, não mais que os republicanos um pouco mais tarde, não são virtuosos. Procuram os seus interesses ; é inútil pedir às raposas que deixem as galinhas quietas, se deixamos ambas circular livremente.

---

<sup>117</sup> G. Lefebvre, *La Révolution française*, PUF 1968, p. 185.

Portanto os ricos compram os bens nacionais. Supomos que eles pagam preço condizente ; mas, evidentemente, o pessoal bem estabelecido vai ter a preferência. Ora tanto Champagnat como Ducros se tornam, de modo crescente, oficiais da municipalidade e mesmo do distrito.

Mais investigações seriam necessárias para achar as atas e documentos que provêem tais compras e que não estão sempre nos registros dos tabeliães locais. Em todo o caso, os documentos de que dispomos nos esclarecem suficientemente. Vários deles se reportam a Ducros e um se reporta a J. B. Champagnat III. A data deles, quando os pomos lado a lado com o processo inflacionário da moeda « assignat », de per si, permite certificar que tais compras foram operações desastrosas para o vendedor.

Jean-Pierre Ducros, por exemplo, em 23 de abril de 1795, vende a Jean-François Dupin um terreno de 18000 metros quadrados<sup>118</sup> por 26.000 libras, soma tão irrisória que, mais tarde, a viúva Ducros, entre 1800 e 1803, vai obter uma revisão para conseguir a « outra metade » do preço.

Em tal caso, por que Ducros teria vendido o imóvel em tais condições ? Sabe-se que ele foi morto pelos monarquistas dois meses após tal venda ; aí fica fácil imaginar que ele queria « fazer caixa » com a venda dos seus bens, para refugiar-se no estrangeiro, por exemplo, o que seria plausível explicação.

O documento que se refere a J. B. Champagnat III explica-se por outro motivo. Trata-se de uma revenda de imóvel de 9250 metros quadrados em hasta pública, forçada pelas novas autoridades : o bem lhe fora adjudicado por 3.950 libras em 20 de agosto de 1793 ; em 21 de junho de 1795 ele foi obrigado a vendê-lo pela lanço do leilão de 8.500 libras. Ora o « assignat-libra » de junho de 1795 para se equiparar ao « assignat-libra » de agosto de 1793, o vendedor deveria pedir 40.000. Trata-se de perda considerável ; se Champagnat adquiriu outras propriedades « nacionais » e foi obrigado a vendê-las em hasta pública manipulada, evidentemente ele estava no caminho do prejuízo financeiro ou da ruína. Era a maneira de os monarquistas da hora se vingarem dos jacobinos republicanos.

Fica assaz claro que o imóvel de J. B. Champagnat III é um imóvel nacional, dependente da prebenda de S. João Batista do Templo. Champagnat não fez a venda pelo seu livre querer ; isso ressalta do próprio texto conjunto do documento. Esse imóvel lhe fora adjudicado, sim ; mas a adjudicação definitiva é a última, de 8 do messidor, ou antes o 23 do messidor, pa-

<sup>118</sup> Métanchée = métérée = 1000 m<sup>2</sup>.

ra que haja o tempo de organizar uma venda em hasta pública, na aparência íntegra e honesta, na substância fraudulenta. Os organizadores parecem zombar de Champagnat : tanto você como o seu primo tiveram a sua parte do bolo, quando estavam no poder. Quanto a você, faremos com que devolva pelo menos os bens adquiridos na sua gestão.

---

#### 4. DE 1795 A 1804

Assim, pago em libras-assignats sem valor, Champagnat pode ter visto a sua fortuna derreter. Será que ele logrou recuperar alguma coisa, por ocasião da sua nova promoção em 1797, com o retorno do poder jacobino ? Quanto a isso pode-se consultar outro documento : o casamento de Marianne Champagnat, sua filha mais velha. Ela desposa Benoît Arnaud que tem quase a idade de Jean-Baptiste Champagnat. Arnaud recuperou o poder e, faz um ano, presidente da municipalidade de Marllhes. O contrato é de 27-01-1799 ; o casamento foi em 29-01-1799. Vejamos o que Champagnat pode oferecer como dote à sua filha<sup>119</sup>.

Primeiramente essa filha de 24 anos possui 400 de francos que ela adquiriu como artesã tecedora. Os pais lhe dão 1600 francos, mais um guarda-roupa de 18 francos. Os direitos legitimários maternos estimam-se em 350 francos ; portanto os direitos paternos montam 1.618 francos menos 350, isto é, 1.268 francos.

Se comparamos os direitos legitimários de Marianne no seu casamento com aqueles da sua mãe 24 anos antes, eles são menores, porém a diferença não é considerável. Além disso, seria preciso saber qual era o número de irmãos e irmãs vivos de Marie-Thérèse Chirat por ocasião do seu casamento, para poder comparar coisas comparáveis<sup>120</sup>.

Pode-se igualmente levar em conta o que se passa no casamento de outra filha, Anne-Marie, em 1804. Ela recebeu dos pais a mesma soma que a sua irmã : 1.600 francos em moedas de ouro e prata, sendo 300 francos como

---

<sup>119</sup> A partir da Convenção, um decreto de 10 de março de 1793 dá aos herdeiros um direito igual a respeito dos bens dos seus pais. Em particular não terão o direito de deserdar um filho que optou pela Revolução. Portanto a lei se aplica seguramente em 1799. O Código de Napoleão favorecerá também a igualdade dos direitos, sem fazer disso uma obrigação. Pode haver um herdeiro privilegiado que receba até uma quarta parte do total, com a condição de que os demais irmãos tenham direito igual sobre as três quartas partes restantes.

<sup>120</sup> O franco retomou o curso normal, comparável àquele de 1775. O *assignat* cessou de ter curso.

direitos legitimários maternos : 1.600-300, ou seja 1.300 francos de direitos legitimários paternos. Mas isso talvez não prove grande coisa quanto a eventuais reveses da fortuna de J.-B. Champagnat, visto que os direitos legitimários tinham de ser fixados para os filhos que não herdariam o patrimônio imóvel da família. Depois da morte de J.-B. Champagnat III, há um inventário dos seus bens. Cada objeto é seguido do seu valor estimado ; o total monta a 370 libras, às quais cumpre acrescentar a lista seguinte :

40 carradas de feno	480
o trigo	540
4 bois + 6 vacas + 1 novilha	1.000
Total :	2.390

Além disso, há títulos, mas na sua maioria aqueles de J. B. Champagnat II, de que já falamos. Em dinheiro líquido, parece que não sobra grande coisa ; os anos vindouros, aliás, revelam sobretudo dívidas.

Evidentemente há o domínio patrimonial do imóvel da família e quiçá algumas « meias de lã ». Mas para assegurar aos filhos que ainda não casaram (Jean-Barthélemy, Anne-Marie, Marguerite-Rose, Jean-Pierre) ou para as provisões em vista da eventual carreira sacerdotal de Marcelino, uma legítima igual aos dois primeiros, só lançando mão da venda do imóvel patrimonial ; sem isso, não se vê como Marie-Thérèse poderia assegurar os direitos legitimários dos restantes filhos.

## 5. MARIE-THÉRÈSE EM FACE DAS DÍVIDAS

Logo depois que Jean-Baptiste Champagnat III morreu, os credores apareceram. Nos dois anos seguintes, Marie-Thérèse deve pagar aos seguintes credores :

Denis Faure	687, 70	em 22 novembro	1804
Jean Fanget	324	1º abril	1805
Jean Crouzet	87	17 maio	1805
Madeleine Blanchard	40, 50	22 maio	1805
Jean Lachal	200	1º julho	1805
Madeleine Blanchard	135	6 julho	1806
Jean Malescours	176	26 setembro	1806
Jean Lachal	400	10 dezembro	1807
Claude Courbon	300	14 dezembro	1807
Total	2.350, 20	libras.	

Para enfrentar tudo isso ela teve de pedir emprestados, em 16 de maio de 1806, 1.000 francos ao seu irmão Barthélemy Chirat, quantia que foi somada a outros 1.000 francos emprestados a J. B. Champagnat III. Outros credores aceitaram contemporizar, recebendo as promissórias dela, como se discriminam a seguir.

Terra	400 francos	em 26 novembro 1805
Crouzet	300 francos	em 12 dezembro 1807
Frappa	200 francos	em 13 dezembro 1807
Souvignet	69 francos	em 13 décembre 1807

Na verdade, se J. B. Champagnat III morreu de infarto, é fácil de ver em que angústia deviam mantê-lo tantas dívidas. Será que ele as escondia à sua esposa ? Esta há de ter visto desabarem sobre ela, semana trás semana, as aves de rapina. « Senhora, lamento importuná-la, mas tenho absoluta necessidade do dinheiro. Tenho outra promissória assinada pelo seu marido ; mas não vamos discutir os juros, apenas o capital ».

Esses anos de 1805 a 1807 hão de ter sido trágicos para ela. Compreende-se que Benoît Arnaud, marido de Marianne, tenha dito a Marie-Thérèse, a propósito do projeto de Marcelino ir ao seminário : « Ele vai causar-lhe mais dívidas inúteis », como significando que ela já tinha dívidas demasiadas. Marcelino reagiu : « Tenho dinheiro ». Ele tinha 600 francos, fruto de pequeno comércio de cordeiros ; mas 600 francos não pagariam dez anos de seminário. A pensão não era cara, entre 12 e 15 francos por dez meses, ou 120 francos por ano. A quantia pagaria menos da metade do curso seminarístico. Nos anos de 1810 e 1811, Marcelino pagou 150 francos<sup>121</sup> anuais.

Seja como for, Marie-Thérèse, em 19 de dezembro de 1807, arrenda uma casa e horta por seis anos, o que lhe rende 200 francos por ano ; no dia seguinte, faz o seu testamento. Ela falece dois anos depois. Como todos os bons cristãos dessa época, ela paga certo número de missas pelo repouso da sua alma. No testamento nomeia e institui Jean-Barthélemy o seu legatário universal ; atribui-lhe um quarto do conjunto de bens, com o encargo de saldar um quarto das suas dívidas<sup>122</sup>.

---

<sup>121</sup> Cf. O.M.4, doc. 894, p. 16.

<sup>122</sup> O caso de Jean-Barthélemy, que recebe um quarto do conjunto dos bens e deve saldar um quarto das dívidas conjuntas, está de acordo com o Código de Napoleão ; mas os documentos que logrei encontrar não mostram como os outros filhos puderam ajudá-lo a pagar os três quartos das dívidas que deviam ser repartidas entre eles.



Os três outros quartos de bens devem ser partilhados entre Jean-Barthélemy, Jean-Pierre, Marcellin, Marianne, Anne-Marie e Marguerite-Rose. Nisso não temos bem expressa a soma correspondente ; mas sabemos que Marguerite-Rose exigiu 2.800 francos.

Durante o biênio 1808-1809, depois de ter pago as mais pesadas dívidas, deve ter havido o máximo empenho para recuperar a folga econômica pelo amanho da terra, pelo artesanato de fitas e decorações, porque no seu testamento Marie-Thérèse é declarada artesã de fitas e decorações. Quando Marguerite-Rose se casa, em 1813, também se lhe atribui tal habilidade.

Deixemos morrer em paz Marie-Thérèse em 24 de janeiro de 1810. Ela, por certo, se empenhou em restaurar uma situação muito ruim. Seria preciso procurar em que ano morreram os seus pais, para saber se lhe deixaram alguma coisa ; mas é improvável, uma vez que ela recebeu a legítima no seu casamento.

---

## **6. AS DIFICULDADES DE JEAN-BARTHÉLEMY E DE JEAN-PIERRE ATÉ 1813**

### **a) Casamento de Jean-Barthélemy.**

Durante dois anos, Jean-Barthélemy e Jean-Pierre vão administrar a quinta, com grande entendimento, mas, sem dúvida, com pouco realismo.

Em 11 de março de 1811, eles querem livrar-se de algumas dívidas, uma vez que vendem a Claude Barralon :

- (1) As construções da moradia, a granja e o estábulo no povoado de Rosey.
- (2) Uma parte da horta, situada no mesmo lugar e acima da granja e do estábulo dos vendedores, um conjunto de 2 ares e 97 centiares.

Não pode tratar-se da casa natal, visto que ela não é abandonada e continuam proprietários. Seria preciso estudar a descrição dada pelo ato do tabelião. Penso que deve tratar-se do moinho de Rosey, cuja construção os dois irmãos cederiam com algumas dependências. Em todo o caso, tal patrimônio imóvel há de ser ínfimo, já que o preço é de 1500 francos.

Jean-Barthélemy se casa em 12 de outubro de 1811 com Marie Clermondon. A esposa é de uma família de posses de St-Genest-Malifaux. Além de algumas economias avaliadas em 72 francos, mais 487 francos, ela tem um dote de 600 francos pelo lado materno, e 3.400 francos pelo lado paterno, mais um vestido, um armário e um conjunto técnico para tecer.

Jean-Barthélemy pode oferecer à sua esposa « a metade dos bens que lhe pertenceria em caso de morte », se ela sobreviver. Nesse último caso, se torna a casar, isso será convertido em capital de 500 francos. Evidentemente, isso não significa que « a metade dos bens que lhe pertenceria » valha apenas 500 francos ; mas enfim, parece que se deve entender que, uma vez pagas as dívidas, sobraria pouca coisa para Jean-Barthélemy, como se verá adiante.

Aliás, dois meses depois do casamento, ele deve enfrentar uma dívida, quicá dele não conhecida. Jean-Baptiste Epalle, de Peubert<sup>123</sup>, parece ter descoberto na papelada do pai, falecido há sete anos, uma velha história de renda que remonta a 1781, ano em que J. B. Champagnat III tinha recebido a soma de 200 francos e lhe havia constituído um rendimento anual de 10 francos, que ele se comprometeu a pagar todos os anos, em 17 de dezembro, até completar 200 francos, anuidades que nunca foram pagas. Cumpria fazer reconhecer essa dívida, fazendo-a partir de 1811 e, naturalmente, majorando-a dos juros de vinte anos. Havia de que se descoroçoar. Em 26 de abril, eles vendem por 1000 francos à prima Marie Chirat, que habita em Malcognière, um pedaço de terra de 2 hectares e 16 ares que eles possuem em La Frache.

### **b) Casamento de Marguerit-Rose**

A pouco e pouco, a casa natal se esvazia. Certo dia, em 1838, Marcelino Champagnat vai recordar à sua cunhada Clermondon<sup>124</sup> o tempo em que eles de 13 ou 14 anos estavam nessa casa que ela habita : havia os pais, a avó, a tia Louise, 8 filhos, algum doméstico.

Em 1813, não é o caso, mas afinal se a gente quer deixar o lugar aos filhos que vão nascer no lar de Jean-Barthélemy, vai ser necessário que outros abandonem a casa. Marguerite-Rose está com quase 30 anos<sup>125</sup> : já é tempo de ela se casar. Os seus direitos legitimários estimam-se em 2.800 francos. Devem ser pagos pelos seus dois irmãos, Jean-Barthélemy e Jean-Pierre, segundo um ato datado de 12 setembro de 1810. O esposo deve ser

---

<sup>123</sup> Ortografia habitual de Peybert nos manuscritos da época

<sup>124</sup> Cf. L.M.C., vol. 1 Textos, doc. 180, p. 364.

<sup>125</sup> Um autor americano, que publicou um estudo sobre os camponeses de Marlhés no século XIX : « The Peasants of Marlhés », edição da Universidade da Carolina do Norte, por James P. Lehring, em 1980, dá uma série de quadros para o período de 1841-1880. A idade média em que as mulheres de Marlhés se casam permanece muito constante : 25 anos, tanto para as filhas de proprietários como dos não proprietários. Assim, 30 anos representem uma idade relativamente avançada, mas não excepcional.

o primogênito da família, visto que o pai lhe promete um quarto de todos os bens móveis e imóveis, o que não permite quantificar a sua fortuna. Em todo o caso, para os irmãos Champagnat eis outra bela soma que devem encontrar.

### **c) Casamento de Jean-Pierre**

Jean-Pierre se casa uns poucos dias depois da irmã, em 17 de fevereiro de 1813. Maria Ravel, a esposa, aporta um dote não desprezível de 3.200 francos, mais um guarda-roupa, mais pequeno complexo técnico com que fazer fitas e decorações de cetim, e mais um vestido, tudo avaliado em 200 francos : 600 francos de direitos legitimários maternos e 2.800 de direitos legitimários paternos. Ademais, uma tia lhe promete inscrevê-la em 500 francos no seu testamento. Jean-Pierre só pode prometer à esposa, se lhe sobreviver, a soma de 200 francos.

---

## **7. AS DIFICULDADES DE JEAN-BARTHÉLEMY E DE JEAN-PIERRE DE 1813 A 1819**

Agora Jean-Pierre e Jean-Barthélemy, sempre unidos, cada um deles tenta ter um imóvel independente. Vendem terrenos para se livrar de dívidas ; mas, ao mesmo tempo, Jean-Pierre compra um torrão para constituir um domínio em Leygat, outro povoado de Marlhès no setor de Monteil.

Vejamos as dívidas que eles pagam até 1819 :

- 400 francos, em 4 de junho de 1813, a Lachal, como parte dos direitos legitimários de Anne-Marie, irmã deles ;
- 600 francos, em 3 de julho de 1813, a Cheynet, marido de Marguerite-Rose, pelo mesmo motivo ;
- 712 francos, em 17 de novembro de 1814, a Lachal, pelo mesmo motivo.

Vejamos as vendas para fazer caixa.

- Em 18 de julho de 1813, venda de 47 ares e meio, em La Frache, a Marie Chirat, viúva Courbon, por 200 francos ;
- em 5 de dezembro de 1814, venda de 80 ares, em Rosey, a Ruard, por 600 francos ;
- em 24 de novembro de 1817, venda de um hectare 60, mais 40 ares a Murgues, por 2000 francos ;
- em 27 de novembro de 1817, venda de um bosque de 90 ares, a Grey por 1.000 francos.

Além disso, Jean-Pierre compra terrenos :

- 2 sítios, em Monteil, em 4 de abril de 1816, por 700 francos, que termina de pagar em 1821;
- 3 terrenos de 3 hectares e 90 ares, em Monteil, por 4500 francos que paga no mesmo dia, em 30 de maio de 1819 ou no dia seguinte ;
- pequeno torrão de 12 ares, em Rosey, por 50 francos, em 27 de dezembro de 1819.

Quanto a encontrar dinheiro mediante empréstimos é difícil ; os que poderiam emprestar temem o risco de novas aplicações problemáticas. Há até um caso, em 9 de julho de 1817, em que Jean-Barthélemy é ameaçado por Jean-Pierre Terra, que faz intervir um oficial de justiça de St-Etienne, para exigir, no prazo de 24 horas, a respeitável soma de 1.700 francos que Jean-Barthélemy tomara emprestada em 23 de outubro de 1815.

Era realmente ter a faca na garganta. Como os dois irmãos estão sempre de concerto e que Jean-Pierre toma emprestados 1700 francos de Jean-Pierre Riocreux, em 17 de setembro do mesmo ano, pode-se pensar que os dois irmãos tiveram de tomar todos os meios para se safarem dessa enrascada. Como, em 6 de setembro de 1817, a esposa de Jean-Pierre recebe justamente 1700 francos dos seus direitos legítimos, certamente, nesta vez, foi ela quem resolveu a situação. É muito provável também que é o momento em que ocorre a história narrada na vida de Marcelino Champagnat : « Um dos seus irmãos, achando-se em grande dificuldade, lhe rogou com tanta instância que lhe emprestasse certa soma de dinheiro, que Marcelino o atendeu ; mas apenas o irmão havia partido, Marcelino envia alguém para reclamar a soma<sup>126</sup>.

Marcelino, com efeito, havia começado a sua congregação em 2 de janeiro de 1817. A sua comunidade está sem recursos ; ademais, ele se ocupa de alguns órfãos. Marcelino deve, pois, fazer uma escolha difícil ; ele opta por aqueles que tomou sob a sua responsabilidade. Contudo ele acompanha o negócio do irmão ; um pouco mais tarde, ele auxilia os seus irmãos a pagar outra dívida.

Entre os seus empréstimos, havia uma soma de 600 francos devida a duas Irmãs de São José, Anne-Marie Bertail e Louise Teyssier, às quais eles haviam prometido uma renda anual de 24 francos. Em 1817, eles não tinham

---

<sup>126</sup> Vida de M.J.B. Champagnat, ed. 1989, p.385. Ir. Avit, nos *Annales de l'Institut*, vol. 1, *La rude montée*, p. 8 esclarece que é Philippe Arnaud que foi enviado para recuperar os 500 francos emprestados.

ainda pagado nada. Daí a inquietação das duas religiosas que, sem dúvida, falaram à sua coirmã Louise Champagnat, tia dos que tomaram o empréstimo, a qual teria falado a Marcelino que regularizou as três anuidades, em 17 de novembro de 1817. O documento porta uma nota de adendo, confirmando que foi regularmente compensado pelo irmão.

Esses tristes anos dos Champagnat em Marlhès podem mesmo ter contribuído para explicar as recriminações que Marcelino encontrou em La Vallée. As críticas e censuras que lhe dirigiam eram sobretudo de ordem financeira. A caridade eclesiástica ou civil não deve deixar de ser exercida. A censura era desta lavra : « Esses Champagnats são todos iguais. O pai morreu crivado de dívidas e os filhos continuam todos na mesma linha ».

---

## **8. AS DIFICULDADES DE JEAN-BAPTISTE E DE JEAN-PIERRE DE 1820 A 1830**

### **a) As dificuldades comuns**

Vejamos agora os anos que seguem.

Em 1820, em 8 de setembro, os dois irmãos dão 600 francos a Anne-Marie, esposa de Lachal, como resto dos direitos legítimos dela. Em 17 de abril, eles dão 1.929,25 francos à irmã Marguerite-Rose, mulher de Cheynet. Em 1821, em 20 de janeiro, Jean-Barthélemy vende um terreno de 30 ares por 300 francos a Gabriel Chalayer. Jean-Pierre é testemunha. Ele não está mais em Rosey, mas em Leygat, setor de Monteil, como vimos. É tanto quinta como moinho, como veremos. É, pois, para estabelecer-se aí que ele comprou na região certo número de hectares. Em 8 de maio de 1821, Jean-Pierre acabou de pagar os dois terrenos comprados em 1816, por cerca de 700 francos, no território de Monteil. Doravante ele é designado agricultor e moleiro. Está na pobreza. Seria miséria ? Ocorre que as dívidas ainda não estão bem regularizadas.

Até 1825, não aparecem dificuldades de monta a nenhum dos irmãos. Em 4 de setembro de 1825, Jean-Barthélemy cede um pouco de terreno a Marcellin Courbon de Malcognière, pela soma de 100 francos. Mas em 1830, com a morte de Marguerite-Rose, mulher de Cheynet, as dificuldades se agravam. Enquanto viva, ela controlava o marido ; agora, porém, o ferrador Guillaume Cheynet reivindica o resto dos direitos legítimos da falecida. Os dois irmãos desembolsam 1150 francos e são prevenidos de que ficam faltando ainda 2000 francos, devidos aos filhos desta.

A angústia das dívidas recomeça ; em 9 de abril de 1832, os dois irmãos tomam emprestados 1000 francos de Marcellin Brunon. Depois, surgem outras dívidas imprevistas. Jean-Pierre Farizon, de Riotord, se recordou de que J. B. Champagnat III tinha assinado uma nota promissória em favor dele, trinta anos antes. Ele perdeu essa nota, mas o tabelião tem a cópia e a data do compromisso. Farizon, assim, comparece para reivindicar o seu direito em 28 de agosto de 1833. Os dois irmãos devem ter a impressão de que já não conseguem sair da enrascada. A esposa de Barthélemy parece mais paciente do que a esposa de Jean-Pierre. A continuação da história vai mostrar que estamos diante apenas da parte superficial do *iceberg*.

### **b) O fim de Jean-Pierre**

O Irmão Avit nos diz de Marie Ravel, sem dizer o nome, que ela não era feliz com Jean-Pierre. Pode-se imaginar que este, esmagado pela vida e pelas críticas da mulher, que o podia humilhar como nestes termos : « Eu trouxe lindo dote, e tu me afogas em dívidas, sempre em dívidas ». Por fim, ele cai gravemente doente e também adoecem diversos filhos seus. Jean-Barthélemy não vê senão uma solução. Aparece em l'Hermitage e fala com Marcelino : « Esta vez não solicito uma soma qualquer de que precisamos. Jean-Pierre está gravemente enfermo ou antes, todos estão doentes ». Conversam com Philippe Arnaud, casado com Jeannette Patouillard e que reside no fundo da capela atual de l'Hermitage. « Você e a sua mulher poderiam tomar Jeanne-Marie de catorze anos e que se ocupará dos seus irmãos pequenos : Jean de 4 anos e Marcellin de 3 ? Há também Barthélemy de 17 anos, mas pensa em ser religioso ; vai ser admitido como postulante ». Arnaud concorda.

Esse deve ter sido o cenário, porque em outubro de 1833 essas cinco pessoas estão em l'Hermitage. Duas outras filhas, Anne e Anne-Marie, vão entrar no noviciado das Irmãs Maristas de Belley, em dezembro de 1834. Anne-Marie, de 15 anos, morre aí em setembro seguinte. Anne volta para casa, vai morar em Firminy, onde ainda se encontra viva em 1885.

De todo o grupo que foi a l'Hermitage, Jean-Pierre vai partir por primeiro. Ele morre aos 46 anos, em 17 de novembro de 1833, portanto poucas semanas depois da sua chegada. Marcelino não pôde salvar-lhe a vida temporal, mas conseguiu prepará-lo bem para a vida eterna. Jean-Pierre foi poupado de ver os filhos todos morrer em dois ou três anos. Jean morre com quatro anos em 28 de março de 1834, sexta-feira santa. Foi o primeiro morto enterrado no novo cemitério de l'Hermitage, onde alguns anos mais tarde será depositado o corpo do seu santo tio. Jean-Marie morre em primeiro de agosto de 1834, com 15 anos. Barthélemy teve tempo de fazer a

sua profissão. Morreu como Irmão Marista em 17 de setembro de 1834, com 19 anos. Três anos depois morre Marcellin, de sete anos, em 8 de dezembro de 1837. Morreu no dia da Imaculada Conceição ; sem dúvida, o santo tio achou nisso um sinal consolador.

Eu renunciei à família, mas recebo toda a família do meu irmão amado em l'Hermitage. O pequeno que leva o meu nome entra na vida eterna em dia particularmente consagrado a Maria ; como não considerar um sinal todo especial ? Cinco morrem em l'Hermitage, uma com as Irmãs Maristas. Como esperar melhor preparação para a vida eterna ? Para o homem de fé , como Marcelino, a vida eterna é o único negócio necessário da vida humana que valha a pena de ser bem realizado.

Marcelino Champagnat teria aconselhado a mulher de Jean-Pierre ? De qualquer forma, o cu-nhado Guillaume Cheynet não quer perder o dinheiro dos direitos legítimos da falecida esposa. Reuniu um conselho de família em 25 de agosto de 1835. O tribunal de St-Etienne decidiu colocar em adjudicação todos os bens imóveis de Jean-Pierre « para que com a receita se paguem os numerosos credores da sucessão ». Uma sentença de 14 de dezembro de 1856 atribui a adjudicação definitiva dos imóveis em proveito de Denis Joubert no montante de 12.375 francos ».

Cheynet vai regularizar um complemento de contas com Convert, que trabalha na quinta, desde a morte de Jean-Pierre. Que vai sobrar para a viúva ? Sem dúvida, o seu dinheiro pessoal, porque não se casou sob o regime de comunhão de bens. Mas 12375 francos não bastam para pagar os credores. Guillaume o havia previsto. « O patrimônio dos seus pupilos, porque ele é tutor dos dois filhos vivos de Jean-Pierre, foi devorado, e com sobras, pelas dívidas feitas pelo pai deles ».

Num inventário dos bens de Jean-Pierre em 1835, percebe-se que as construções que ele possui em Monteil compreendem essencialmente uma série de três moinhos, melhor dizendo, uma serraria, e dois moinhos de centeio. Pode-se estranhar que se tenha esperado dois anos para esse inventário ; porém a viúva e a família julgaram que não pagava a pena. Efetivamente o preço dos objetos móveis não vão além de 181 francos.

Antes da liquidação, a viúva Champagnat vai pagar ao temível Guillaume Cheynet, em 17 de julho de 1836, a soma de 405 francos, « quantidade que a dita viúva Champagnat tem como herdeira de seu defunto marido ». Ela pode, ainda, se necessário, catar 85 francos que recebeu de Faverjon com a venda de uma vaca, por Jean-Pierre, antes de falecer.

### **c) O fim de Jean-Barthélemy**

Em 1837, Anne-Marie Champagnat, filha de Jean-Barthélemy, se casa com Jean Margot, de St-Victor-Malescours, vila de J. B. Champagnat I. O contrato nos informa que Jean-Barthélemy doou à filha um quarto da propriedade que possui, situada em Rosey, composta de construções para moradia, exploração artesanal, pátio, horta, prados, terras, uma mobília, etc. A mãe faz doação de um quarto dos seus bens dotais, que se elevam a 4.000 francos.

A avaliação da propriedade rural não foi feita<sup>127</sup>. Seria ela da ordem daquela de Jean-Pierre, isto é, 12.000 francos ? Os semoventes, isto é, 3 vacas e 1 cabra, são avaliados em 325 francos. Esta vez procede-se ao levantamento das dívidas que se elevam a 7.540 francos.

Jean-Barthélemy morreu em começos de 1838. Legou uma situação medíocre; porém Marcelino aprecia tudo com a certeza da fé. Ele, nesse tempo, está em Paris, onde fica retido até abril; escreve à cunhada, em 16 de março: « Estimada cunhada, aquele que tu choras e que eu também choro, não te deixou muitos bens; mas legou a ti e aos filhos o exemplo de uma vida muito cristã; é por este lado que prefiro lembrar que era meu irmão<sup>128</sup> ».

Faltaria ver o que fez a viúva em face da fortuna de 7.540 francos de dívidas que lhe ficaram. O Irmão Avit nos diz que Jean-Barthélemy foi obrigado a vender a casa paterna a Courbon, que assumiu as dívidas deixadas por J.-B. Champagnat pai<sup>129</sup>. Ele não deve ter inventado este detalhe, mas não parece ter havido uma venda deste gênero, quando Jean-Barthélemy vivia. Seria necessário estudar os documentos, a partir de 1840, para ver se a viúva tomou algum dia tal decisão.

### **d) As dívidas enormes de Jean-Pierre**

Jean-Barthélemy morreu em janeiro de 1838. Marcelino fica em Paris até maio. Em 12 de abril ocorre o julgamento da falência de Jean-Pierre. Todos os credores tiveram de desfilar, durante alguns dias, dado que o re-

---

<sup>127</sup> É sempre difícil apreciar o valor de um « domínio imóvel ». O valor dos terrenos é relativo ao lugar, à distância da residência da quinta. No caso de Jean-Pierre, houve liquidação, visto que era a única solução. Mas era coisa rara, como a divisão. Mesmo no fim do século XIX, há apenas 7% de casos de liquidação ou de divisão. Faz-se o impossível para conservar intato o domínio. Cumpre notar, aliás, que os pais trabalham quase sempre até a morte e moram na casa. É uma das causas do prolongamento do celibato: os filhos devem esperar que os pais se decidam a estabelecer para eles um contrato de casamento. A liquidação, no caso de Jean-Pierre, permite pagar credores, mas também salvaguardar um mínimo para os seus filhos que, como a sua mulher, são credores privilegiados ».

<sup>128</sup> LMC vol. 1, textos, doc. 180, p. 366.

<sup>129</sup> F. Avit, op. cit. p. 8.



latório comporta 30 páginas. Os credores são 37. Há credores privilegiados para 4.266 francos ; os não privilegiados repartem os 11.857,72 francos restantes. O total monta a 16.123,72 francos. Como a soma por distribuir pela venda do patrimônio imóvel não alcança senão 12.525 francos, os credores privilegiados se reembolsam por inteiro, e os mais apenas em dois terços.

É provável que, na aldeia a novidade não passou despercebida. Mas a quem se poderia apelar ? Quiçá o pessoal se queixasse de que os filhos não lograram endireitar a situação penosa, cujo responsável fora o pai. « Ele não era mau, faz dizer o Irmão Avit, aos anciãos de 1884, velha guarda que repete os dizeres dos seus pais, mas ele era de caráter fraco<sup>130</sup> ».

Talvez também seja necessário afirmar que há no sangue dos Champagnat certo gosto pela aventura. Eles se dão mal no tramar os negócios. Marcelino, mais que os outros, constitui pessoa que se abalança ao empreendimento, mas ousado unicamente pela causa de Deus. Aferido pelos maus negócios dos irmãos, ele poderia ter dito de si : « No lugar deles, eu me sairia me-lhor ». O sucessor dele, Irmão Francisco, citou uma reflexão certo dia : “Ele poderia ter dado um bom pároco ou bom agricultor. O Senhor lhe tinha dado outra tarefa, muito mais espinhosa, mas nessa empreitada ele era feliz”<sup>131</sup> . De qualquer forma, depois de ter roçado pela catástrofe, segundo os homens, ele terminou a sua vida à testa de 280 Irmãos, em meia centena de escolas. A pouco e pouco ele construiu grande casa, l’Hermitage, que para logo se tornou pequena para uma congregação em grande crescimento. Muitas vezes teve dificuldade de arrumar dinheiro ; morreu, porém, deixando uma situação de todo sadia.

Nunca fora imprudente na sua constância de ousado, seguro de si, mas muito mais do Senhor, cuja vontade sabia discernir para além da mera sabedoria medrosa de muitos contemporâneos. « Criticam-me porque construo ; mas obviamente é necessário para alojar os Irmãos, visto que é preciso construir ou cessar de receber candidatos ». Objetavam-lhe que não tinha dinheiro para construir. Insistia : « Sempre fiz assim. Se houvesse esperado pelo dinheiro para começar, eu ainda não teria colocado duas pedras uma sobre a outra »<sup>132</sup>.

<sup>130</sup> Idem p. 9.

<sup>131</sup> Cf. Irmão Francisco, Notas 1, AFM, 5101.310, original p. 77.

<sup>132</sup> Vida de M.J.B. Champagnat, ed. 1989, p. 307.

Assim, ao passo que a descendência carnal dos Champagnat de Rosey quase se extinguiu na região, o rebento mais novo fundava uma família espiritual sólida de milhares de membros, distribuídos por todos os continentes. *Quem se apóia no Senhor é como o monte Sião*<sup>133</sup>.

Ir. Gabriel MICHEL, fms

---

<sup>133</sup> O problema do caráter de J.B. Champagnat III irrompe aqui . Dado que ele terminou com tantas dívidas, parece haver nele ou falta de realismo, ou grande generosidade. Falta de realismo : é sempre a acusação do camponês matreiro, que desconfia do revolucionário e está pronto a zombar dele, se ele falha. Generosidade : parece certo que as revendas a que ele foi obrigado o arruinavam em 1795 ; mas com o retorno ao poder em 1797, ele tinha a oportunidade de desferrar-se e reconquistar o dinheiro perdido. Há, talvez, estudos feitos para reavaliar as propriedades, visto que parece que isso tem sido um fato que não se restringe à viúva de Ducros. Vi, por acaso, que em Feurs há operações do mesmo gênero. Portanto é tema para ser estudado.

# *Inventário dos bens do defunto J. B. Champagnat III*

**Ir. André LANFREY, fms**

O Irmão Gabriel Michel, um dos pioneiros da renovação da investigação marista, possui nos seus arquivos a fotocópia do inventário dos bens móveis da família Champagnat, datado de 7 de setembro de 1804, alguns meses após a morte de Jean-Baptiste Champagnat, pai de Marcelino, ocorrida em 13 de junho de 1804. A sua morte repentina e relativamente precoce, pois conta 49 anos, há de tê-lo impedido de fazer um testamento. É mais provável, porém, que ele se tenha conformado ao uso geral de Marlies. James R. Lehning constata, com efeito, no período 1850-1865, que 67% dos falecidos não deixavam testamento<sup>134</sup>. Para ele era uma estratégia que permitia manter a propriedade como lar para a nova geração e para que o cônjuge sobrevivente continuasse cabeça da família, sem necessidade de partilhar a propriedade.

Em 14 de junho de 1804, vale dizer, no dia subsequente da morte de Jean-Baptiste, a família deliberou, em presença do juiz de paz do cantão de Saint-Genest-Malifaux, para dar um quadro legal ao costume. Ela designou Marie-Thérèse como tutora dos filhos menores, e Benoît Arnaud, seu genro, como sub-rogado tutor, isto é, eventual substituto. Nascido em 1760, aos 44 anos ele se apresenta como homem maduro e instruído. Compreende-se que a família lhe haja confiado tal papel.

---

<sup>134</sup> *The peasants of Marlies*, Os camponeses de Marlies, cap. 8 p. 77

Formalizado esse ato, poderiam ater-se a isso e esperar a morte de Marie-Thérèse Chirat, de 58 anos. Aparentemente a família decidiu passar pela via testamentária e o inventário dos bens móveis aparece como o primeiro ato. A situação financeira complicada de J. B. Champagnat poderia ter sido a causa imediata desse inventário, em particular o exame dos seus papéis, que poderia definir o montante dos créditos e débitos que ele deixava.

Esse documento, pelo que sei nunca comentado, parece particularmente esclarecedor sobre a vida da família Champagnat, no momento da adolescência de Marcelino. Redigido em linguagem jurídica, há mais de dois séculos, ele é de estilo duplamente arcaico e muitas vezes difícil de compreender, mesmo por um francês. Prossigamos, portanto, em dar previamente os aspectos essenciais ; depois vamos comentá-lo. O documento completo está no final.

---

## **A FAMÍLIA CHAMPAGNAT EM 1804**

Os herdeiros são os seguintes.

<b>Marianne,</b>	nascida em 1775 (29 anos), casou com Benoît Arnaud em 1799. Em 1804, ela tem dois filhos.
<b>Jean-Barthélemy,</b>	nascido em 1777 (27 anos), celibatário.
<b>Anne-Marie</b>	nascida em 1779 (25 anos) acaba de casar com Jean Lachal, em 8-02-1804.
<b>Marguerite Rose,</b>	nascida em 1784 (20 anos), menor.
<b>Jean-Pierre,</b>	nascido em 1787 (17 anos), menor.
<b>Marcellin,</b>	nascido em 1789, (15 anos), menor.

Portanto há três filhos adultos, sendo dois estabelecidos, e três menores. Na casa Champagnat vivem a mãe e quatro filhos, sem contar a avó paterna, que morreu em 1806. O papel de Jean-Barthélemy é evidente : continuar a exploração da quinta. Os três últimos apresentam um problema, os dois garotos sobretudo, já que estão longe da maioridade e terão de estabelecer-se alhures, por ser a propriedade demasiado pequena para três homens, sem contar que Jean-Barthélemy está na idade de se casar.

## O DESENROLAR DO INVENTÁRIO

A pedido de Marie-Thérèse Chirat, o tabelião Jean Reboud se encontra em Rosey no dia 7 de setembro de 1804, às nove horas. Ele convocou dois peritos estimadores ou avaliadores : Joseph Souvignet e Joseph Faverjon, ambos agricultores de Marllhes. Benoît Arnaud também está presente.

A visita começa pela cozinha, que vira sala de estar, de trabalho e mesmo quarto de dormir. Nela se encontra não apenas o necessário para cozinhar, mas também para o ofício de produzir fitas e decorações, ademais de três leitos com guarda-roupa, há pequeno escritório, isto é, um móvel que serve para escrever e ordenar os papéis, mais alguns recipientes e um relógio. Um guarda-louça de pinho e abeto, carunchado, contém dezoito pratos de porcelana, oito colheres de estanho e treze garfos de ferro. O conjunto foi avaliado em 132,3 francos, o relógio em 36 francos, as guarnições dos leitos em 35 francos, e os diversos recipientes em 19.5 francos, isso quanto às peças maiores.

O forno compreende uma amassadeira, uma cuba, provavelmente para a lixívia, uma despensa com o seguinte : 1 saleiro para os queijos, uma gaiola para secá-los, pequeno tonel de vinho, uma mantegueira, um móvel para peneirar farinha e serras para cortar toras. O conjunto vale 19 francos. A adega contém apenas pequena arca para guardar queijos. Em suma, nessa região fria e úmida, a gente come, dorme e conserva os alimentos ao redor do fogo.

Há dois quartos por andar : um é ocupado por Marie-Anne Ducros, mãe de J.B. Champagnat, com o seu leito e guarda-roupa. O outro quarto, acima da cozinha, fica um pouco aquecido ; parece tão polivalente quanto o rés do chão. Nele estocaram-se arcas usadas, uma roda para fiar, equipamento de fabricante de tamancos, foices. É também a peça dos domésticos, visto que as suas roupas se depositam numa arca,<sup>135</sup> aí. Se não se assinala a presença de madeira de leito, menciona-se um esquentador, destinado a aquecer e secar os leitos antes de deitar, cuja presença parece necessária em quartos não aquecidos. O todo foi avaliado em 36 francos.

A residência, pois, tem dois níveis, compreendendo quatro peças. Nota-se que se há três leitos na cozinha, dois apenas estão guarnecidos. É prová-

---

<sup>135</sup> O recenseamento do pároco Alirot em 1790 menciona dois domésticos na casa dos Champagnat. A sua presença é improvável em 1804, porque ou o pai ou três rapazes, sem contar as mulheres, podem bastar para a tarefa. Pode-se pensar em domésticos ocasionais, sazonais.

vel que a família Champagnat não tenha o costume do leito individual e se pode presumir que Marcelino e o irmão Jean-Pierre deitam no mesmo leito. Contudo os leitos de que se faz menção são verdadeiros móveis de tábuas, constituindo miniquartos fechados por cortinas e não excluem o uso de leitos mais simples ou enxergas, sem valor comercial, pelo que não foram citados.

O tabelião passa em seguida às construções anexas. Num espaço abrigado, mas aberto, acha-se uma oficina de marcenaria com três bancas ; com serras, puas, enxós, plainas de diversos tamanhos, martelo, esquadros, compassos e torno. É ainda uma reserva de utensílios para tarefas mais gerais : machados, cunhas de ferro, foicinhas, mó. Valor 68 francos.

Não longe há um hangar, que abriga seis carroças, quatro delas de rodas ferradas, e quatro charruas, o total avaliado em 120 francos. Enfim a granja contém umas dezesseis toneladas de feno <sup>136</sup> e feixes de cereal de um hectare e meio, algo como 900kg <sup>137</sup> », certamente de centeio ; quando colhido no outono, pode dar cerca de uma tonelada de cereal. O todo é avaliado em 1020 francos. Abaixo da casa da granja, no estábulo, há 4 bois, seis vacas e uma novilha, perfazendo 1000 francos.

«Nada mais havendo que inventariar », o tabelião se dedica então ao exame dos papéis contidos no escritório da cozinha, papéis que nada nos informam acerca da fortuna dos Champagnat. Não há nada aí quanto a reconhecimento de dívida que possa aumentar a fortuna mobiliária.

O inventário se encerra às sete da tarde. A fortuna mobiliária dos Champagnat se eleva a 2391 francos, no começo de setembro de 1804 ; mas estamos no período final das colheitas e as reservas de feno e de centeio vão ser consumidas no inverno. Os bens duráveis não vão além de 1300 francos, o gado constitui o essencial deles.

---

<sup>136</sup> No livro *The peasants of Marlbres*, Os camponeses de Marlbres, p. 28 J.R. Lehning nota que são necessários mais de dois hectares de feno para alimentar uma vaca no inverno, o rendimento sendo de 18 a 22 quintais por ha. Admitindo, porém, que sejam precisos 40 quintais de feno por vaca, seja 4 toneladas, os Champagnat teriam como alimentar quatro vacas. Como, de fato, eles têm 8 bovinos, a sua provisão parece insuficiente. Supondo um rendimento de vinte quintais por hectare, eles deveriam dispor de 8 hectares de prados.

<sup>137</sup> O termo árabe « bled » é equivalente a « cereal ». J.M. Lehning, *op. cit.* p. 10 indica um rendimento de 6,5 hectolitros de centeio por hectare em St-Genest-Malifaux em 1837. A reserva de « bled » seria, portanto, um hectare e meio.



A casa Champagnat

### **Sinais de pobreza**

Tudo parece indicar que a família Champagnat está em situação precária, sem ser pobre. No inventário, voltam sem cessar qualificativos depreciativos acerca dos objetos avaliados : a mesa da cozinha e as guarnições dos leitos são muito desgastados ; o aparador está carunchado, a baixela está rachada ; as serras de cortar estão gastas ; das quatro arcas do quarto de cima, três servem apenas para o fogo. Quanto aos utensílios : das quatro foices, três estão em mau estado ; as três bancas da marcenaria, as três enxadas, e os cinco machados estão gastos. A própria colheita não é boa : a metade do feno está apodrecida, por causa das intempéries do verão, e o mesmo sucede com o centeio. Uma pequena arca quase nova e uma foice nova compensam, muito mal, a impressão de decrepitude das coisas inventariadas.

Essa impressão é confirmada por outros sinais mais discretos. Assim, os móveis, afora a parte superior da mesa da cozinha, não são de madeiras nobres, como o castanheiro, o carvalho, a nogueira, mas de pinho ou abe-

to<sup>138</sup>. A prataria vem substituída pelo estanho e pelo ferro. Há dezoito pratos de porcelana, mas o essencial é baixela de segunda e boa porção das escudelas está rachada. A roupa dos filhos não é avaliada, provavelmente porque se consideram bens pessoais.

Pode-se notar também ausências significativas de mobília : não há espelhos, nenhum livro. Ademais, nenhum objeto religioso é citado. A razão pode ser a mesma da roupa, como bens pessoais e simbólicos, excluídos da partilha eventual.

Definitivamente, não há na casa nenhum equipamento supérfluo e de algum valor, afora o relógio.

### **Auto-subsistência**

Essa pobreza, por certo, não é miséria. A casa parece ter empregados domésticos, pelo menos eventuais ; a propriedade permite alimentar-se. Há seis vacas de leite, que permitem obter manteiga e queijo<sup>139</sup>. A colheita do centeio, mesmo de má qualidade, pode dar pão que se cozinha no forno. Há horta e terrenos próprios para culturas de sustento ; mas não plantam batatas, a não ser que ainda não as tenham colhido.

Quanto à criação, o tabelião cita o galinheiro, mas não se menciona o tipo de ave, presume-se que de baixo preço. Não se fala de porcos, o que surpreende. A despeito do que conhecemos da criação de cordeiros de Marcelino, o inventário não menciona nenhuma ovelha. Contudo a criação de ovelhas pode ser sugerida pela presença na casa do equipamento de fiação da lã<sup>140</sup>. Seja como for, a presença de seis vacas no estábulo dá a idéia de uma quinta de importância mediana e de uma produção de leite que deve ultrapassar as necessidades familiares.

### **Atividade múltipla**

Os Irmãos João Batista e Avit falam de que J. B. Champagnat explorava um ou dois moinhos a pouca distância da residência. Como se trata de bem imóvel, é normal que não figure no inventário. Contudo um moleiro dispõe

---

<sup>138</sup> As essências são mais comuns da região.

<sup>139</sup> J.M. Lehning, *op. cit.* Observa que, na segunda metade do século XIX, necessita-se de 4 vacas e 5 hectares de pradaria para o leite suficiente de uma família razoável. As 6 vacas de Champagnat, portanto, deveriam fornecer em torno de 20 l de leite.

<sup>140</sup> Seria antes uma roda pequena. É pouco provável que esta roda tenha servido à fiação da seda para o trabalho de fitas. Em princípio, o fio é entregue pronto para ser fiado.



de utensílios especializados, como sacaria e pás, coisas não encontradas no inventário. Como ninguém cogita de ir ao moinho para um inventário, cumpre concluir que essa atividade de J. B. Champagnat deveria ser muito secundária<sup>141</sup>.

Em contraposição, a presença de quatro bois no estábulo e seis carretas, sendo quatro com rodas ferradas, sob o hangar, apontam uma atividade de transportador. As cunhas, os machados e as serras implicam atividades de lenhador. Pode-se imaginar que Champagnat transportava diversos produtos, em particular toras, tábuas e lenha não só para si como também para outros clientes. O seu equipamento de marcenaria vai no mesmo sentido de homem que trabalha a madeira, além do fabrico de tamancos. Essas atividades, ademais, podem exercer-se no tempo impróprio para a faina agrícola.

O Irmão Avit, ao definir J. B. Champagnat como « comerciante e agricultor »<sup>142</sup>, parece dar os dois aspectos principais da sua atividade, mas sem precisar suficientemente o que abarcam em quantidade e qualidade. Na *vida* o Irmão João Batista declara que o pai de Marcelino « se ocupava um pouco de tudo » ; assim, ensinou ao filho a marcenaria, alvenaria e « todos os outros trabalhos necessários na manutenção de uma quinta », mas sem mencionar o comércio.

Os rendimentos não se baseiam apenas no trabalho dos homens : a quinta deve ter boas sobras de manteiga e queijo para a venda no mercado<sup>143</sup>. O ofício artesanal de fitas e decorações, exercido por Marguerite-Rose e pela mãe<sup>144</sup>, também deve dar algum rendimento.

Definitivamente, este inventário confirma bastante a tradição marista : o pai está na condição de camponês mediano para o seu tempo e região.

Dito isso, o inventário nos convida a corrigir certos aspectos dessa atividade ou, pelo menos, a nos interrogar sobre a sua importância. Assim, a atividade moleira é talvez meramente marginal, ao passo que a atividade comercial e de transporte parece dominante. Mas seria mais interessante ou edificante apresentar o pai do fundador como camponês mais ligado ao so-

<sup>141</sup> É o que sugere, aliás, o Irmão Avit, nos « *Annales de l'Institut* », t. 1, Roma 1993, p. 4.

<sup>142</sup> « *Annales* », t.1 p. 4.

<sup>143</sup> Há feira comercial todas as terças-feiras, em St-Genest-Malifaux.

<sup>144</sup> No seu testamento de 1807, ela é dada como fabricante de fitas e decorações.

lo do que um comerciante, indo e vindo, e recebendo o dinheiro com mais ou menos felicidade.

### **Economia, religião e política**

O inventário Champagnat põe em evidência esta aparente contradição : enquanto o pai dispõe de oficina de marcenaria bem montada, a mobília da casa está em mau estado. Outra questão delicada, a ausência de livros, quando J. B. Champagnat sabe ler e escrever e que a esposa sabe pelo menos ler. Ambos fazem parte da confraria dos penitentes, e os filhos têm boa educação religiosa. Além disso, segundo a *vida* do Irmão João Batista, a senhora Champagnat lia e fazia ler a vida dos santos ou « algum outro livro edificante ». Enfim, todos os filhos de Champagnat sabem assinar o nome.

Esse inventário, mesmo tendo em conta o fato de que se trata de documento de preocupação jurídica e econômica, parece estranhamente vazio de religião e de cultura, quando se sabe que nessa família se formou um futuro santo educador.

Ainda assim, é possível que a Revolução tenha forçado ou levado as famílias a esconder os sinais de religião, como catecismos e livros de devoção<sup>145</sup>. Seja como for, a Revolução continuava a tornar mais rarefeita a difusão religiosa. É plausível, aliás, que a pacificação religiosa, muito recente ainda, seja considerada precária em 1801 e, assim, se mantenha o hábito de ocultar os sinais de pertença religiosa, ou então que as famílias ainda não tenham recuperado os livros de piedade popular, até pela dificuldade da edição.

### **Da vida rural ao seminário**

Na época do inventário, o destino de Marcelino está oscilando : entrar no seminário, ou cuidar da lavoura e dos pequenos negócios.

Uma tradição curiosa, que tem por herói J. B. Champagnat, nos leva, contudo, a refletir. É o episódio dos dois ou três cordeiros dados a Marcelino pelos pais, e com os quais o adolescente teria feito comércio, chegando a 600 francos, o equivalente ao salário de dois anos de um operário. E há mais o seguinte fato. « Ele tinha projetos para ampliar o seu pequeno comércio com um dos irmãos que devia associar-se a ele ; haveriam até mesmo combinado ter bolsa ou cofre comum e ficar unidos toda a sua vida ».

---

<sup>145</sup> Essa ocultação de insígnias e livros religiosos é atestada em Lyon pelo bispo Mioland.

Aliás, no informe da visita de um sacerdote que procura candidatos para o seminário de Verrières (vida, 2, p.10), o autor nota que Marcelino e o irmão « estavam juntos no moinho ».

Se o bom entendimento dos dois irmãos da família é verossímil, a história dos miraculosos cordeiros não parece crível, tomada nos seus termos. Em dois anos, de 14 a dezesseis anos, como poderia Marcelino capitalizar o equivalente a quase à metade do valor de todos os bens móveis da sua família ?

Ainda assim, o Irmão João Batista fornece um detalhe sobre a esperteza no ganho de Marcelino ainda menino, que parece tanto mais plausível quanto não o honra em demasia, e dá uma idéia do relacionamento econômico dentro da família. Ei-lo. « Ele não queria que se mexesse no seu pequeno tesouro, mesmo para lhe comprar roupas, alegando que o seu vestir devia ser mantido pela família, como acontecia com os irmãos ».

Tem-se a impressão de que os dois jovens de 14 e 16 anos se tornaram jovens adultos que se encarregavam, em parte, do trabalho paterno e, nas suas pegadas, fazem negócios em atividades múltiplas, onde o comércio dos cordeiros deve entrar apenas como parcela. A soma de 600 francos, provavelmente, nunca existiu, mas representa o capital que Marcelino e o irmão calculavam precisar para se estabelecerem na praça. A irmã deles Marguerite-Rose, trabalhando no fabrico de fitas e decorações, ela também vai constituindo o seu pecúleo em vista do casamento.

Essa hipótese é patrocinada por J. R. Lehning<sup>146</sup>. Ele constata que garotos e senhoritas têm dois meios de fazer caixa ou pecúleo pessoal com vistas ao futuro : trabalhar como doméstico nas outras famílias, e o trabalho em casa, especialmente fabrico de fitas e decorações para as senhoritas. Mas o seu resultado, depois de numerosos anos, não vai além de 300 francos.

Assim, o inventário da família Champagnat, no momento da morte do pai, traduz um cenário medíocre, mas não diz tudo sobre a riqueza da família, porque, além dos bens imóveis constituídos pelas terras e construções, e da lista dos móveis levantada acima, cada um dos membros administra o seu pequeno capital. E depois, a pobreza cultural e intelectual não é tão

---

<sup>146</sup> *The peasants of Marlbres*, Os camponeses de Marlbres, cap. 9 p. 90.

profunda como sugere o inventário, dado que Marcelino tem o desejo de ir à escola.

### **Solidariedade do clã**

Aparentemente, é nas férias de Páscoa de 1804, isto é, alguns meses antes da morte de J. B. Champagnat, que um sacerdote vem recrutar Marcelino para o seminário menor de Verrières. Para adquirir o nível elementar, ele vai passar algum tempo com o seu cunhado Benoît Arnaud, que tem uma escola de latim elementar em St-Sauveur-en-Rue. Este tem duas razões para o acolher : eles são parentes por aliança, mas sobretudo Arnaud é o subrogado tutor de Marcelino, o que lhe acarreta deveres. O Irmão João Batista lhe dá o título de *tio*, o que ele não é « *stricto sensu* », conquanto lhe preencha o encargo ou função, de certo modo.

---

## **CONCLUSÃO**

Um inventário como esse e o seu contexto histórico fornecem um como instantâneo da família Champagnat, em momento crucial : a Revolução terminou, mas ainda está presente nas mentalidades e nos hábitos. A Igreja começa a recuperar a sua influência e a oferecer carreiras às famílias modestas. Manifestamente a família Champagnat não conseguiu aproveitar da Revolução; parece que ela continua como no velho regime : uma unidade econômica e política muito estruturada, cujas principais molas são a solidariedade do clã e o trabalho comunitário daqueles que ainda não se estabeleceram. A sua principal riqueza é constituída pela cabeça e braços das mulheres e dos homens que a compõem.

Por outro lado, esse comunitarismo admite atividades e retornos financeiros mais individuais para os filhos mais novos. Pode-se imaginar o que isso significa de trabalho intenso e contínuo. Formado nessa vida rude, Marcelino que mal conheceu a domesticidade na casa dos outros e já experimentou certo afastamento da família, vai pôr nos seus estudos o mesmo esforço pertinaz que nos trabalhos físicos. Podemos perguntar-nos se uma parte das suas relativas dificuldades intelectuais não se devem ao fato de que teve a tendência de mesclar o esforço físico com o esforço intelectual.

Se a morte do pai em 1804 é uma catástrofe, ela é compensada, em par-

te, pela possibilidade de o filho mais novo empreender os seus estudos com módico custeio, ajudado pelo clã que aplica nisso certo investimento de longo prazo, ademais do seu próprio capital, nada desprezível, como vimos. O cálculo se mostrou justo, porquanto, mais tarde, Marcelino vai recolher o irmão Jean-Marie e os seus filhos em l'Hermitage. Há mais o seguinte : a ausência do último filho não é difícil de suportar numa quinta em que há ainda dois homens para as tarefas pesadas.

Publicado no mesmo ano de 1804, o Código Civil, que prevê a partilha igual das partes entre os herdeiros, perturbou o funcionamento fundado na manutenção do patrimônio para o primogênito. Foi grande problema para a família Champagnat, no momento da partilha da herança em 1810. Mas isso é outro negócio. Em 1804, a morte do pai torna ainda mais urgente a partida de Marcelino, porque o processo de sucessão já começou.

Ir. André LANFREY



## *Documento*

# *Inventário Champagnat de 1804*

« No ano treze da República<sup>147</sup> e quinze vendemiário<sup>148</sup>, isto é, 7 de setembro de 1804, cerca das sete horas da manhã, em presença nossa, Jean Reboud, tabelião público na residência da comuna de Marlhes, no departamento de la Loire, abaixo-assinado, no nosso estudo no lugar e comuna de Marlhes, compareceu Marie-Thérèse Chirat, viúva do falecido Jean-Baptiste Champagnat, tutora dos seus filhos menores, na localidade de Rosey, comuna da dita Marlhes.

Ela nos disse que, por deliberação dos pais dos seus filhos e do dito falecido Champagnat, em presença do juiz de paz do cantão de St-Genest-Malifaux, em 14 de junho último<sup>149</sup>, ela foi estabelecida tutora dos seus filhos menores ; que o senhor Benoît Arnaud do lugar e comuna de St-Sauveur foi nomeado sub-rogado tutor ; que pela dita deliberação ela foi autorizada a proceder ao inventário dos móveis e objetos, gêneros e animais, títulos e papéis deixados pelo dito falecido Champagnat, pelo primeiro tabelião que requeria, salvo que fosse necessário execução pela justiça, o qual tabelião se fez assistir por dois peritos avaliadores ; que querendo proceder ao dito inventário, ela requer que nos transportemos ao dito local de Rosey, no domicílio do dito falecido e marido, para efetuar o dito inventário em presença do dito Arnaud, sub-rogado tutor<sup>150</sup>, que se deve realizar

---

<sup>147</sup> Está-se sob o consulado de Bonaparte. O Império é proclamado em 2 de dezembro de 1804.

<sup>148</sup> Em 7 de setembro de 1804

<sup>149</sup> Em 14 de junho de 1804

<sup>150</sup> Tutor substituto. O termo « tutor », esquecido, foi acrescentado no fim do parágrafo.

em Rosey e nos faz assistir por peritos ; e sob as suas reservas e e proteções de não prejudicar aos seus direitos dotais e convenções matrimoniais, e declarou que não sabe assinar.

Nós, tabelião acima dito, temos dado ato à dita Chirat, viúva Champagnat, dos seus dizeres e requisições e respeitando isso, em seguida, com ela, fomos ao dito lugar Rosey, no domicílio do dito « fogo » Champagnat. Aí chegados, pelas nove horas da manhã, aí encontramos o dito senhor Arnaud, sub-rogado tutor, que disse nos esperar para estar presente, e assistir ao dito inventário. Para logo temos mandado buscar Joseph Souvignet do lugar e comuna da dita Marlhes, e Joseph Faverjon, também agricultor do dito Rosey, os quais, em chegando, nós lhes demos conhecimento da missão deles pela leitura feita do comparecido. Por outro lado, e depois de ter recebido o juramento que eles fizeram, separadamente, cada qual de proceder à dita estimação, sem apoio nem favor, e em consciência, segundo o julgamento deles o mais justo conhecimento, começamos e procedemos, em presença do dito Arnaud e da dita viúva Champagnat, à descrição do que segue.

Na cozinha da casa :

Uma mesa com duas gavetas, em cima folhuda <sup>151</sup> , usada, estimada em seis libras	6 L
Três colheres <sup>152</sup> para a sopa e lacticínio, uma de ferro e duas de madeira, usadas, estimadas em um franco.	1 F
Duas « cremalheiras » <sup>153</sup> e uma pá para o fogo de ferro, estimadas em um franco e meio.	1,50 F
Uma frigideira estimada em um franco e oitenta	1, 80 F
Três marmitas de ferro fundido <sup>154</sup> , a primeira com capacidade de 30 escudelas, a segunda, de doze escudelas e a última de quatro, estimadas em oito francos.	8 F
Um equipamento para fabrico de fitas, com os seus implementos <sup>155</sup> , usado, estimado em três francos.	3 F

<sup>151</sup> Isto é, folhudo, e não , como o resto do mobiliário, resinoso.

<sup>152</sup> Trata-se antes de conchas.

<sup>153</sup> Para fazer girar os espetos, permitindo assar a carne.

<sup>154</sup> Capacidade

<sup>155</sup> Isto é, provavelmente, com todas as suas peças, em condições de fabrico.



Uma cama de madeira <sup>156</sup> de abeto, com dois cortinados verdes, guardados de cobertura, com cabeceira, e cortinas, madeira da cama fixa <sup>157</sup> ; avaliado o conjunto em vinte francos.	20 F
Anexado ao leito, um guarda-roupa com uma caixa de relógio, o todo afixado, não estimado. Mas o relógio avaliado em trinta e seis francos.	36 F
Perto da porta da entrada, à direita, os seguintes objetos fixos : Um pequeno gabinete, fechando com chave, no qual há papéis, como títulos e papéis da sucessão, cuja descrição fica para o fim do inventário.	
Cama de madeira , perto do gabinete, sem guarnição, outra cama de madeira, separada por uma porta, que vai da cozinha à estrebaria, o dito leito guardado de cobertura, dois lençóis, um travesseiro <sup>158</sup> e colchão <sup>159</sup> , o todo bastante desgastado, estimado em quinze francos.	15 F
Um buffet de madeira carunchada de abeto, tendo nas prateleiras dezoito pratos de porcelana, dezoito colheres de estanho, treze garfos de ferro, estimado o todo, usado e rachado, em seis francos.	6 F
Um guarda-roupa de duas portas, de abeto, fechando com chave, carunchado, estimado em sete francos. Arca com as roupas dos filhos, não estimada.	7 F
Um armário de uma porta, madeira de abeto, usado, contendo potes, escudelas avariadas, para o serviço; estimado em 4 F e meio	4,50 F
Um guarda-roupa de duas portas e uma gaveta no meio, de abeto e pinho, muito desgastado, estimados em três francos. Estava vazio.	3 F
Uma canastra de vime, desgastada, um balde reforçado <sup>160</sup> de ferro para tirar leite das vacas, uma barrica de cinco quintais. O todo estimado em dezenove francos e meio	19, 50 F
Descendo a um porão : um recipiente para queijo : sem valor	

<sup>156</sup> Pela expressão « madeira de cama » entenda-se leitos feitos de tábuas.

<sup>157</sup> Entenda-se « não deslocável ».

<sup>158</sup> Provavelmente um travesseiro.

<sup>159</sup> Colchão cheio de grãos de aveia.

<sup>160</sup> Cercado

Atrás do forno, uma amassadeira, de pinho, e um pequeno saleiro para queijos, de abeto, estimados em doze francos	12 F
Um cuba e o seu suporte <sup>161</sup> , quase fora de serviço, uma gaiola para secar queijos, um pequeno tonel de ferro reforçado, uma mantegueira, 1 tamis <sup>162</sup> para peneirar farinha e uma vasilha para medir cereais, tudo muito usado e estimado em seis francos.	6 F
Duas serras para cortar lenha, <sup>163</sup> ambas ruins, estimadas em 1 franco.	1 F
No quarto sobre a cozinha : quatro arcas de abeto, três fora de uso, servindo só para o fogo ; a outra, pequena e nova, estimada em dois francos.	2 F
Uma roda <sup>164</sup> para o artesão de fiar, estimada e um franco. 1	1 F
As ditas arcas onde se guardam as roupas dos domésticos, não avaliadas.	
Quatro gadanhas, três muito usadas, e uma quase nova, estimadas em sete francos.	7 F
Um esquentador de cobre <sup>165</sup> estimado em cinco francos.	5 F
Uma arca grande para grãos <sup>166</sup> de pinho, usada, estimada em nove francos.	9 F
Equipamento próprio para fabrico de tamancos <sup>167</sup> ; dez peças, o todo estimado em 8 francos.	8 F
No quarto ao lado, de Marie-Anne Ducros, mãe de Champagnat, apenas uma cama e guarda-roupa, pessoais e não avaliados.	

<sup>161</sup> Provavelmente para barrela.

<sup>162</sup> Uma peneira para separar a farinha dos fragmentos.

<sup>163</sup> O termo «serra » parece impróprio. Pode-se pensar, antes, em utensílios de corte.

<sup>164</sup> Trata-se, por certo, de pequena roda que serve para enrolar o fio nos cilindros de madeira ou de cano.

<sup>165</sup> Para aquecer e secar os leitos antes do deitar.

<sup>166</sup> Cumpre tomar no sentido de arca volumosa para grãos.

<sup>167</sup> No sentido de « feitos para ».

Num hangar <sup>168</sup> , três bancas de marcenaria, uma com os implementos, todas usadas, estimadas em doze francos.	12 F
Duas serras de mão estimadas em seis francos.	6 F
Três enxadões desgastados, estimados em nove francos.	9 F
Cinco machados, usados, estimados em dez francos.	10 F
Duas puas, duas enxós, um par de torqueses, um martelo, o todo estimado em em sete libras.	7 F
Duas plainas <sup>169</sup> e duas garlopas <sup>170</sup> estimadas em cinco francos	5 F
1 esquadro, 1 compasso, 1 torno e roda, tudo estimado em doze francos.	12 F
Uma mó, com seu implemento <sup>171</sup> , quase fora de serviço, estimada em um franco.	1 F
Tres cunhas de ferro <sup>172</sup> , três foicinhas, estimadas em seis francos.	6 F
Num hangar, seis carretas, quatro delas com rodas ferradas, estimadas em cento e vinte francos.	120 F
Quatro charruas <sup>173</sup> estimadas em quinze francos.	15 F
Na granja, quarenta carradas de feno, com peso quarenta miriagramas <sup>174</sup> cada um ; a metade quase podre pelas chuvas freqüentes nos meses de messidor e termidor <sup>175</sup> ; o todo estimado em doze francos por carrada : quatrocentos e oitenta francos.	480 F

<sup>168</sup> O *Litré de la Grande Côte*, Lyon 1980, utiliza a ortografia « chapit ». É espaço coberto, hangar.

<sup>169</sup> Ferramenta para trabalhar a madeira. Compreende uma lâmina cortante. Grande cepilho.

<sup>170</sup> Plaina de fuste longo..

<sup>171</sup> Não seria uma mó portátil para afiar foices e gadanhas ; mas uma mó em forma de roda, com os seus implementos, destinada a afiar todo o tipo de ferramenta..

<sup>172</sup> Ferramenta de lenhador, no serviço de abater e de rachar.

<sup>173</sup> O modesto preço faz supor que se trata de arados e não de verdaderas charruas.

<sup>174</sup> Miriagrama = 10 000 gramas = 10 kg. Uma carrada contém algo como 400 kg de feno ; 40 carradas = 16 toneladas métricas.

<sup>175</sup> Messidor, tempo de amadurecimento final, parte do mês de junho e julho ; termidor, tempo calmoso, canicular ; compreende parte de julho e agosto.

Centeio não debulhado <sup>176</sup> , podendo atingir uma tonelada por hectare <sup>177</sup> de centeio <sup>178</sup> , por sinal centeio ruim, em parte germinado. Estimado a seis francos os cinco miriagramas, temos quinhentos e quarenta francos.	54 F
Nada mais tendo <sup>179</sup> que inventariar na granja, fomos ao estábulo, achamos : quatro bois, seis vacas e uma novilha, o todo avaliado em mil francos.	1 000 F

Faltava inventariar os títulos e papéis. Retomamos o juramento que os senhores sobreditos Souvignet e Faverjon haviam feito e prestado nas nossas mãos, na maneira acostumada ; eles procederam na sua alma e consciência, sem apoio nem favor, seguindo o mais justo conhecimento. Souvignet assinou e Faverjon asseverou não saber fazê-lo.

Assinaturas de Arnaud Souvignet.

Em seguida, a viúva Champagnat nos levou a um pequeno gabinete, em que estavam os títulos e papéis do falecido Champagnat ; na presença dela e na presença do dito Arnaud, procedemos à triagem. Foram separados os papéis<sup>180</sup> que não mereciam apreciação dos papéis mercedores de estima.

- (1) Expedição do testamento de Jean-Baptiste Champagnat em favor de Marianne Ducros, mãe do felecido Champagnat, em data de 3 novembro de 1760, numerado e rubricado no Registro, senhor Lardon, tabelião, nº1.
- (2) Expedição de títulos e papéis do sobredito Jean-Baptiste Champagnat, primeiro do nome, em data de 3 de novembro de 1760. Ato recebido do senhor Lardon, numerado e rubricado, nº2.
- (3) Expedição do casamento do dito Champagnat, último do nome, em data de fevereiro de 1775. Recebido do senhor Lardon, numerado e rubricado, nº 3.

<sup>176</sup> A batadura se faz pelo mangual. Exige tempo ; faz-se progressivamente.

<sup>177</sup> Portanto uma tonelada métrica, ou mil quilos..

<sup>178</sup> O termo árabe « bled » significa « cereal ». Trata-se, aqui, presumivelmente de centeio, dado que o trigo não vinga bem na altitude de Marlhes, algo como mil metros..

<sup>179</sup> Expressão regional. Em francês padrão "Plus rien", ou « nada mais ».

<sup>180</sup> O sentido é claro: documentos importantes "se descrevem"; os outros se põem de parte; mas há palavras de leitura difícil.

- (4) Expedição de quitação passada por Jean-François Barralon a Marianne Ducros V. Champagnat em que consta constituição de renda de 69 libras ao capital de 1399 libras e 19 dinheiros, consentida pela dita senhora Ducros em favor de Marianne Robert e outros, por ato do dito senhor Lardon. Numerado e rubricado, nº4.
- (5) Pedido e consignação pela senhora Marianne Ducros contra Marianne Bergeron e Riocreux, explorada por Mouton, oficial de justiça, em 4 de abril de 1775. Numerado e rubricado, nº5.
- (6) Requerimento e ordenança, em que consta a defesa de Marianne Ducros e o sobredito Champagnat, seu filho, contra Jean Antoine e Antoine Courbon, pai e filho, significado em 4 de julho de 1777. Notificada por Mouton, oficial de justiça, numerado e rubricado, nº 6.
- (7) Expedição de contrato de venda por Jean-Baptiste Fuvelle ao dito falecido Champagnat, último do nome, em data de 11 de abril de 1780. Recebido do dito senhor Lardon, com cartas de compensação anexadas, doc. numerado e rubricado, nº7.
- (8) Por fim, expedição da cessão feita por Pierre Ducros ao dito Champagnat, em 11 de janeiro de 1783, ato recebido do senhor Diguaron, tabelião, expedição numerada e rubricada, nº8.

Não havendo mais títulos ou papéis por inventariar, deixamos esses descritos como os outros, móveis, objetos, gêneros e animais em poder e guarda da dita senhora Chirat, viúva Champagnat, a qual disso se encarregou, para prestar conta, quando e a quem de direito, de acordo com as promessas e submissões requeridas e necessárias em casos semelhantes, tendo a dita senhora Champagnat, afirmado por juramento, que ela fez saber que nada escondeu, nada estragou nem desviou e de que não tem conhecimento de que algo haja sido subtraído, em ato feito e encerrado, na dita localidade de Rosey, nos sobreditos mês e dia, às sete horas da tarde.

Arnaud assinou e a dita Champagnat asseverou não saber fazê-lo, informada e obrigada.

Arnaud Reboud

Registrado em Bourg Argental, 7 de setembro de 1804. Quatro francos e quarenta cent. de taxas.

P.G. Valois ( ?)



# *J.-B. Champagnat e J.-P. Ducros*

## **Dois destinos mesclados**

**Ir. André LANFREY, fms**

Jean-Pierre Ducros é o primo de Marcelino Champagnat, cuja avó Marie-Anne Ducros desposou Jean-Baptiste Champagnat II, em 1752. Ele se casa em 13 de novembro de 1783 com Marguerite Châtelard. Ele já é suficientemente rico para presentear a igreja com um sino nessa ocasião. Em 21 de maio de 1789, Marguerite Châtelard, sua esposa, é madrinha de Marcelino, filho de J. B. Champagnat, declarado « comerciante em Rosey. »<sup>181</sup>. Tem-se a impressão de que Ducros e Champagnat, mesmo antes da Revolução, vêm mantendo laços familiares e de negócios.

Na revolta de Lyon contra a Convenção, em maio de 1793, seguida do sítio e da tomada da cidade, em outubro de 1793, a Revolução se radicaliza, visto que todas as forças revolucionárias do departamento de Rhône e Loire são mobilizadas para vencer os lioneses e os seus partidários. Nessa época, J.-B. Champagnat e o primo Ducros recebem do representante ou comissário Javogues, encarregado do terror em Loire, a tarefa de vigiar o cantão de Marlhès e prender os opositores, em particular os sacerdotes refratários.

Esse compromisso do lado revolucionário certamente suscitou em J. B. Champagnat represálias que se conhecem mal. O seu primo, mais comprometido que ele, ou menos bem escondido, perdeu a vida em 3 de junho de 1795 porque, aprisionado em St-Etienne como antigo terrorista, ele

---

<sup>181</sup> Ver Gabriel Michel, *La Révolution à Marlhès*, A Revolução em Marlhès, p. 73.

é assassinado por um bando contra-revolucionário, que toma de assalto a prisão<sup>182</sup>. Pelo documento do seu estado civil, ele teria então 26 ou 27 anos. Teria nascido em 1768 ou 1769, enquanto J. B. Champagnat, nascido em 1755, tem 40 anos.

Os dois primos nos interessam aqui por outra razão que não a política : a morte de um e de outro suscitou um inventário. A comparação dos dois atos redigidos a menos de dez anos de distância, vai permitir que esclareçamos, de modo singular, a posição econômica da família Champagnat, facultando-nos formular algumas perguntas sobre a evolução da sua fortuna.

---

## **O INVENTÁRIO DUCROS**

O inventário dos móveis, objetos e papéis de Jean-Pierre Ducros, em presença da sua viúva, de Jean Chovet, tio materno dos filhos menores, e François Sabot, primo irmão de Jean-Pierre Ducros, ocupa cinco dias : de 3 a 7 de julho de 1795, um mês após o seu assassinio. O documento forma um relatório de 31 páginas<sup>183</sup> ; o total dos bens móveis se eleva, segundo o tabelião, a 37.457 libras e 16 soldos<sup>184</sup>. O inventário dos bens da casa comporta 124 artigos. Depois se passa às riquezas de madeira serrada ou cortada ; parece que Ducros tinha intensa atividade de serrador e de cortador de árvores. Os papéis do falecido são em número de 120 : sob a forma de quitação, notas de venda etc.

Recordemos que o inventário Champagnat ocupa 9 páginas. Os bens móveis são agrupados em 36 itens, e os papéis apenas em 8 itens. Bastou um dia para a avaliação. A soma total dos bens de Ducros é sem paralelo com aquela deixada pelo seu primo : apenas 1300 F<sup>185</sup> ; nem esqueçamos que as dívidas de Champagnat são muito maiores. Esses índices puramente quantitativos mostram que estamos em presença de dois níveis socioeconômicos muito diferentes, em dois homens aparentados e de cor política próxima. Eis o quadro comparativo.

---

<sup>182</sup> Acerca de todos esses acontecimentos, ver Gabriel Michel, *La Révolution à Marlbes*.

<sup>183</sup> Foi fotocopiado pelo Ir. Gabriel Michel e depositado nos arquivos provinciais em St-Genis-Laval.

<sup>184</sup> Esse cometeu alguns erros.

<sup>185</sup> Excluímos a avaliação do feno e do « bled, centeio », visto que o inventário Ducros se realizou em julho, antes da colheita, e o inventário de Champagnat em setembro.



<b>Lugar</b>	<b>Móveis Champagnat</b>	<b>Valor</b>	<b>Móveis Ducros</b>	<b>Valor</b>
Cozinha	14 itens	132, 3	1 – 40	1367
Gabinete	Não estimado		41 – 47	600
Salão			48 – 55	272
Forno	3	19	56 – 63	115
1º quarto	18 - 23	32	64 -85	1947
2º quarto	Não estimado		86 – 88	97
Guarda-carne				Não estimado
Salão			89 – 92	650
Gabinete			93 – 95	190
3º quarto			96	70
Granja	35 - 36	1020	97 – 104	451
Estábulo	37	1000	105 – 116	7345
Hangar	24 - 34	203	117 – 124	124
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>2.406,3 L.</b>	<b>124</b>	<b>13.228 L.</b>

Pelo número e pela destinação dos seus lugares de residência, a casa de Ducros se parece a uma mansão senhorial. A de Champagnat não passa de residência de quinta. Se cotejamos os móveis, as diferenças são igualmente impressionantes. Ducros dispõe de 4 mesas, sendo três de nogueira, madeira nobre, uma mesa tem os pés de freixo. Ele tem 14 cadeiras : 6 de palha, 6 cobertas de tapetes e duas não classificadas. Cinco poltronas são assinaladas ; há dez guarda-roupas, alguns fechando com chave. Há duas escrivaninhas e duas cômodas de nogueira.

Curiosamente, o inventário Ducros não assinala conchas, colheres e garfos de ferro ou de outro metal. No concernente a objetos de vidro, há três espelhos de 70cm X 55cm e outro quebrado, bem como 50 garrafas de vidro escuro. Na baixela, há 32 guardanapos e 6 pratos de porcelana. Há nove camas ; sete são fixas, isto é, de tábuas, equipadas de cobertura de lã local, cabeceira. Duas são camas de duquesa, isto é, com baldaquim, cortinados e colchão. Há até uma banheira de abeto e um embrião de biblioteca : história dos imperadores romanos, de nove volumes. De todos esses sinais de riqueza Champagnat não tem quase nada ; quando ele dispõe disso, é em quantidade e qualidade muito inferiores.

Há ainda um artigo sobre o qual o inventário de Champagnat é mudo e o de Ducros é prolixo : roupa branca, vestidos e ternos. A roupa da viúva Ducros e a dos filhos menores voluntariamente ficaram fora da estimação ; mas, no inventário, além da rica guarnição das camas, constam 14 lençóis finos, avaliados em 420 francos ; as roupas de Ducros, camisas, calções, paletós se avaliam em 570 francos.

Para os utensílios de marcenaria Ducros é muito pouco equipado. Os utensílios agrícolas são pouco numerosos : grade com dentes de ferro de estorrear, três charruas, de pouco valor. Ducros não parece agricultor, mas um industrial da madeira. Dois carretões para transportar toras, quatro pares de rodas novas e dez barras de ferro para ferrar as rodas. Em Rouchouse, ele possui uma serra nova, certamente hidráulica. Os peritos estimam o seu estoque de tábuas em 60 carretões, no valor de 2400 francos. Os rolos (troncos), quase todos de abeto, próximos da serra, comportam quarenta carradas, no valor de 1600 francos. Provindos de diversos bosques, ele possui 66 abetos já derrubados, no valor de 1270 libras. Desse modo, a madeira adiciona 5270 libras ao capital de Ducros. O seu estábulo reflete as suas atividades de empresário rural : uma égua de sela, para o seu deslocamento, dois bois para a tração das toras e para a lavoura, seis vacas, um touro, dois tourinhos, três novilhas e um bezerro.

Vimos que J.-B. Champagnat está bem servido em animais para o transporte ; isso confirma a nossa impressão de que os dois homens estiveram em relacionamento profissional estreito. Por outro lado, o moinho de Champagnat, de que falam as fontes maristas, de que o tabelião não tomou conhecimento em 1804, deveria ter sido pouca coisa, se comparado com as atividades mercantis de Champagnat. Por outro lado, um *processo verbal*, ou documento, sobre venda de árvores, no estudo do tabelião de Marlhès, em 12 de junho de 1799, nos mostra que J.-B. Champagnat é muito ativo como comprador. Se um lote de 33 abetos e outro de 95 pinheiros lhe escapa, ele chega a comprar 17 faias por 210 francos<sup>186</sup>.

Enfim, Ducros tem sob as suas ordens um « locatário » que lhe deve 180 libras de queijo, um granjeiro que paga anualmente 200 libras, um arrendatário que lhe deve por ano 400 libras. A viúva declara ter encontrado, ademais, 2830 libras em « assignats », mas nenhuma moeda metálica.

---

<sup>186</sup> Nos arquivos do Irmão Gabriel Michel, depositados em St-Genis-Laval.

Em face desse inventário, Ducros nos aparece como camponês rico : por diversos lados, a sua moradia é a de um arrendatário ; mas por outros, ele parece um burguês e até mesmo um gentil-homem campônio. Tem-se a impressão de uma riqueza recente, cuja causa parcial pode ter sido a Revolução.

---

### **COMPRAS DE BENS NACIONAIS (OU CONFISCADOS)**

Para tornar menos imprecisa essa impressão, basta examinar com o tabelião os numerosos papéis. Aí encontram-se muitas quitações do recebedor de St-Etienne, como « conta dos bens nacionais por ele adquiridos » nas datas seguintes : em 24 de setembro de 1.792, 100 libras ; em 5 de outubro de 1.792, 199 libras.

A segunda vaga das suas compras se desenrola no fim de 1794 . Há três compras maiores, em 24 de setembro e em 20 de novembro de 1794 : casa, horta e prado de criação, em St-Genest-Malifaux, provindo de bens da Igreja, 2.450 libras ; compra de um terreno, 1.375 libras ; compra de construção em St-Etienne, denominada Bíblia, por 80.100 libras ; casa e terreno em St-Romain-les-Atheux<sup>187</sup>, por 1300 libras ; um bosque em St-Romain, que pertenceu às Irmãs de S. Joseph, por 6.600 libras ; um terreno em Jonzieux (sem data): por 750 libras.

Em alguns dias, Jean-Pierre Ducros adquiriu, largamente a crédito, bens por um valor de 92.575 francos. Dois, pelo menos, são bens de proveniência eclesiástica. Ducros, agente do terrorista Javogues, sem dúvida, aproveitou as amizades políticas para tal operação. Mas, nessa data, estamos no fim do terror, e a reação contra-revolucionária começa a se manifestar. Além disso, nos primeiros anos da revolução a compra dos bens confiscados, ditos cinicamente bens nacionais, quase não suscitava desaprovação ; agora, porém, tal aquisição se considera desonrosa. Pode-se perguntar se uma boa parte dos bens móveis que vimos na casa de Ducros não promana de bens nacionais, de recente aquisição.

Agora Ducros deve pagar esses bens a autoridades menos complacentes, até mesmo hostis. Em primeiro de novembro de 1794, ele parece ter ficado

---

<sup>187</sup> Comuna vizinha de Jonzieux.

em má situação financeira ; ele tem de ceder uma propriedade que vale 6.100 libras ; em 7 de novembro, ele substabelece Jean Chovet, parente seu, para vender um bosque em St-Romain, por 3.600 libras<sup>188</sup>. Em seguida, a sua situação parece melhorar. Em 6 de dezembro de 1794, ele paga 8.032 libras pela compra de uma construção em St-Etienne. Em 26 de dezembro de 1794, ele paga 399 libras, 17 soldos e 6 dinheiros pela terra comprada em Jonzieux. Em 26 de maio de 1795, ele paga 3.503 libras 10 soldos e 6 dinheiros. Enfim, em datas indeterminadas, ele passa quitação de 133 libras 2 soldos e 6 dinheiros e outra quitação de 145 libras 12 soldos e 6 dinheiros<sup>189</sup>.

Em 21 de abril de 1795, Ducros vendeu « uma pradaria, terra e pastagem » por 2.300 francos, especificando que seria pago em moeda de prata e não em « assignats ». O ardente revolucionário não perde, pois, o sentido dos negócios e parece em posição assaz sólida, uma vez que a moeda revolucionária não valia quase mais nada ; ele exige pagamento em boa moeda de prata.

Sem dúvida, não se deve ligar senão um valor relativo a todos esses papéis, quanto ao preço real dos bens trocados. Ainda assim, são suficientes para nos fazer compreender que Ducros é talvez um revolucionário, mas por certo um negociador que aproveitou do relacionamento político para enriquecer. O seu assassinato em St-Etienne, em 2 de junho de 1795, há de ter uma causa financeira mais do que sociopolítica.

---

## **QUE LAÇOS ECONÔMICOS HÁ ENTRE CHAMPAGNAT E DUCROS ?**

Vê-se no inventário Champagnat de 1804 que ele, ainda que consociado político e parente, não conseguiu ou não quis enriquecimento pessoal por meio de firme e durável compromisso político com a Revolução. O Irmão Avit, no começo dos « Anais do Instituto », evoca com clareza esse compromisso de J.-B. Champagnat com a Revolução ; mas poderia exagerar a influência de Ducros sobre Champagnat, para melhor desculpá-lo.

---

<sup>188</sup> Pode ter ocorrido que ele tenha evitado de atrair a atenção sobre si e haja cedido às pressões.

<sup>189</sup> Gabriel Michel in *La Révolution à Marlbres* fala da venda de um prado por 26.000 libras, em 23-4-1495.

Em contraposição, no concernente ao aspecto financeiro do problema, ele insere duas afirmações espantosas, uma sobre Ducros, a outra sobre a fortuna de J. B. Champagnat. «Ademais, o seu terrível primo comprometeu-o em negócios materiais de que ele habilmente tirou proveito, ao passo que a fortuna da sua vítima, que os antigos avaliam entre 80 mil e 100 mil francos, foi fortemente abalada ».

Afora a compra de um prado por 3.950 libras, em 20 de agosto de 1793, que ele foi obrigado a revender em condições desfavoráveis, pouco depois do assassinio de Ducros<sup>190</sup>, desconhecemos outras aquisições de Champagnat. Além disso, se Ducros e Champagnat se concertaram em negócios materiais, como é que, em ambos os inventários vistos acima, não subsiste nenhum traço de tal relacionamento ? Também como é que os papéis são tão pobres e, em particular, não comportem nenhum ato de compra, venda ou quitação passada por J.-B. Champagnat entre o seu casamento de 1775 e a sua morte em 1804 ? Há ali, evidente, uma anomalia, como se, antes do tabelião, uma mão estranha houvesse deletado quaisquer sinais dessa relação.

A segunda estranheza é quanto à fortuna de J. B. Champagnat. Avit, acima, citando os antigos, a avalia entre 80 mil e 100 mil francos. Ela poderia passar por fábula, se o inventário de Ducros não mostrasse que ele possuía, com folga, tal fortuna de bens óveis, imóveis e semoventes, no momento da sua morte. Daí o que se impõe na conclusão.

---

## CONCLUSÃO

Parece, portanto, que a memória das pessoas interrogadas, ou interpretadas por Avit, tenham *misturado os destinos* dos dois primos, atribuindo a um a riqueza do outro. Deve haver algo mais aí. Seria necessário saber mais sobre o destino da família Ducros, saber mais sobre os laços com a família Champagnat, depois de 1795, esquecendo ainda que a mãe de Jean-Batiste, Marie-Anne Ducros, vive com a família Champagnat, em Rosey. Manifestamente, o assassinio de Ducros em junho de 1795, quebrou qualquer

---

<sup>190</sup> Gabriel Michel, *op. cit.* p. 120

coisa *nas* duas famílias, talvez *entre* elas. Seja como for, se a Revolução devorou a vida de um, poderia ter arruinado o outro ou, pelo menos, a sua ascensão social.

Ir. André LANFREY

# *A sucessão Champagnat em 1810*

## **O declínio programado do « domínio familiar » Champagnat**

**Ir. André LANFREY, fms**

Jean-Baptiste Champagnat, pai de Marcelino, morreu em 13 de junho de 1804, sem deixar testamento. Em dezembro de 1807, a sua esposa Marie-Thérèse Chirat, doente, faz o seu testamento ; mas somente depois da sua morte, em 1810, é que se regula a sucessão entre os filhos, por um ato de tabelião de que subsistem dois exemplares<sup>191</sup>.

As diferenças de conteúdo entre os dois textos, isto é, entre o original e a cópia, são mínimas. No dorso do Relatório oficial, de papel timbrado, consta a data e a razão da cópia : uma transação de Benoît Arnaud e a mulher dele com Barthélemy-Jean e Jean-Pierre Champagnat, liberada pelo tabelião Chorain, em 1º de março de 1815, dia em que Napoleão foge da Ilha de Elba, e desembarca em Antibes para reconquistar a França.

O começo do ato indica bem as circunstâncias perturbadas durante as quais ele é emitido : há dois selos, um do Império francês e o outro da realeza. Pode-se supor que o tabelião tenha utilizado um papel de reserva, previamente selado sob o Império, a que acrescentou o selo da realeza. Em seguida, o preâmbulo comete dois lapsos sintomáticos ; por um lado, o autor esquece o título de Luís, « rei da França » ; por outro, declara-se sempre tabelião imperial.

---

<sup>191</sup> Nos fundos do Pe. Piat, erudito de Marlhès, comunicados ao Ir. André Baryn, da comunidade de Rosey.

---

## INTRODUÇÃO

Antes de ler o documento, convém recordar um pouco a história da família Champagnat, no momento em que se passa um ato que pesará muito sobre o seu futuro.

A mãe, Marie-Thérèse, morreu em 24 de janeiro de 1810, e o ato da sucessão é assinado em 17 de setembro de 1810, um pouco menos que oito meses depois da sua morte, o que constitui demora assaz longa.

---

## OS HERDEIROS

No momento da partilha de 1810, a posteridade Champagnat está reduzida aos seus filhos:

- 1/ **Marie-Anne**, denominada simplesmente Marie no ato, (\*1775+1816). Ela desposou Benoît Arnaud, antigo seminarista e mestre-escola em St-Sauveur<sup>192</sup>. O ato não menciona a data do casamento, ocorrido em 5 de fevereiro de 1799<sup>193</sup>; e um ato foi passado pelos esposos Champagnat entre os anos 1798-99, em que se concede à filha um dote de 1600 francos e um guarda-roupa. Marie morre em 29 junho de 1816. Ela teve oito filhos, três morrem pequenos e um adolescente. Em 1810 ela tem quatro filhos vivos.
  
- 2/ **Jean-Barthélemy**, designado no ato *Barthélemy-Jean*, nasceu em 12 março de 1777. Em 1810 é ainda celibatário. Em 29 de outubro de 1811, casa com Marie-Clermondon, com quem teve oito filhos. Ele morre em 20 de janeiro de 1838. Considerado o primogênito, segundo a tradição, ele herda a casa paterna e um quarto a mais da sua parte. Segundo o Irmão Avit, ele teve de vender a casa paterna ao senhor Courbon, que se vai encarregar das suas dívidas<sup>194</sup>.

---

<sup>192</sup> « Annales du F. Avit » (AA), t. 1 p. 8

<sup>193</sup> « Marlihes au long des siècles », Marlihes ao longo dos séculos, p. 191

<sup>194</sup> AA. t. 1 p 8



- 3/ **Anne-Marie**, nascida em 20 fevereiro de 1779. Em 1810, ela se torna esposa de Jean Lachal, em 8 de fevereiro de 1804. Eles tiveram sete filhos, cinco dos quais morrem na infância ou na adolescência. Em 1810, Anne-Marie tem dois filhos vivos. Ela morre em 28 de março de 1835.
- 4/ **Marguerite-Rose**, chamada Rose no ato de 1810, nasceu em 20 de fevereiro de 1782. Ela é celibatária em 1810, e casa pouco depois com Guillaume Chénet, em primeiro de março de 1813. Ela teve seis filhos, quatro dos quais chegaram à idade adulta. Ela morre em 15 de abril de 1829.
- 5/ **Jean-Pierre** nasceu em 26 de dezembro de 1787. Em 17 de fevereiro de 1813, ele casa com Jeanne-Marie Ravel. O Ir. Avit afirma que ela não o tornou feliz ; tiveram seis filhos<sup>195</sup>. Em 1830, ele se instala no vale Ecotay, no moinho de Leygat, depois de ter vendido aquele de Rosey, talvez porque o aprovisionamento de água fosse insuficiente. Mas ele fica doente e, aparentemente separado da mulher, reduzido à miséria, morre em l'Hermitage em 1833 ; os seus quatro filhos morrem aí, depois dele, em 1834 e em 1837. As suas duas filhas vão a Belley, para serem religiosas ; mas uma retorna a Marllhes para cuidar da mãe, antes de se casar. Portanto Marcelino parece haver amparado o ramo familiar que não havia tido resultado e deveria suportar a vergonha da falência. Em 1836, os bens são adjudicados pelo tribunal a Denis Joubert pela soma de 12.375 francos, soma que não bastou para pagar as dívidas. Segundo o ato do tabelião de 7 de julho de 1836, o seu domínio imóvel compreende uma propriedade rural situada na dita localidade Leygat e nas vizinhanças, abarca uma construção para residência, exploração de dois moinhos, com uma serraria<sup>196</sup>
- 6/ **Marcelino**, declarado estudante, nascido em 20 de maio de 1789, falecido em 6 de junho de 1840. Em 1810, ele está ainda no seminário menor de Verrières. Foi ordenado 1816.

<sup>195</sup> O repertório dos « Amigos de Marllhes » assinalam nove filhos..

<sup>196</sup> *Marllhes au long des siècles*, p. 379.

---

## UMA FAMÍLIA ENTRE DUAS TRADIÇÕES SUCESSÓRIAS

O ato esclarece que Jean-Baptiste morreu, sem disposições testamentárias, em 13 de junho de 1804. Segundo o Irmão Avit, foi encontrado morto no seu leito. Ele morreu alguns meses depois que o Código Civil, que o Conselho de Estado tinha começado a elaborar em julho de 1801, fosse promulgado, em 21 de março de 1804. Ele estabelece especialmente o princípio da partilha igualitária entre os filhos, contrariamente ao costume antigo, que consistia em privilegiar o primogênito, a fim de não dispersar o patrimônio imóvel, nem agravá-lo de encargos esmagadores.

---

## DÍVIDAS IMPOSSÍVEIS DE PAGAR

Jean-Baptiste Champagnat deixa dívidas numerosas que a sua mulher se esforça de pagar sem grande sucesso. O Irmão Gabriel Michel levantou a lista dos pagamentos e das dívidas.

<b>Credor</b>	<b>Data</b>	<b>Soma paga</b>	<b>Soma tomada ou que se reconhece como devida</b>
Jean Gauthier	30 Fr. an 13	1.200	
Denis Faure	22/11/1804	687, 70	
Jean Granger	1/4/ 1805	324	
Jean Crouzet	17/5/1805	87	
Madeleine Blanchard	22/5/1805	40, 5	
Jean Lachal (son gendre)	1/7/1805	200	
Pierre Terra	26/11/1805		400
Barthélemy Chirat (irmão)	16/5/1806		2.000 (1.000 deles tomados em 1803)
Madeleine Blanchard	6/7/1806	135 (tomados no ano 8)	
Joseph Bouard	25/8/1806		370
Jean Malescours	26/9/1806	176 (tomados no ano 12)	
<b>Total</b>		<b>2.850, 2</b>	<b>2.770</b>

Portanto, no momento da sua morte, J.-B. Champagnat tem, pelo menos, 3850 francos de dívidas, levando em conta os 1000 tomados emprestados do cunhado. Pode-se acrescentar a isso os 260 francos devidos à confraria dos penitentes, o que compõe um total de mais de 4000 francos. No fim de 1806, Marie-Thérèse não tem quase nada pago. Ela quase só mudou de credores. A sua doença, no fim de novembro de 1807, inquieta os credores e os atos se multiplicam.

<b>Data</b>	<b>Natureza do ato</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Dívida</b>	<b>Pagamento</b>
10/12/1807	Pagamento	J. Lachal		400
12/12/1807	Dívida reconhecida	B. Crouzet	300	
13/12/1807	Idem	F. Frapa	200	
13/12/1807	Idem	L. Souvignet	60	
14/12/1807	Pagamento	Cl. Courbon		300
	<b>Total</b>		<b>560 F.</b>	<b>900</b>

Assim, alguns dias antes de 20 de dezembro, data do seu testamento, Marie-Thérèse Chirat teve de pagar 900 francos e reconhecer dívidas importantes. Uma vez mais, ela parece ter tomado de uns para pagar a outros, ou lograr que os menos exigentes contemporem.

---

### **O TESTAMENTO DE 20 DE DEZEMBRO DE 1807**

O ato (ver anexo) respeita as exigências do Código Civil, que preconizam a herança « por partes iguais », mas aproveitando de uma cláusula deste Código, concessão ao direito de primogenitura da tradição, que permite conceder um quarto da herança a um herdeiro designado, aqui Jean-Barthélemy. Evidentemente isso significa também um quarto de dívidas, sem contar os gastos de sepultamento e 50 francos de missas. Marie-Thérèse Chirat vai viver ainda um pouco mais de dois anos, já que falece em 24 de janeiro de 1810.

---

## A HERANÇA

O ato de sucessão traz a data de 17 de setembro de 1810. Ele nos informa que J.-B. Champagnat possuía « um pequeno domínio » em Rosey, com o seu mobiliário. O inventário após a morte de J.-B. Champagnat nos mostrou que os bens móveis e semoventes se elevam a um pouco menos de 2400 francos. Quanto aos imóveis, o moinho mencionado pelo Irmão Avit não figura entre as propriedades ; mas parece abrangido no pequeno domínio e constituir a parte de Jean-Pierre Champagnat. Marie-Thérèse Chirat, a mãe, aporta em direitos dotais 3262 francos.

O mais surpreendente é que o ato não menciona dívidas conhecidas, como se, entre dezembro de 1807 e setembro de 1810, a família tivesse enxugado o pesado passivo.

Dois terços do *domínio* ficará nas mãos de Barthélemy e um terço com Jean-Pierre. Aos quatro outros, depois de apurado o valor geral, descontada a quarta parte dada pela mãe a Barthélemy, fica a distribuição igualitária de 2800 francos a cada filho. Pode-se, então, estimar que os bens móveis, imóveis e semoventes da família Champagnat é assim avaliada :  $2800 \times 6 = 16800$  francos + ? dos bens à Barthélemy = 22400 francos.

Como Barthélemy e Jean-Pierre devem compensar irmãos e irmãs pelo fato de ficarem com o domínio e mais a parte dos bens móveis, devem fazer face aos seguintes encargos financeiros :

Nome	Já recebido	A receber
Marie Arnaud	1.600 F. (dos quais 350 da mãe) Um guarda-roupa	1.200 F de Barthélemy e Jean-Pierre em setembro de 1811
Anne-Marie Lachal	1.600 F. (dos quais 350 da mãe)	1.200 F de Barthélemy Jean-Pierre (600 F, em 18 meses ; 600 F um ano mais tarde)
Rose		700 F. Em um ano (1811) 700 F. Em 1812, 1813, 1814.
Marcellin		1.000 F em dois anos (1812) 1.000 F em 4 anos (1814) 800 F. Em 6 anos (1816)

O que nos espanta é menos o peso da soma do que o calendário apertado das prestações, uma vez que os dois irmãos devem regular, provavelmente na proporção de  $\frac{2}{3}$  e  $\frac{1}{3}$ , a soma de 8.000 francos em seis anos.

<b>Data</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Soma</b>
Setembro de 1811	Marie Arnaud Rose Champagnat	1.200 F. 700 F.
Março de 1812	Anne-Marie Lachal	600 F.
Setembro de 1812	Rose Champagnat Marcelino Champagnat	700 F. 1.000 F.
Março de 1813	Anne-Marie Lachal	600 F.
Setembro de 1813	Rose Champagnat	700 F.
Setembro de 1814	Rose Champagnat Marcelino Champagnat	700 F. 1.000 F.
Setembro 1816	Marcelino Champagnat	800 F.
<b>Total</b>		<b>8. 000 F.</b>

### **DOMÍNIO IMÓVEL DEMASIADO CARO**

Os vencimentos de 1811 a 1814 são particularmente esmagadores : entre 1.700 e 2.300 francos, o que parece ultrapassar os meios deles. Nessa época, um operário ganha de um a dois francos por dia trabalhado, isto é, entre 300 e 600 francos por ano ; um pároco, 1.500 francos ; um *subprefeito* (representante do poder central no departamento), 4.000 francos ; um bispo, 10.000 francos. Admitindo que a sua atividade tenha rendido a um dos irmãos 5 francos por dia trabalhado e ao outro 3 francos, o que parece muito, em 300 dias trabalhados teriam 2400 francos, isto é, um pouco mais do que têm de pagar.

Parece evidente, no momento mesmo da assinatura do ato, que eles não terão como honrar um tal calendário de cobranças. Como, ademais, o ato de sucessão prevê juros de 5% para os pagamentos em atraso, os dois irmãos não podem contar com o alongamento dos prazos. Eles, portanto, deverão imitar a mãe : tomar emprestado desses para pagar aqueles. A cópia do ato feita em benefício de Benoît Arnaud, em 1º de março de 1815, patenteia a vontade dele de fazer valer os direitos da sua mulher.

Em suma, o equilíbrio econômico dessa família de pequenos proprietários rurais ficou desbalanceado por três fatores : a irrupção do Código Civil, a morte prematura do pai, a incapacidade de Jean-Pierre, o mais novo, de

se estabelecer fora do domínio familiar. A entrega de 1600 francos de dote a cada uma das filhas casadas em vida dos pais dá, com efeito, uma idéia do que eles julgaram conveniente fazer para os filhos mais novos, para não comprometer os interesses do « domínio familiar ». Assim, Barthélemy teria podido encontrar-se à testa de um domínio imóvel, sem carga insuportável : na pior hipótese,  $1.600 \times 3 = 4.800$  francos.

Marie-Thérèse Chirat, vítima de todo um feixe de circunstâncias, não teve escolha : o patrimônio será para o primogênito, de acordo com a tradição, mas também do mais novo, que não logrou estabelecer-se por conta e risco. Ainda assim, o novo Código Civil lhes impõe uma carga tal que a falência era já previsível.

Não há como estranhar demasiado que os dois filhos tenham aceitado uma transação que, no fundo, os prejudica gravemente, porquanto, numa sociedade tradicional, a terra e o patrimônio são muito mais que meros valores mercantis : constituem um capital simbólico. Conservar o patrimônio era seu dever e, ligados à terra, eles não tinham solução sobresselente ou plano B. Também não se podem censurar os irmãos e irmãs que, tendo filhos de pouca idade, estudando ou devendo casar, têm necessidade da sua parte do patrimônio num prazo assaz curto.

Dadas essas explicações, a transação encerra, ainda assim, uma parte de mistério, visto que os Champagnat, como todos os camponeses, sabiam contar e não tinham por certo a intenção de arruinar o « domínio paterno ». A família, portanto, parece contar com créditos importantes. Mas donde viriam ? Da família do primo Jean-Pierre Ducros seria a óbvia sugestão.

---

## **A ESPIRAL DA DECADÊNCIA**

O epílogo dessa partilha pode ser achado no artigo do Irmão Gabriel Michel : « Grandeur et décadence des Champagnat, grandeza e decadência dos Champagnat », que faz o repertório dos atos tabelionais no concernente aos dois irmãos : os pagamentos devidos às irmãs estão em negrito e itálico. Jean-Pierre morre falido em 17 de novembro de 1833 ; Barthélemy-Jean, muito endividado, em janeiro de 1838.

<b>Data</b>	<b>Ato</b>	<b>Soma</b>	<b>Beneficiário</b>
11/3/1811	Venda de uma construção e horta	1500 F	Claude Barralon
26/4/1811	Venda de 2 hectares e 16 ares	1000 F	Marie Chirat
<b>3/7/1813</b>	<b>Pagamento dos direitos legitimários</b>	<b>600 F.</b>	<b>A Marguerite-Rose</b>
<b>4/7/1813</b>	<b>Pagamento dos direitos legitimários</b>	<b>400 F</b>	<b>A Anne-Marie</b>
18/7/1813	Vende de 47 ares ?	200 F.	A Marie Chirat (viúva)
<b>17/11/1814</b>	<b>Pagamento direitos legitimários</b>	<b>712 F</b>	<b>A Anne-Marie</b>
5/12/1814	Venda de 80 ares	600 F	Ruard
17/9/1815	Jean-Pierre toma emprestados	1700 F	De J. P. Riocreux
23/10/1815	Barthélemy toma emprestados	1700 F	De J.P. Terra
4/4/1816	Compra de dois prados em Monteil	700 F	Por Jean-Pierre
9/7/1817	Barthélemy deve pagar de imediato	<b>1700 F</b>	A J.P. Terra
24/11/1817	Venda de ha 60 ares + 40 ares	2000 F	A Murgue
27/11/1817	Venda de bosque de 90 ares	1000 F	A Gery
30/5/1819	Compra de 3 ha. 90 ares em Monteil	4550 F	Por Jean-Pierre
25/12/1819	Compra de 12 ares em Rosey	50 F	Por Jean-Pierre
<b>8/9/1820</b>	<b>Pagamento dos direitos legitimários</b>	<b>600 F</b>	<b>A Anne-Marie</b>
<b>17/4/1820</b>	<b>Pagamento dos direitos legitimários</b>	<b>1929 F</b>	<b>A Marguerite-Rose</b>
20/1/1821	Venda de 30 ares por Barthélemy	300 F	A G. Chalayer
4/9/1825	Venda de terreno por Barthélemy	100 F	A M. Courbon
<b>1830</b>	<b>Pagamento dos direitos legitimários</b>	<b>1150 F</b>	<b>A Marguerite-Rose<sup>197</sup></b>
9/4/1832	Barthélemy e Jean –Marie tomados empr.	1000 F	De M. Brunon
<b>17/7/1836</b>	<b>Pagamento de direitos legitimários</b>	<b>405 F</b>	<b>A Marguerite-Rose<sup>198</sup></b>
	<b>Epílogo</b>		
14/12/1836	Adjudicação dos bens de Jean- Pierre	12375 F	A Denis Joubert
1837	Dívidas de Bathélemy	7540 F	
1838	Dívidas restantes de Jean-Pierre	3749 F	

<sup>197</sup> Ela acaba de morrer. É o marido, Guillaume Cheynet, que exige o pagamento.

<sup>198</sup> De fato, para extinguir a dívida completamente, ele teria de desembolsar 2.000 francos.

Constatamos que as somas que têm de ser pagas a Marie Arnaud e a Marcelino não figuram nesses atos, que provêm do estudo do tabelião de La valla. Os dois podem ter contemporizado ou até mesmo não terem reivindicado o que lhes era devido. Mas os atos passados entre eles podem constar em outros estudos tabelionais, caso em que seriam adicionados 1.200 francos à sobrecitada soma de 2.800 francos.

Não sabemos nem como o encargo financeiro do seminário foi assumido, sabido que a soma de 600 francos das economias de Marcelino não podem ser tomadas a sério, como vimos acima. As « origens maristas » encerram, porém, alguns informes sucintos ; em 1808-1809, a rubrica « profissão dos pais » indica para Marcelino estes dizeres : « agricultor proprietário » (Doc.11 ;) em 1811 (doc. 15), assinala-se « agricultor ». ; em 1812-1813 (doc.21) ainda « agricultor ». Em 1º de novembro de 1814 e em 1º de novembro de 1815 (doc. 32 ; doc. 44) nada se escreve em idêntico lugar acerca dos pais de Marcelino.

Compreende-se facilmente que, enquanto a mãe estava viva, Marcelino tenha continuado a declarar a profissão paterna. Fica-se surpreso ao constatar que, só três anos depois de ele estar no seminário, se registra que Marcelino Champagnat já não tinha vivos nem pai nem mãe. Isso significaria que os irmãos houvessem continuado a pagar a sua pensão ? Seja como for, se em 1º de novembro de 1814, o registro já não faz menção dos seus pais, Marcelino há de ter recebido pelo menos parcela da soma de 1.000 francos que os irmãos lhe deviam em setembro, pelo que 1814 seria o ano da sua independência financeira, quando tem 25 anos.

Em 1816, a situação dos bolsistas e semibolsistas<sup>199</sup> indica 21 bolsistas, que pagam 200 francos, e 42 semibolsistas, que pagam 100 francos por semestre. Marcelino faz parte desses últimos, como Jean-Claude Colin, Etienne Terrailon e Pierre Déclas. A sua situação econômica, portanto, é medíocre, sem mais nem menos. Ele não recebeu os 2.800 francos que os irmãos lhe devem, mas apenas o suficiente para lograr terminar os estudos.

Em 1817, a sua situação também não é brilhante. Sabemos que, depois de mais de um ano de estada em La Valla, ele adquire uma casa, em 1º de outubro, em associação com Courveille, cada um pagando à vista 500 francos. Em 26 de abril de 1818, um segundo ato de venda da mesma casa se passa : Champagnat, comprador único, desembolsa à vista 1600 francos

---

<sup>199</sup> Arquivos do arcebispado de Lyon, 2 II 104, Seminários.



(OM 1 docs.57 e 58). Na suposição de que Courveille não lhe reclamou de imediato os 500 francos adiantados do ano precedente, Champagnat teve de acrescentar 600 francos à soma dada em 1817 na compra da casa. Os 1.100 francos pagos, portanto, poderiam provir, pelo menos em parte, da sua herança. Ainda assim, a necessidade em que se encontra de ser assistido por Courveille mostra que, 1817, a maior porção dos 2800 francos que deveria receber não lhe foi passada. Aliás, a pobreza da comunidade de La Valla, em que é preciso trabalhar com as próprias mãos para viver e ampliar a casa, patenteia a penúria dos seus recursos.

Para as duas irmãs de Marcelino, que recebem os seus direitos legitimários, constatamos forte deslocação espaciotemporal entre as datas previstas e as datas efetivas do pagamento.

<b>Beneficiária</b>	<b>Data prevista</b>	<b>Soma prevista</b>	<b>Data efetiva</b>	<b>Soma paga</b>
Anne-Marie Lachal	Março de 1812	600 F	4/7/1813	400 F
Anne-Marie Lachal	Março de 1813	600 F	17/11/1814	712 F
Anne-Marie Lachal			8/9/1820	600 F
<b>Total</b>		<b>1200 F</b>		<b>1712 F</b>
Marguerite-Rose (esposa Cheynet)	Setembro 1811	700 F	3/7/1813	600 F
Marguerite-Rose (esposa Cheynet)	Setembro 1812	700 F	20/1/1821	1 929 F
Marguerite-Rose (esposa Cheynet)	Setembro 1813	700 F	9/4/1832	1 150 F
Marguerite-Rose (esposa Cheynet)	Setembro 1814	700 F	17/7/1836	405 F
<b>Total</b>	<b>De 1811 a 1814</b>	<b>2800 F</b>	<b>De 1813 a 1836</b>	<b>4084 F</b>

O quadro é eloqüente : os irmãos não puderam pagar dentro dos prazos. Como o ato de sucessão prevê que o atraso é gravado com o juro de 5% por ano, os juros acumulados rendem reembolso cada vez mais pesado. Para pagar sem demasiado atraso, os dois irmãos Champagnat vendem terras, isto é, sacrificam em parte o seu capital, ou lançam mão de empréstimo. Tem-se a impressão de que, depois de 1821, os dois irmãos praticamente perderam a partida, são insolventes : vendas e custos de sucessão não permitem saída.

---

## CONCLUSÃO

Esse documento dá a chave para a compreensão, quanto à história assaz desastrosa do « domínio imóvel familiar » Champagnat e confirma largamente a visão do Irmão Gabriel Michel. Barthélemy e Jean-Pierre quiçá não tenham tido suficiente tino empresarial<sup>200</sup> e a sorte não os ajudou ; mas eles foram sobretudo devorados pelo hiato de duas culturas : a comunitária, que se preocupava em preservar o « domínio familiar », e a cultura individualista, encarnada pelo novo Código Civil, que tende a desarticulá-la.

Seria o caso deles excepcional ? Sabemos que o endividamento rural é uma das pragas do setor agrícola desse tempo. O senhor Luirard e o senhor Massardier têm o seguinte julgamento acerca de St-Genest-Malifaux, no fim do antigo regime.

« Se ele não está reduzido à mendicidade senão em caso extremo, o camponês, mais hoje mais amanhã, está constrangido a se endividar, com o risco de que ele próprio, na sua vez, tenha de dar o seu humilde empréstimo ao vizinho, quando puder. A quitação constitui a maior parte da tarefa tabelional »<sup>201</sup>.

Nessas regiões, sem rede bancária, J.-B. Champagnat devia estar nesse caso, credor de uns e devedor de outros. Donde vem que nós quase só conhecíamos as suas dívidas ? A nossa opinião é que a sua situação financeira devia estar ligada à de Ducros por acertos orais<sup>202</sup>, ou por escritos subtraídos de Champagnat, de uma maneira ou outra ; por exemplo, por ocasião do assassinio do primo Ducros em 1795. Também a nossa visão da situação financeira de J.-B. Champagnat em 1804 é certamente desequilibrada, porque estamos conhecendo quase só o passivo. Assim, os reembolsos entre 1807 e 1810 explicariam em parte que a família tenha podido saldar as dívidas. Podemos perguntar-nos até mesmo se a sucessão de 1810, que parece tão desfavorável a Barthélemy e a Jean-Pierre, não se deve, em parte, à esperança deles na recuperação de créditos importantes. O desmembramento progressivo do « domínio familiar » Champagnat parece-nos uma consequência dos acontecimentos revolucionários.

---

<sup>200</sup> Ainda que tentando estabelecer-se como moleiro, Jean-Pierre demonstrou iniciativa.

<sup>201</sup> « Un village forézien à la veille de la Révolution : Saint-Genest-Malifaux » (1760-1789), nos « Cahiers de l'histoire », T. XXVII, 1982, p. 260 – 282.

<sup>202</sup> A morte violenta de Ducros certamente bloqueou também a solução das transações em curso.

Esse negócio da sucessão nos mostra também que o custo dos estudos de Marcelino não foi encarado pela família como adiantamento sobre a sua herança ; mas pode ser que acertos ulteriores tenham intervindo entre Marcelino e os irmãos.

Sabemos também que, quando Marcelino Champagnat começa a sua obra, muitos exclamem : ele vai à falência. Esse julgamento é provavelmente baseado nos dissabores e dificuldades da família Champagnat. Ademais, a progressiva decadência financeira dos seus irmãos, e particularmente a insolvência de Jean-Pierre, hão de ter sido para ele grande sofrimento.

Ir. André LANFREY



*Documento*

*Testamento de*  
*Marie-Thérèse Chirat,*  
*20 de dezembro de 1807*

(em papel com selo de meio franco)<sup>203</sup>

Ir. André LANFREY, fms

« Em presença de Jean Reboud, tabelião imperial, na residência da comuna de Marlhes, no departamento de la Loire, abaixo-assinado, e presentes as testemunhas a seguir nomeadas, compareceu Marie-Thérèse Chirat, viúva Champagnat, artesã de fitas e decorações, domiciliada em Rosey, comuna da citada Marlhes, embora enferma, mas na posse plena dos seus sentidos, como pareceu a nós, tabelião, e às testemunhas, fez voluntariamente e ditou o seu testamento de viva voz<sup>204</sup>, escrito por nós, tabelião, nos termos seguintes.

Eu recomendo a minha alma a Deus. A sepultura do meu corpo seja no cemitério atrás da igreja da paróquia<sup>205</sup> em que eu morrer. Quanto às minhas honras fúnebres e obras pias, eu me reporto ao meu legatário e herdeiro universal, depois nomeado. Além dos ofícios costumeiros, quero que ele faça celebrar, no ano da minha morte, para o repouso da minha alma, tantas missas quantas a espórtula de 50 francos permitir<sup>206</sup>, e no lugar e pelo sacerdote que lhe aprouver.

<sup>203</sup> Ortografia e pontuação foram normalizadas.

<sup>204</sup> Do latim « **nuncupatio** » : apelação ou designação do herdeiro.

<sup>205</sup> Talvez seja « reire », termo do velho francês ou de *patois*, significa provavelmente « derrière, ou atrás » . O « rear » inglês teria participação nisso ? Seria algo assim : « no cemitério atrás da igreja paroquial ».

<sup>206</sup> Soma muito importante : 50 dias trabalhados de artesão médio.

Nomeio, dito e constituo como o meu legatário e herderio universal Jean-Barthélemy Champagnat, meu filho primogênito e do defunto Jean-Baptiste, meu marido, ao qual legatário dou por vantagem <sup>207</sup> e, além das partes, o quarto de todos os meus bens móveis e imóveis presentes e futuros, no que quer que consistam e possam consistir, além da porção que a lei lhe concede, para deles gozar depois da minha morte, com a servidão e encargo, além das despesas do meu funeral e das missas antes citadas<sup>208</sup>, de pagar um quarto das minhas outras dívidas de que os meus bens estiverem gravados.

Para receber os bens que eu não leguei nem deles dispus, quero que sejam partilhados, em porções iguais, entre os meus filhos, o dito Jean-Barthélemy Champagnat, Jean-Pierre, Marcelino, Marianne, Anne-Marie e Marguerite-Rose, meus filhos e do falecido Champagnat, e isso com os encargos de direito, estabelecendo-os, uns e outros, para os meus legatários particulares.

Disso foi feito e passado ato no dito lugar Rosey, domicílio da testadora, junto do seu leito, na cozinha da sua casa, em vinte de dezembro de mil oitocentos e sete, depois do meio-dia, em presença de Matthieu Teyssier, Barthélemy Riocreux, Jean Lachal e de Barthélemy Crouzet, todos agricultores domiciliados no lugar de Rosey.

Foi feita leitura à testadora e às testemunhas Riocreux e Teyssier, conosco, tabelião, que temos assinado. A testadora, Lachal e Crouzet declararam, em separado, que não sabem fazê-lo.

Riocreux, Teyssier  
Reboud

---

<sup>207</sup> Como adiantamento?

<sup>208</sup> Compreenda-se « alléguées, alegadas ».

*Documento*

*Sucessão Champagnat*  
*de 1810*<sup>209</sup>

**Ir. André LANFREY, fms**

« Louis, pela graça de Deus rei de França<sup>210</sup> & de Navarra, a todos os presentes & futuros, saúde. Fazemos saber que :

Em presença de Jean Chorain, tabelião imperial, com residência em Marlhès, cantão de St-Genest-Malifaux, departamento de la Loire, abaixo-assinado, & em presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Compareceram Benoît Arnaud, agricultor &, sob a sua expressa autoridade, Marie Champagnat, mulher dele, moradora do lugar e burgo de St-Sauveur-en-Rue ; Jean Lachal, camponês &, sob a sua expressa autoridade, Anne-Marie Champagnat, esposa dele, moradora no lugar Olagnières, comuna de Marlhès.

Rose Champagnat, filha maior, & Marcelino Champagnat, estudante, esses dois últimos moradores de Rosey, comuna de Marlhès, duma parte ; Barthélemy-Jean, & Jean-Pierre Champagnat, ambos agricultores, moradores do dito Rosey, por outra parte. Os ditos irmãos & irmãs Champagnat, filhos & coerdeiros em partes e porções iguais do defunto Jean-Baptiste Champagnat, falecido sem deixar testamento, em 1804, e de Marie-Thérèse Chirat, falecida em 24 de janeiro de 1810. Esta dispôs em favor do dito Barthélemy-Jean Champagnat, seu filho primogênito, do quarto de todos os seus bens<sup>211</sup> por dito testamento, por ato recebido pelo tabelião abaixo-assinado.

<sup>209</sup> Como a pontuação do original é por demais de fantasia, optamos por dar-lhe uma condizente.

<sup>210</sup> A versão oficial, por erro, dá o seguinte: « Luís, pela graça de Deus & de Navarra ».

<sup>211</sup> Não são os bens dos cônjuges, senão os dela somente, porque o pai, intestado, nada legou em favor do filho mais velho.

As ditas partes, pelo contrato matrimonial de Marie Champagnat com o dito Benoît Arnaud do ano sétimo republicano, por ato recebido do falecido senhor Reboud & confrade, tabeliães, o dão como devidamente registrado, para os falecidos e casados Champagnat & Chirat, a mulher autorizada pelo marido, deram e constituíram dote para a dita Marie Champagnat, filha deles, a soma de dezesseis centos de francos, um guarda-roupa de duas portas de madeira de pinho & abeto & freixo com valor de dezoito francos, com trezentos e cinquenta francos como direitos legitimários maternos ; e o mais para servir como os seus direitos legitimários paternos, a qual soma monetária de prata foi estipulada pagável em quatro prestações iguais & anuais de quatrocentos francos cada, para começar a primeira dentro de um ano, a contar do dito contrato de casamento, sem juro, a não ser depois do prazo de cada prestação, prestação que deve ser paga por quitação tabeional sob datas certificadas e registradas ; o guarda-roupa foi estipulado que seria entregue na véspera do dia do cumprimento do dito matrimônio, desde o qual dia foi tido como recebido.

Quanto àquele de Anne-Marie Champagnat com o dito Jean Lachal, por ato recebido do mesmo tabelião em data do cinco do pluvioso e ano doze, devidamente registrado em dezanove do mesmo mês, os ditos casados Champagnat & Chirat, mulher autorizada, como dito acima, pelo marido, constituíram um dote para a dita Anne-Marie Champagnat, filha deles, no montante de dezesseis centos de francos como os seus direitos legitimários maternos ; e o mais como os seus direitos legitimários paternos, o qual dote é pago e quitado à luz do contrato de casamento. Quanto ao dito Marcelino & Rose Champagnat, não tendo recebido nenhuma soma dos seus falecidos pai & mãe como adiantamento da sua herança.

Jean-Baptiste Champagnat, pai comum, não deixou senão um domínio situado em Rosey e o mobiliário que o equipava, & a dita Marie-Thérèse Chirat, viúva Champagnat, mãe comum, não deixou mais que os seus direitos dotais & convenções matrimoniais & ganhos de sobrevivida que se elevam à soma de três mil duzentos e sessenta e dois francos, como ficou estabelecido pelo seu contrato com o dito Champagnat, em nove de fevereiro de mil setecentos e setenta e cinco, por ato recebido do falecido senhor Lardon, tabelião, e devidamente registrado.

As ditas Marie Champagnat, mulher Arnaud, & Anne-Marie Champagnat, mulher Lachal, estando obrigadas a referir o que elas tinham recebido para compor as sucessões de que se trata, mas as partes, querendo prevenir



qualquer referência<sup>212</sup>, reconheceram que a parte que caberia a cada um dos ditos Marie, Anne-Marie, Rose & Marcelino Champagnat nos bens móveis & imóveis que compõem as sucessões dos ditos falecidos e casados Champagnat & Chirat, pai & mãe comuns, descontando o quarto dado ao dito Barthélemy-Jean Champagnat pela dita Marie-Thérèse Chirat, sua mãe, por testamento acima apresentado, bem como algumas dívidas das sucessões de que se trata poderiam estar com encargo, e depois de estar assegurado o valor dos bens imóveis, tendo feito avaliar os objetos móveis, e depois de ter composto as ditas sucessões, tanto no ativo quanto no passivo, elas reconheceram diante de nós que a parte & porção que caberia aos ditos Marie Champagnat, mulher Arnaud, Anne-Marie Champagnat, mulher Lachal, Rose & Marcelino Champagnat podia elevar-se à soma dois mil e oitocentos francos para cada um deles, nessa quantia compreendendo, bem entendido, as somas recebidas pelas casadas Anna & Anne-Marie Champagnat, tanto na forma do contrato de casamento delas, acima datado, quanto pela quitação tabelional, como se explicita acima.

Conseqüentemente, os ditos & ditas Barthélemy-Jean, Jean-Pierre, Marcelino & Rose Champagnat, querendo dispensar os casados Arnaud e Champagnat e os casados Lachal & Champagnat da relação que eles estariam obrigados de manter e honrar.

As partes, bem instruídas dos seus direitos respectivos & sobre o aviso do seu conselho & de amigos, trataram e transigiram irrevogavelmente, a título de adiantamento fixo e expreso sobre todos os direitos e retornos que coubessem aos ditos Marcelino, Marie, Anne-Marie, Rose Champagnat, mulheres devidamente autorizadas pelos seus respectivos maridos, nos bens deixados pelos ditos casados Champagnat & Chirat, em capitais & acessórios, como segue.

- 1º Os ditos Marie, Anne-Marie, Rose & Marcelino Champagnat, as mulheres devidamente autorizadas pelos seus maridos, *a esses presentes venderam e a esses presentes vendem*, com a promessa de manter e garantir e fazer gozar sem perturbações nem bloqueios aos ditos Barthélemy-Jean, Jean-Pierre Champagnat ; este adquirente por um terço e Barthélemy pelos dois outros terços. Ambos presentes, acei-

---

<sup>212</sup> O sentido parece este : para evitar qualquer restituição das somas vertidas.

tando e adquirindo, para disso fazer no seu risco e perigo, todos os direitos e repetições que poderiam vir a caber a Marcelino, Marie, Anne-Marie e Rose Champagnat nos bens móveis & imóveis de toda e qualquer natureza que compõem as sucessões dos ditos pai e mãe comuns, tanto no ativo quanto no passivo, em capitais & acessórios, no que quer que os ditos direitos venham a consistir e possam, sem nada reservar nem descontar para os ditos Barthélemy-Jean e Jean-Pierre Champagnat, dividir os ditos direitos como bem acharem e exercê-los com as ações de retrovenda, prevenindo-se, como teriam podido fazer cedendo-os, as quais cessões de direitos francos e isentos de todas e quaisquer dívidas & hipotecas pessoais e próprias, e os sobreditos Barthélemy-Jean & Jean-Pierre Champagnat que aceitam os direitos aos seus perigos e riscos, como acima explicitado, prometem garantir os cedentes de todas as ações da parte dos credores das sucessões dos falecidos e casados Champagnat e Chirat, caso sobrevenham. Quanto ao presente, as partes declaram não conhecer nenhuma. As cessões são feitas, a saber, da parte da dita Marie Champagnat, mulher Arnaud, devidamente autorizada por ele, mediante a soma suplementar de duzentos francos que, junto aos dezesseis centos de francos por eles recebidos, como se explica acima, compõe o total de dois mil e oitocentos francos, montante dos direitos, aquela soma suplementar de doze centos de francos de Barthélemy-Jean & Jean-Pierre prometem obrigar-se a solidariamente pagá-la aos sobreditos casados Arnaud & Champagnat em moedas de prata ou de ouro, no prazo de um ano, a contar desse dia, com servidão de juro de 5% anual para pagamento atrasado.

- 2º Da parte da dita Anne-Marie Champagnat, mulher Lachal, dele devidamente autorizada, mediante tal soma suplementar de doze centos de francos que, junto àquela dos dezesseis centos de francos, por eles recebidos, do seu extrato do casamento acima precisado, compõe o total de dois mil e oitocentos francos, como montante dos ditos direitos e soma suplementar de doze centos de francos, pelas causas acima mencionadas os ditos Barthélemy Jean, & Jean-Pierre Champagnat, solidariamente como acima, prometem e se obrigam a pagar aos sobreditos casados Lachal & Champagnat em moedas de curso em duas prestações iguais de seiscentos francos cada uma, a primeira em dezoito meses, a contar deste dia, e a outra um ano depois, com juro de cinco por cento.

- 3º Da parte do dito Marcelino Champagnat, como não tem recebido nada em adiantamento da sua herança dos ditos pai e mãe comuns, da soma de dois mil e oitocentos francos, que os ditos Barthélemy-Jean & Jean-Pierre Champagnat prometeram e se obrigaram solidariamente a pagar ao sobredito Marcelino Champagnat, seu irmão, em três prestações, as duas primeiras de mil francos cada uma, a terceira de oitocentos francos, pagáveis cada dois anos, a começar a primeira daqui a dois anos, a contar de hoje, continuando assim de dois em dois anos, com o juro de 5% sem retenção.
- 4º & enfim, da parte da sobredita Rose Champagnat, não tendo nada recebido da soma de dois mil e oitocentos francos, que os ditos Barthélemy e Jean-Pierre Champagnat prometem e se obrigam, sob solidariedade, a pagar à dita Rose, irmã deles, em quatro prestações iguais de setecentos francos ; a primeira vence em um ano, a contar de hoje, continuando assim sucessivamente, ano trás ano, até a prestação final, com juro de cinco por cento sem retenção.

As partes declaram que os direitos mobiliários acima cedidos de cada um dos cedentes atingem a soma de mil francos, exceto o privilégio de hipoteca dos cedentes, até o perfeito pagamento do montante das suas cessões. Cada um dos cedentes, no que lhe concerne, fez, em benefício dos sobreditos Barthélemy-Jean & Jean-Pierre, todas as destituições, investidas e transferências de propriedade requeridas em casos semelhantes.

Assim o ato foi feito e passado na localidade e burgo de Marllhes, no estudo do tabelião abaixo-assinado, em doze de setembro de mil oitocentos e dez, em presença de Denis Dubouchet, tecelão, & Antoine Faure, operário, testemunhas requeridas, moradoras do lugar & burgo de Marllhes, que assinaram com as partes e conosco, tabelião, afora o sobredito Jean Lachal, que declara não saber fazê-lo. Tudo isso, obviamente, após a condizente leitura.

Assinados. Champagnat, Champagnat, Champagnat, Arnaud, Champagnat, Champagnat, Dubouchet, Faure e Chorain, tabelião<sup>213</sup>.

---

<sup>213</sup> Essas assinaturas aparecem na última página do documento original, com data de setembro de 1810.

Registrado em Chambon, em dezessete de setembro de mil oitocentos e dez N° 14 C. 2.3.4&5. Recebidos trezentos e cinquenta e dois francos

Bocoste ( ?) Co.

Dois francos recebidos ( ) beneficiado J. (?)

Mandamos e ordenamos a todos os aguazis e oficiais de justiça acerca desse requerimento que ponham o presente ato em execução ; aos nossos procuradores reais que o levem em conta vigilantes ; a todos os comandantes e oficiais que dêem mão forte, quando ele for legalmente requerido. Dando-lhe plena fé, assinamos e selamos o presente e a cópia<sup>214</sup>, entregue esta ao dito Arnaud, neste primeiro de março de 1815.

Chorain.

---

<sup>214</sup> Documentação, cópia.

# *Marlhes, os Champagnat e o Serviço Militar*

Ir. André LANFREY, fms

As guerras da Revolução e do Império foram quase contínuas de 1792 a 1815 e uma das grandes causas da rejeição do novo regime foi a incessante convocação dos jovens para defender a pátria ou difundir as luzes revolucionárias para além das fronteiras. Quatro dos cinco filhos de Champagnat tiveram de afrontar essa dura eventualidade e não é inútil ver como a comuna de Marlhes, especialmente sob a administração de Jean-Baptiste Champagnat de 1798 a 1800, administrou esse espinhoso constrangimento.

---

## **A LEI DA CONSCRIÇÃO DE 1798**

No começo, a Revolução recruta voluntários e ordena eventuais recrutamentos de homens para completar os efetivos. Finalmente, a lei Jourdan, de 5 de setembro de 1798, chamada lei de conscrição, impõe que todos os franceses de vinte anos sejam inscritos nas listas de recrutamento e aí constem até os 25 anos. Esses conscritos, repartidos em cinco classes, não serão todos chamados, mas o ministro da guerra tomará os mais jovens para formar o contingente prescrito, *os requisicionários*, antes de fazer partir as classes seguintes. Só os inscritos marítimos, mobilizados na armada, e os homens casados antes de 1798 estão isentos do serviço militar.

Em boa coerência, os quatro filhos da família Champagnat teriam de ser inscritos nas listas de conscrição : Jean-Barthélemy, nascido em 1777, e tendo 20 anos em 1797 ; Jean-Baptiste, nascido em 1780, na idade de 20 anos

em 1800 ; Jean-Pierre, nascido em 1787. Quanto a Marcelino, sabemos por que ele não foi para a lista dos conscritos : foi reclamado pelo cardeal Fesch como *estudante eclesiástico*. Para os seus três mais velhos não sabemos, com certeza, como lograram evitar o serviço militar, mas podemos fazer-nos uma idéia.

---

## **OS CONSCRITOS REFRATÁRIOS AO SERVIÇO**

Uma primeira informação nos é fornecida pela história geral que, desde longo tempo, analisou o fenômeno do serviço militar como um dos sinais de adesão ou de resistência à Revolução ou ao Império. Por exemplo, tão logo a lei Jourdan foi votada, o corpo legislativo ordena um recrutamento de 200.000 homens. A desordem administrativa, a sabotagem e os conselhos de revisão, que verificam a aptidão física dos conscritos, fazem cair a 143.000 homens. Por fim, apenas 96.000 homens partem, visto que muitos « requisicionários » não atenderam à convocação. As regiões do Maciço Central, onde se encontra Marlhés, são particularmente refratários ao serviço militar. Em 17 de abril, a Assembléia legislativa ordena uma leva de 150.000 homens sorteados na segunda e na terceira classe. Mas apenas 57.000 homens respondem ao apelo<sup>215</sup>. Como a situação militar se agravou, faz-se apelo à quarta e quinta classe, provavelmente com os mesmos resultados.

---

## **UM REGIME DITATORIAL FRACO**

Nessa época a França vive sob o regime do segundo Diretório instaurado por um golpe de Estado militar, em 14 de setembro de 1797. Por temer o retorno da realeza, organiza um segundo terror, que persegue os sacerdotes refratários, os emigrados que haviam retornado, os agentes da Grã-Bretanha e os conscritos que não haviam atendido ao apelo do recrutamento.

Na verdade, esse terror está sem meios e sem legitimidade : o exército está no estrangeiro ou nas fronteiras, o entusiasmo revolucionário caiu, a

---

<sup>215</sup> Denis Woronoff, « La République bourgeoise de Thermidor à Brumaire de 1794-1799 », Nouvelle histoire de la France contemporaine, Point-Histoire, nº 3, 1972, p. 187

miséria é grande, o banditismo floresce, o ativismo real é importante e porções inteiras do território escapam, de fato, da autoridade central.

Cada departamento, ainda assim, está nas mãos do diretório departamental, que nomeia em cada comuna um presidente da administração municipal e mais um agente ; estes devem executar as ordens ditatoriais sob a vigilância do comissário cantonal. Assim, em 29 de dezembro de 1797, Jean-Baptiste Champagnat é nomeado pelo Diretório departamental presidente da administração de Marllhes, no cantão que compreende as comunas de Marllhes e Jonzieux<sup>216</sup>, sob a supervisão de um comissário muito vingativo: Trilland, geômetra em Saint-Sauveur-en-Rue.

J.-B. Champagnat, porque acha os seus conhecimentos demasiado confusos para a função, aceita com reticência a nomeação, em 11 de fevereiro de 1798, e presta juramento de *ódio à realeza e à anarquia, bem como de fidelidade à constituição*. Vai ficar na função até 5 de maio de 1800.

---

### **RESISTÊNCIA PASSIVA**

Toda a história da sua administração parece resumir-se em enfrentar as escaramuças de Trilland, que quer o cumprimento sem dilação das ordens do governo, mas quase não obtém resultados, apesar das múltiplas declarações de boa vontade de uma municipalidade que, de acordo com a população, tem repugnância em perseguir os sacerdotes, pagar impostos e fazer partir para a guerra os seus filhos. As peripécias dessa pequena guerra cantonal foram evocadas detalhadamente pelo Irmão Gabriel Michel na obra « os anos obscuros de Marcelino Champagnat ou a Revolução em Marllhes, Loire, de 1789 a 1800 ».

Essa resistência passiva tem os seus riscos. Assim, em 15 de julho de 1798, Trilland manda proceder a investigações nas casas de Marllhes e de Jonzieux, suspeitas de esconder sacerdotes e agentes da Grã-Bretanha. Em 14 de agosto de 1798, há nova investigação feita por policiais e voluntários, vindos de St-Etienne e Bourg-Argental, mas, em ambos os casos, parece que sem muito efeito.

---

<sup>216</sup> Em Jonzieux ninguém aceitou a presidência da administração municipal.

No fim de 1798, a atenção se fixa nos conscritos refratários do serviço militar, quando a Assembléia votou nova leva de 200.000 homens. Em 13 de novembro de 1798, Trilland tropeja ameaças e perseguições contra aqueles que dão asilo aos *requisicionários*<sup>217</sup> de 18 a 25 anos, « isto é, que em 23 de agosto haviam atingido 18 anos », exatamente a primeira classe de conscritos. Também serão investigados aqueles que dão asilo « aos conscritos de 20 a 21 anos », exatamente os da segunda classe de conscritos. Ora, dois filhos de J.-B. Champagnat correspondem a essas classes : Jean-Barthélemy, 21 anos, e Jean-Baptiste, 19 anos.

Em 16 de abril de 1799, Trilland reclama e procura com grande algazarra a lista das classes de primeira a quarta, inclusive, dos conscritos. Em 22 de abril de 1799, a administração cantonal recebe a notícia de que deve entregar vinte e três conscritos, 18 de Marllhes e 5 de Jonzieux, mas ninguém se apresenta para ser inscrito. Em 12 de maio de 1799, Trilland encomenda policiais a St-Etienne e a Bourg-Argental, para que, simultaneamente, procedam a investigações contra os sacerdotes refratários, os soldados requisicionários e os emigrados que retornam e são agentes da Grã-Bretanha. Como das vezes anteriores, os resultados são nulos. Em 9 de junho de 1799, a lista *requisicionária* foi publicada, mas ninguém se apresentou para partir. Desse modo, « guardas nacionais vão ser colocados nas casas dos pais cujos filhos são conscritos e requisicionários cujo domicílio a administração tentará conhecer ».

---

## **A DERROTA POLÍTICA DE J. B. CHAMPAGNAT**

Em 9 de novembro de 1799, novo golpe de Estado coloca Bonaparte no comando da França, pondo fim a essa partida de esconde-esconde. Em 3 de dezembro de 1799, Trilland é substituído por Perret, impressor de La Rouchouse, mas a medida é referida sem explicações em 27 de janeiro de 1800. Pode-se presumir que Trilland, maquiavélico, tenha feito valer as suas relações e que o seu fervor no acatamento do governo central o tenha auxiliado na manobra.

O destino político de J. B. Champagnat se joga nesse curto período de

---

<sup>217</sup> Os *conscritos* são os homens inscritos nos registros da conscrição; os *requisicionários* são reclamados, vale dizer, devem partir para o serviço militar.



desarticulação de 1799 a 1800, sob duas ditaduras. A nomeação de Perret parece selar a sua vitória e a dos republicanos moderados ; mas o retorno de Trilland ratifica a sua derrota total, uma vez que nenhum lugar lhe é reservado na nova administração. O Diretório perdeu, mas Trilland ganhou.

Não é muito difícil compreender as razões maiores dessa derrota. A política de Bonaparte visa a restabelecer a autoridade do Estado *no interior*, e continuar a guerra *no exterior*. Ele não quer administradores que entrem esses dois objetivos.

Doravante, as coisas mudam. A guarda nacional é reorganizada em 19 de março de 1800 e deve lutar contra a bandidagem, a comuna sendo coletivamente responsável das exações realizadas no seu espaço territorial. Sobre os seus 90 homens, ela deve escolher três para ir à guerra. É o próprio Trilland que os nomeia, em 28 de abril de 1800 e faz ratificar a sua decisão pela administração cantonal. Pela primeira vez o registro dos « processos-verbais » dá os nomes dos conscritos. Em 29 de março de 1800, a chegada de um destacamento militar « para ativar a partida dos requisicionários, desertores e conscritos » certamente funcionou, enquanto essa dúzia de militares foi morar « no domicílio dos pais dos requisicionários e dos desertores mais qualificados ou desembaraçados ».

---

### **A DIFÍCIL CARREIRA POLÍTICA DE J. B. CHAMPAGNAT**

Ao fraco Diretório, que muito ameaçava mas quase nada obtinha, sucede um regime cioso de ser obedecido prontamente e para isso toma os meios. De manifesto, Champagnat paga a sua política de resistência tenaz da sociedade civil à ditadura estatal.

Além disso, se ele logrou livrar da guerra os seus dois filhos mais velhos e diversos outros jovens, deve aparecer ao olhar de alguns como comprometido com o regime abolido. Com efeito, mesmo que o J.-B. Champagnat de 1798-1800 pareça muito diferente daquele de 1789-1794, aceitando jurar ódio à realeza, ele mostrou que não queria a volta do antigo regime, o que não agradava, por certo, a todo o mundo, em cenário espaciotemporal em que o ativismo dos adeptos da realeza era intenso e poucos a estimariam como a pior coisa que poderia acontecer.

É talvez no registro dos informes e diligências da municipalidade de Marlhés, em 11 de fevereiro de 1798, que comparece alguma coisa da sua personalidade complexa e quiçá a consciência do que pensa a opinião : « Eu, abaixo-assinado J.-B. Champagnat, de Rosey, tendo sido nomeado presidente da administração municipal do cantão de Marlhés, **embora não devesse ter sido chamado a esse posto à vista dos meus conhecimentos demasiado confusos para preencher essas funções**, ainda assim, apressei-me em obedecer às ordens do governo, aceito o dito cargo e juro ódio à realeza e à anarquia e de ser fiel à constituição do ano três ».

A reserva incisa nessa declaração, sem dúvida, constitui ato de prudência política ; mas ela manifesta também a consciência aguda de uma instrução insuficiente que, se houver sido expressa com ênfase no meio familiar, pode ter catalisado no jovem Marcelino, mais tarde, o desejo de lançar-se aos estudos. Além disso, essa confessada deficiência cultural pode ser um dos fatores do afastamento de J.-B. Champagnat dos negócios públicos.

Enfim, sublinhe-se o fato de que, durante dois anos, J.-B. Champagnat, em face de um Trilland ameaçador, arriscou a sua tranqüilidade, a sua liberdade, os seus bens e, presumivelmente, arriscou a própria vida. Ademais, pode-se perguntar se as freqüentes investigações, efetuadas por ordem de Trilland, ou as estadas de soldados contra os recalitrantes mais desembaraçados ou ricos, não explicam o desaparecimento de papéis administrativos e de sinais e livros religiosos no inventário dos bens, que ele deixa depois da sua morte em junho de 1804, porquanto, em clima de insegurança permanente, as pessoas põem em lugar seguro os seus objetos preciosos ou comprometedores.

Para terminar, retornemos à questão do serviço militar. Jean-Pierre Champagnat, nascido em 1787, portanto da classe de 1807, por certo foi conscrito, porque, no quadriênio 1806-1810, a conscrição estava bem estabelecida e não houve mais que 13% de refratários<sup>218</sup>. Nos últimos anos do Império, no biênio 1813-185, aumentou a sua porcentagem. Jean-Pierre poderia não ter partido para a guerra por sorteio que lhe fosse favorável, ou porque a família poderia ter pago algum substituto.

---

<sup>218</sup> Louis Bergeron, « L'épisode napoléonien, 1799-1815, aspects intérieurs », Nouvelle Histoire de la France contemporaine, Point-Histoire, nº 4, 1972.

Contrariamente a tantos outros, como Trilland, que viram no comprometimento com a Revolução um meio de ascensão social, J. B. Champagnat parece que encontrou nele um revés. Em 1800, ele volta a ser um camponês medíocre, desgastado pela barafunda e pelos perigos de uma carreira administrativa de alto risco que não lhe propiciou apenas amigos.

Ir. André LANFREY



## *Os lutos de 1803-1804 e a Vocação de Marcelino*

Ir. André LANFREY, fms

Desde o século XIX, o Instituto se vem preocupando em pesquisar documentos sobre os irmãos e as irmãs de Marcelino. O Irmão Avit, nos « Anais », (tomo 1, p. 5), se deu a pena de consultar o registro de batismos da paróquia de Marlhès. Ele nos dá, assim, a lista seguinte ; o asterisco indica que padrinhos ou madrinhas assinaram.

<b>Nome</b>	<b>Data de N.</b>	<b>Padrinho</b>	<b>Madrinha</b>	<b>Oficiante</b>
Marie-Anne	11/12/1775	Charles Chirat Avô *	Marianne Bonnefoy	Boët de Lacombe, pároco
Jean-Barthélemy	12/3/1777	Barthélemy Chirat, oncle*	Madeleine Champagnat, tia*	Boët de Lacombe, pároco
Anne-Marie (1°)	20/2/1779	Charles Chirat, primo irmão*	Anne-Marie Valadier, tia por aliança	Lacombe Sacerdote pároco
Jean-Baptiste	11/9/1780	Jean-Baptiste Ducros, tio avô *	Marguerite Chirat, tia*	Lacombe, p. c.
Marguerite-Rose	20/2/1782	Jean-Pierre Ducros, primo irmão*	Marguerite-Rose Courbon, tia por aliança	Allirot, pároco
Marguerite-Rose (2°)	1/8/1784	Pierre Ducros, tio paterno*	Marguerite Chirat, tia materna*	Allirot

Anne-Marie (2º)	25/7/1786	Jean-Barthélemy, seu irmão	Marianne Champagnat, sua irmã	Laurens, vigário
Jean-Pierre	26/12/1787	J.-P. Ducros*	Marianne Champagnat, sua irmã	Laurens, vigário
Marcellin Joseph-Benoît	20/5/1789	Marcellin Chirat, tio*	Marguerite Chatelard, prima por aliança*	Allirot, pároco
Joseph-Benoît	27/10/1790	Jean-Baptiste Champagnat, seu irmão	Anne-Marie Champagnat, sua irmã	Laurens, vigário

Marianne e Anne-Marie tornam-se madrinhas aos 11 anos ; o irmão delas Jean-Baptiste, aos 10 anos<sup>219</sup>. Se os irmãos mais velhos da família Champagnat são julgados dignos da função de padrinhos e madrinhas dos mais novos, então devem ser assaz instruídos no catecismo para assumir tais encargos. Embora declarem não saber assinar, deve-se supor que eles conhecem razoavelmente o catecismo, com certo domínio de leitura talvez. Ainda assim, eles não fizeram a primeira comunhão. Em 1790, a pesquisa do pároco Allirot menciona apenas Marie-Anne como tendo feito a primeira comunhão. Marcelino vai fazer a sua primeira comunhão em 1800, em idade precoce, em paróquia em que essa cerimônia parece efetuar-se entre os doze e os catorze anos.

O Irmão Avit esclarece que desses dez filhos quatro morreram « antes de 1804 », mas não nos dá a data precisa do falecimento deles. E, dentro do seu modo desabrido, crítica o Irmão João Batista, que teria feito melhor, no livro da « Vida », se não afirmasse que os esposos Champagnat tiveram seis filhos, sendo Marcelino o sexto.

A cronologia do Instituto segue generosamente os informes do Irmão Avit ; mas, no concernente aos filhos Champagnat, mortos antes de 1804, ela se contenta em dizer que « morreram em tenra idade ». A obra « Marilhes ao longo dos séculos », (p. 186) complementa esse esquema com precisões importantes. O Irmão André Bardyn, depois de consultar o registro das se-

---

<sup>219</sup> Curiosamente, a cronologia do Instituto não levou em conta esse fato ; declarou-o morto em tenra idade.

pulturas, nos passa o informe : « Jean-Baptiste Champagnat com 23 anos, morto em Rosey, em 8 de agosto de 1803 ; e Benoît Joseph Champagnat, com 13 anos, falecido em Rosey, em 20 de dezembro de 1803. As duas filhas Marguerite-Rose, nascida em 1782, e Anne-Marie, nascida em 1786, faleceram « em tenra idade ». Como o registro das sepulturas não as menciona, presume-se que morreram com poucos dias de vida.

A família Champagnat teve, assim, 8 filhos vivos até 1803, repartidos em duas fratrias, separadas uma da outra por dez anos, e o nascimento de uma só filha, como indica o quadro seguinte.

<b>Nascidos entre 1775 e 1780 e vivos em 1803</b>	<b>Nascida entre 1780 e 1786 e viva em 1803</b>	<b>Nascidos entre 1787 e 1790 vivos em 1803</b>
Marianne (1775)	Marguerite-Rose (2º) (1784)	Jean-Pierre (1787)
Jean-Barthélemy (1777)		Marcellin (1789)
Anne-Marie (1779)		Joseph-Benoît(1790)
Jean-Baptiste (1780)		

Pode-se supor que os quatro mais velhos faziam, de certo modo, o papel de tios e tias em relação aos três últimos. Eis por que se tornaram padrinhos e madrinhas dos seus irmãos pequenos que, entre si, teriam relacionamento diverso daquele mantido com os mais velhos. Com os pais, a tia ex-religiosa e a avó Ducros, sob o mesmo teto temos uma dúzia de pessoas, até o casamento de Marianne, em 5 de fevereiro de 1799. Entre 1795 e 1803, os pais e os filhos de mais idade constituem uma força de trabalho que permite, presumivelmente, certa abastança, enquanto os menores também vão começando a aportar alguma ajuda.

Assim, a infância e parte da adolescência de Marcelino se passaram numa família numerosa e laboriosa, abarcando cinco rapazes e três meninas. O Irmão João Batista, na « Vida », evoca a influência do pai, da mãe e da tia de Marcelino, nada diz da influência dos irmãos maiores sobre os menores, que não deve ter sido de somenos importância.

---

## **OS TERRÍVEIS ANOS DE 1803-1804**

Em menos de um ano desaba o alude das provações : Jean-Baptiste morre com 23 anos, em 8 de agosto de 1803 e Joseph-Benoît, de 13 anos, em 20 de dezembro. Anne-Marie casa em 8 de fevereiro de 1804. O pai, Jean-Baptiste Champagnat, desaparece repentinamente, em 12 de junho de 1804. Assim, seja morte seja casamento, a casa é desfalcada de quatro membros, sendo três adultos. O casamento de uma das filhas agrava o orçamento da família, impondo o pagamento do dote, ao passo que os credores se precipitam, em face da morte do pai, para fazerem valer os seus direitos.

É nessa ocasião, após duas mortes e um casamento, nas férias pascais de 1804, que Marcelino decide entrar no seminário. Parece curioso que a morte súbita do pai não modifica o projeto, numa família que perdeu parte importante da sua força de trabalho e conhece enormes dificuldades financeiras.

---

## **ASSUMIR UMA ASPIRAÇÃO PATERNA?**

É legítimo perguntar se o alude de separações dolorosas não joga papel decisivo na decisão de Marcelino, fazendo-o passar bruscamente de certa despreocupação, nos seus 15 anos, ao desejo de consagrar a sua vida a uma tarefa mais fundamental que a agricultura. O abalo parece tão profundo, que a resolução de fazer os estudos preparatórios ao sacerdócio vai vencer todos os obstáculos.

Assim, o pensamento de que « Deus o quer », pronunciado pelo sacerdote recrutador de 1804, não deve ser isolado de uma experiência íntima dolorosa, que gera pressuroso amadurecimento. Os estudos, além disso, não seriam os meios de superar certa desordem ou confusão que poderiam explicar, em parte, os fracos resultados intelectuais do principiante Marcelino ?

Sem dúvida, cumpre ligar esse momento àquele em que Marcelino, em 1800, enviado à escola, decide não continuar por causa da incompetência do mestre e parece orientar-se para a vida agrícola de camponês, em particular para a criação de ovinos.

Tem-se a impressão de que, num primeiro momento, Marcelino optou pelo lado ativo do modelo paterno, mas a morte do pai o convida a seguir



outro aspecto da sua personalidade : a do homem que lamenta não ter adquirido suficiente cultura, sentimento que ele expressa ao assumir as funções de *presidente da administração* da comuna de Marlhes, equivalente a prefeito, no começo de 1798, quando deplora não possuir senão conhecimentos demasiado confusos para o cargo a que é chamado.

A família Champagnat, em particular a mãe de Marcelino, parece ter aceitado essa missão, porquanto, em que pesem as pesadas dificuldades financeiras, ela não se opõe às intenções de Marcelino e mesmo chega a encorajá-lo.

Quando começa os estudos em 1804, será que Marcelino já pensa seriamente em tornar-se sacerdote ? Provavelmente há de estar ponderando a idéia e o desejo de se instruir e de se tornar apto a instruir os outros, porquanto, por seu pai, ele tornou sua uma das grandes aspirações do mundo rural ; pôde compreender que uma ação individual para remediar isso, em termos generosos, não seria suficiente. Anos mais tarde, essa intenção se concretizará em duas resoluções (OM doc 17). Eis a primeira : « Meu Senhor e meu Deus, prometo ensinar o catecismo aos pobres e aos ricos<sup>220</sup>. Eis a segunda : « Precisamos de Irmãos ». Enfim, a assistência 'in extremis' a um jovem de 17 anos, que lhe deve ter recordado a morte prematura de seus dois irmãos, vai decidi-lo a realizar um projeto nascido entre 1803 e 1804.

Em suma, a vocação sacerdotal de Marcelino parece firmar-se, depois de certo tempo, sobre um projeto educativo anterior, do qual J.-B. Champagnat, por suas aspirações e por sua morte repentina, pode ter sido o inspirador.

Ir. André LANFREY





Finito di stampare nel mese di maggio 2008  
presso la CSCgrafica - Guidonia (Roma)  
[www.cscgrafica.it](http://www.cscgrafica.it)